



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



DIOGO ANDRÉ SILVA BARBOSA

**A EXTREMA ESQUERDA PORTUGUESA E A
DESCOLONIZAÇÃO**

DEBATES E PERSPETIVAS POLÍTICAS NA IMPRENSA PARTIDÁRIA
DA UDP, PCTP/MRPP E MDP/CDE (1974-1977)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pelo Doutor Fernando Tavares Pimenta, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Janeiro de 2021

FACULDADE DE LETRAS

A EXTREMA ESQUERDA PORTUGUESA E A DESCOLONIZAÇÃO

DEBATES E PERSPETIVAS POLÍTICAS NA IMPRENSA PARTIDÁRIA DA UDP, PCTP/MRPP E MDP/CDE (1974-1977)

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	A extrema esquerda portuguesa e a descolonização
Subtítulo	Debates e perspetivas políticas na imprensa partidária da UDP, PCTP/MRPP e MDP/CDE (1974-1977)
Autor/a	Diogo André Silva Barbosa
Orientador/a(s)	Doutor Fernando Tavares Pimenta
Júri	Presidente: Doutora Maria do Rosário Barbosa Morujão Vogais: 1. Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes 2. Doutor Fernando Tavares Pimenta
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	Época Contemporânea
Especialidade/Ramo	
Data da defesa	2-02-2021
Classificação	18 valores

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo analisar o pensamento político produzido pela extrema esquerda portuguesa relativamente ao processo de descolonização português entre 1974 e 1977. A cronologia foi estendida até 1977, de forma a englobar o estudo das repercussões em Portugal do golpe de 27 de maio de 1977 em Angola, tendo em conta as ligações de alguns setores da extrema esquerda portuguesa à situação política angolana. Neste sentido, analisa-se o pensamento político em matéria de descolonização da União Democrática Popular (UDP), do Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (PCTP/MRPP) e do Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE). A este respeito e tendo em conta que a imprensa partidária era um dos meios primordiais de divulgação ideológica desses mesmos partidos, principalmente entre os seus militantes, tem-se em particular consideração os debates e as perspetivas acerca da descolonização presentes nos jornais *Voz do Povo* (UDP), *Luta Popular* (PCTP/MRPP) e *Unidade* (MDP/CDE). Paralelamente a estas fontes, que constituem o núcleo documental central da pesquisa, utilizam-se outros materiais coevos, tais como os estatutos dos partidos, certos comunicados e material de propaganda, bem como os debates parlamentares da Assembleia Constituinte. Com a abertura democrática em Portugal, na sequência do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, estes movimentos, na maioria ilegais no período do Estado Novo, saíram de clandestinidade. Assim, procura-se analisar a sua propaganda ideológica acerca do processo de descolonização português no advento da democracia em Portugal.

Palavras-chave: Descolonização Portuguesa, 25 de Abril de 1974, Extrema esquerda, UDP, PCTP/MRPP, MDP/CDE

Abstract

This dissertation aims to analyse the political thought produced by the Portuguese extreme left regarding the Portuguese decolonization process between 1974 and 1977. The chronology was extended until 1977 to include the study of the repercussions in Portugal of the coup of 27 May 1977 in Angola, taking into account the links between some sectors of the Portuguese extreme left and the Angolan political situation. In this sense, the political thought on the decolonization of the União Democrática Popular (UDP), the Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (PCTP/MRPP) and the Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) is analysed. In this regard and taking into account that the party press was one of the primary means of ideological dissemination of these same parties, especially among their militants, particular consideration is given to the debates and perspectives on decolonization present in the newspapers *Voz do Povo* (UDP), *Luta Popular* (PCTP/MRPP) and *Unidade* (MDP/CDE). Alongside these sources, which form the core of the research, other cohesive materials are used, such as party statutes, certain communiqués and propaganda material, as well as parliamentary debates in the Constituent Assembly. With the democratic opening in Portugal following the coup of 25 April 1974, these movements, most of them illegal during the Estado Novo period, came out of hiding. Thus, an attempt is made to analyze its ideological propaganda about the Portuguese decolonization process at the advent of democracy in Portugal.

Keywords: Portuguese Decolonization, 25 April 1974, Extreme left, UDP, PCTP/MRPP, MDP/CDE

Agradecimentos

Os agradecimentos que quero aqui deixar presentes procuram abranger as pessoas que me apoiaram ao longo da elaboração desta dissertação mas também as que, ao longo da minha vida, me acompanharam. Torna-se impossível agradecer a todas essas pessoas, e perdoem-me pela não referência, estando nesta pequena homenagem as que estiveram presentes de forma mais próxima, tanto pela paciência que tiveram para comigo, como pela ajuda na reflexão crítica ao produzir este trabalho.

Quero agradecer ao Doutor Fernando Tavares Pimenta, pelo desafio que me colocou, pelo apoio prestado a toda hora, pela paciência e pelas sugestões que seguramente só enriqueceram este trabalho. Quero agradecer a todos os funcionários da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e da Biblioteca Municipal de Coimbra pelo excelente serviço prestado ao longo de todo este processo. Um especial agradecimento às funcionárias do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra por me terem dado a possibilidade de consultar tantas das fontes essenciais para a elaboração desta dissertação.

Quero também agradecer aos meus pais e à minha irmã, por sempre acreditarem em mim. Por fim, um especial agradecimento aos meus companheiros e companheira de casa, sempre disponíveis em todos os momentos, ao Tiago Santo, à Rita Moutela e ao Pedro Réquio, sem a sua preciosa ajuda este projeto teria sido sem dúvida bastante mais árduo.

Siglas utilizadas

APODETI - Associação Popular Democrática Timorense
ASP - Acção Socialista Portuguesa
CAFP - Comité de Acção da FRETILIN em Portugal
CARP - Comité de Apoio à Reorganização do Partido
CDE - Comissão Democrática Eleitoral
CEUD - Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
CLAC - Comités de Luta Anti-Colonial
CLSTP - Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe
CMLP - Comité Marxista-Leninista Português
CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
EDE - Esquerda Democrática Estudantil
FAP - Frente de Acção Popular
FARP - Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FICO - Frente Independente de Convergência Ocidental
FLEC - Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola
FRA - Frente de Resistência Angolana
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
FRETILIN - Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
FUA - Frente de Unidade Angolana
GUMO - Grupo Unido de Moçambique
JSN - Junta de Salvação Nacional
MANU - Mozambique African National Union
MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
MFA - Movimento das Forças Armadas
MND - Movimento de Unidade Democrática
MLSTP - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
MRPP - Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
MUD - Movimento de Unidade Democrática
MUD-Juvenil - Movimento de Unidade Democrática-Juvenil
OCA - Organização Comunista de Angola
OCMLP - Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
ONU - Organização das Nações Unidas
OPVCDA - Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola
ORCP (m-l) - Organização para a Reconstrução do Partido Comunista (marxista-leninista)
OUA - Organização da Unidade Africana
PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCP - Partido Comunista Português
PCP (m-l) - Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)

PCP (R) - Partido Comunista Português (Reconstruído)
PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento
Reorganizativo do Partido do Proletariado
PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PREC - Período Revolucionário Em Curso
RDA - República Democrática de Angola
RPA - República Popular de Angola
RPAC - Resistência Popular Anti-Colonial
RPC - República Popular da China
STJ -Supremo Tribunal de Justiça
UDP - União Democrática Popular
UDT - União Democrática Timorense
UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI - União Nacional Africana de Moçambique Independente
UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA - União dos Povos de Angola
URML - Unidade Revolucionária Marxista-Leninista
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice

Introdução	1
1. A extrema esquerda portuguesa e a questão colonial: da eclosão da guerra ao 27 de Maio de 1977	6
1.1. O surgimento da extrema esquerda em Portugal	6
1.2. Um breve olhar sobre a guerra colonial	13
1.3. A extrema esquerda face à guerra colonial	19
1.4. O processo de descolonização português	24
1.5. O 27 de Maio de 1977 em Angola	29
2. O processo de descolonização português na perspetiva da União Democrática Popular (UDP)	32
2.1. A UDP e o processo de descolonização português no seu programa político	32
2.2. <i>Voz do Povo</i> : a independência das colónias e os movimentos de libertação	35
2.2.1. Angola	36
2.2.2. Moçambique	39
2.2.3. Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor	41
2.3. A presença militar portuguesa nas colónias durante o PREC	44
2.4. O neocolonialismo nas colónias portuguesas	47
2.5. O 27 de Maio de 1977 em Angola	51
3. A visão do Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (PCTP/MRPP) acerca do processo de descolonização português	56
3.1. O PCTP/MRPP no pós-25 de Abril de 1974	56
3.2. <i>Luta Popular</i> : Que independência para as colónias e que movimentos de libertação?	57
3.2.1. Angola	59
3.2.2. Moçambique	61
3.2.3. Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor	63
3.3. A presença militar portuguesa nas colónias no pós-25 de Abril	67

3.4.	O neocolonialismo nas colónias portuguesas em <i>Luta Popular</i>	73
3.5.	O 27 de Maio de 1977 em Angola	75
4.	A perspetiva do Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) sobre o processo de descolonização português	82
4.1.	O MDP/CDE no PREC	82
4.2.	A independência das colónias portuguesas vista pelo MDP/CDE	84
4.3.	O fim da guerra colonial e a presença militar portuguesa em África	95
4.4.	O neocolonialismo na África Portuguesa	96
	Conclusão	100
	Fontes e Bibliografia	107

Introdução

A presente dissertação tem como objetivo analisar o pensamento político da extrema esquerda¹ portuguesa relativamente ao processo de descolonização português no período compreendido entre 1974 e 1977. Neste sentido, analisa-se o pensamento político em matéria de descolonização da União Democrática Popular (UDP), do Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (PCTP/MRPP) e do Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE). Note-se que não é nosso propósito analisar o processo de descolonização em si², mas tão só o de dar a conhecer numa perspetiva historiográfica e problematizadora o pensamento da extrema esquerda portuguesa acerca desse mesmo processo, entendido num âmbito cronológico alargado, desde o 25 de abril de 1974 até ao golpe de 27 de maio de 1977³ em Angola. A este respeito, a revolução de 25 de abril de 1974 criou as condições para a descolonização do Império Português, resultando nas independências das colónias africanas entre 1974 e 1975. Contudo, a cronologia foi estendida até 1977, de forma a englobar o estudo das repercussões na política portuguesa dessa tentativa de Golpe de Estado em Angola, tendo em conta as ligações de alguns setores da extrema esquerda portuguesa à situação angolana. Enfim, deve-se ter em consideração que, no caso de Timor, o processo só ficou concluído ao cabo de mais de duas décadas, em virtude da ocupação militar indonésia desse território no final de 1975.

Dito isto, é nosso propósito “preencher” um certo vazio presente nos trabalhos já realizados acerca do processo de descolonização português. De facto, a historiografia ainda não abordou de forma consistente a posição dos partidos e movimentos da extrema esquerda face à descolonização, que constitui um dos processos mais conturbados e complexos da história recente de Portugal. Portanto, a nossa escolha foi

¹ Para uma abordagem concetual à questão da “extrema esquerda” veja-se: Cardina, Miguel, *O essencial sobre a esquerda radical*. Coimbra: Angelus Novus, 2010. O conceito e as origens da extrema esquerda em Portugal serão objeto de discussão no primeiro capítulo.

² Nas últimas décadas, a descolonização portuguesa tem sido objeto de vários estudos de cariz historiográfico, existindo igualmente uma literatura de carácter memorialístico com uma elevada carga ideológica. Para o seu estudo, remetemos para três obras de referência no plano historiográfico: MacQueen, Norrie, *A descolonização da África portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do império*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998; Rosas Fernando; Machaqueiro, Mário; Aires Oliveira, Pedro (Org.), *O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015; Pimenta, Fernando Tavares, *Descolonização de Angola e Moçambique: o comportamento das minorias brancas (1974-1975)*. Goiânia: Editora UFG, 2015.

³ Sobre o 27 de maio de 1977 em Angola veja-se: Mateus, Dalila Cabrita; Mateus, Álvaro, *Purga em Angola: o 27 de Maio de 1977*. Alfragide: Texto Editores, 2015.

em larga medida determinada pela pertinência de trazer para o campo da historiografia a discussão de questões referentes ao processo de descolonização de uma forma descentralizada em relação aos principais atores da vida político-partidária portuguesa e de forma a possibilitar a abertura de outros campos e linhas de investigação no âmbito da história da extrema esquerda portuguesa.

De facto, no quadro da nova fisionomia político-partidária surgida no pós-25 de Abril de 1974, a extrema esquerda portuguesa representou uma nova radicalidade no espectro político português. Essa extrema esquerda considerava o Partido Comunista Português (PCP) como sendo parte de um sistema global de imperialismos, ao colocar-se do lado da União Soviética e ao participar em vários dos governos provisórios que existiram durante o Período Revolucionário Em Curso (PREC). Não estando no centro da decisão política, nem tendo responsabilidades governamentais, importa perceber o posicionamento da extrema esquerda face ao processo de descolonização. Por isso, optámos por nos debruçar sobre dois partidos políticos à esquerda do PCP, a UDP e o PCTP/MRPP, representantes de um novo campo de oposição ao Estado Novo com origens na década de 1960. Um novo campo político da esquerda portuguesa que emergiu no contexto do conflito sino-soviético entre a República Popular da China (RPC) e a União Soviética (URSS), no decorrer da década de 1960, tendo por base a conceção de dois modelos de concretização do comunismo no mundo. Assim, tendo em conta a repercussão desse conflito em Portugal, decidimos analisar as posições desses dois movimentos favoráveis ao lado chinês.

No entanto, a necessidade de fazer o contraponto, de forma a estabelecer uma comparação entre as posições dos partidos favoráveis ao lado chinês e os que apoiavam o modelo soviético, levou-nos a incluir na análise o MDP/CDE, ainda que este não tivesse sido um partido da extrema esquerda em *stricto sensu*. Com efeito, a inclusão do MDP/CDE na nossa análise revela-se vantajosa em termos metodológicos, pois permite a realização de determinadas comparações que de outra forma não seria possível de fazer. Por exemplo, dos três partidos estudados nesta dissertação, o único que assumiu responsabilidades de governo foi o MDP/CDE, tendo participado nos I, IV e V governos provisórios. Esta especificidade enriquece de sobremaneira o nosso trabalho, uma vez que permite observar as diferenças nas tomadas de posição entre, por um lado, a UDP e o PCTP/MRPP, que não exerceram funções governativas, e, por outro lado, o MDP/CDE, presente nos órgãos governativos portugueses.

Paralelamente, várias foram as questões colocadas ao longo da dissertação. Desde logo, qual o(s) modelo(s) de descolonização defendido(s) pelos partidos da extrema esquerda portuguesa? Quais as suas propostas para a realização em concreto dos processos de independência das colónias portuguesas? Para que movimentos de libertação deveria ser transferido o poder na fase de transição para a independência? Como é que olhavam para a presença militar portuguesa nos territórios coloniais no pós-25 de Abril de 1974? O que é que entendiam como sendo o neocolonialismo no (ainda) Império Português? Por fim, como observaram os acontecimentos ocorridos em 27 de maio de 1977 em Angola? Assim, procuramos responder a estas e a outras questões. Algumas delas centrais para a definição do futuro dos países surgidos do desmoronamento do Império Português. A este respeito, procuramos perceber as eventuais afinidades ideológicas entre os partidos da extrema esquerda portuguesa e os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas. Quanto à questão do neocolonialismo, procuramos identificar como esses partidos olhavam para a possibilidade de existência dessa nova realidade na fase de transição para a independência.

Por forma a responder a essas questões, tivemos em particular consideração os debates e as perspectivas políticas acerca da descolonização expressas nos jornais *Voz do Povo* (UDP), *Luta Popular* (PCTP/MRPP) e *Unidade* (MDP/CDE). De facto, a imprensa partidária era um dos meios primordiais de divulgação ideológica desses mesmos partidos, principalmente entre os seus militantes, sendo a sua análise essencial para percebermos o pensamento político da extrema esquerda portuguesa durante o PREC. A imprensa partidária permite-nos observar de forma consistente a evolução das ideias e das propostas da UDP, do PCTP/MRPP e do MDP/CDE. Numa época em que se abriu o espaço democrático em Portugal, a imprensa foi um veículo essencial de divulgação, propaganda e promoção dos diversos partidos políticos. A imprensa partidária transparece o fundamental do pensamento produzido pelas organizações em questão, bem como a sua consistência política e ideológica, sendo uma fonte basilar para o conhecimento da história da extrema esquerda portuguesa. Por isso, a imprensa partidária é a nossa principal fonte, constituindo o núcleo documental central da nossa dissertação. Para além da imprensa, utilizamos como fontes outros materiais coevos, tais como os estatutos dos partidos, certos comunicados e material de propaganda, bem como os debates parlamentares da Assembleia Constituinte. Estes materiais também constituem um importante núcleo de documentação, em larga medida preservados no

Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Claramente, tanto a imprensa partidária, como os restantes materiais foram lidos e analisados de forma crítica, segundo o método historiográfico, uma vez que são documentos políticos, que representam a forma como os partidos procuravam estabelecer uma comunicação com as suas bases militantes e os seus eleitores. Como tal, têm de ser colocados em perspetiva, devidamente contextualizados na sua época e dissecados numa ótica historiográfica, segundo os pressupostos científicos e de rigor metodológico da História enquanto Ciência. Foi isso o que procurámos fazer, salvaguardando o salutar distanciamento científico entre o historiador e o respetivo objeto de estudo.

Em termos de estrutura, a dissertação está organizada em quatro capítulos, para além da introdução, conclusão e lista de fontes e bibliografia. O primeiro capítulo tem como objetivo fazer a contextualização dos fenómenos históricos analisados ao longo da dissertação. Assim, aborda primeiramente a história do surgimento da extrema esquerda em Portugal, principalmente dos movimentos que deram origem à UDP, PCTP/MRPP e MDP/CDE. De seguida lançamos um olhar sobre a guerra colonial, ocorrida entre 1961 e 1974, e sobre a forma como esses movimentos observaram o conflito em Angola, na Guiné e em Moçambique. Depois faz-se uma análise sucinta do processo de descolonização no biénio 1974/1975, sem outras pretensões que não estabelecer o quadro geral. Por fim, dá-se uma visão dos acontecimentos ocorridos em 27 de maio de 1977 em Angola. A estrutura dos três restantes capítulos decorre da análise dos partidos selecionados. Assim, o segundo capítulo incide sobre a UDP, o terceiro sobre o PCTP/MRPP e o quarto sobre o MDP/CDE. Estes três capítulos têm a mesma organização interna, que decorre das questões por nós previamente colocadas, o que permite uma melhor comparação das posições expressas por esses partidos.

Finalmente, julgamos pertinente salientar algumas dificuldades sentidas ao longo da realização da presente dissertação, nomeadamente as que decorreram do contexto pandémico que fechou temporariamente arquivos e bibliotecas, dificultando o acesso às fontes e à bibliografia. Não nos foi também possível recorrer à realização de entrevistas e à recolha de testemunhos orais, o que certamente teria enriquecido o nosso trabalho, não tendo havido para o efeito a abertura necessária à sua realização por parte de alguns representantes ainda em vida desses partidos. O distanciamento social imposto pela pandemia e os entraves à mobilidade também não ajudaram à concretização desse desiderato, sendo que nem todos estão dispostos a escrever sobre o assunto. No caso do MDP/CDE, o facto de haver um hiato na publicação do jornal

Unidade entre 1976 e 1978 não nos permitiu conhecer a posição desse partido relativamente ao 27 de Maio de 1977 em Angola.

Posto isto, apesar dessas dificuldades, consideramos ter conseguido apreender a essência do pensamento político em matéria de descolonização da extrema esquerda portuguesa, demonstrando a sua relevância para o debate então em curso na sociedade portuguesa e que ainda hoje tem reflexos na política atual. Um debate que necessita de uma maior reflexão histórica, tendo em conta o contexto da época e a participação de múltiplos agentes, com maior ou menor capacidade de intervenção no processo de decisão. Um debate que voltou a ser atual, tendo em conta a emergência nos últimos anos de um conjunto de reivindicações políticas e identitárias por parte de alguns setores da sociedade portuguesa em torno de questões relacionadas com o passado colonial português, com a descolonização e com as relações pós-coloniais entre Portugal e os países surgidos da dissolução do Império colonial.

1. A extrema esquerda portuguesa e a questão colonial: da eclosão da guerra ao 27 de Maio de 1977

O presente capítulo tem por objetivo ser uma síntese que permita situar a extrema esquerda portuguesa e as suas posições políticas no contexto da guerra colonial, por forma a desenvolvermos o nosso estudo relativamente ao seu pensamento acerca do processo de descolonização português, bem como no que diz respeito ao golpe ocorrido em Angola a 27 de maio de 1977. Assim, com recurso a bibliografia, iremos analisar o surgimento destes movimentos em Portugal e as suas posições sobre a guerra colonial ocorrida entre 1961 e 1974. Por forma a melhor enquadrarmos as tomadas de posição das organizações a que nos propusemos estudar, tendo em conta as questões por nós colocadas no início deste trabalho, este capítulo faz uma breve abordagem ao processo de descolonização português, assim como aos acontecimentos verificados em Angola a 27 de maio de 1977.

1.1. O surgimento da extrema esquerda em Portugal

É possível identificar a génese de uma parte da extrema esquerda portuguesa a partir da consumação de uma ruptura ideológica entre os dois pólos mais influentes do comunismo no panorama global, ou seja, o conflito sino-soviético entre a União Soviética e a República Popular da China que surge em 1960. Nas palavras de Pacheco Pereira, “os chineses afirmavam que os soviéticos, coerentes com a sua posição internacional assente na «coexistência pacífica», tinham de abafar, abandonar, desaconselhar, combater todas as lutas que a nível nacional ou internacional poderiam pôr em causa o equilíbrio mundial «pacífico» com o capitalismo, a favor do socialismo.”⁴ Refere o mesmo autor que essa cisão entre os dois pólos teve repercussões no Partido Comunista Português (PCP), ao ponto deste ter denunciado à Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) militantes a favor da parte chinesa.⁵ Essa tomada de posição por parte do PCP, relativamente aos emergentes movimentos da

⁴ Pereira, José Pacheco, “*O Um Dividiu-se em Dois*”: *Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-65)*. Lisboa: Aletheia, 2008, p. 14.

⁵ Idem, p. 29.

extrema esquerda em Portugal, aconteceu após a célebre fuga de Peniche, em janeiro de 1960, tendo participado nela, entre outros, Álvaro Cunhal e Francisco Martins Rodrigues. Para o primeiro, além de ter que se corrigir o chamado desvio de direita do partido, era necessário “neutralizar os «desvios de esquerda», que propunham acções armadas contra o regime.”⁶ Não é nosso propósito aqui relatar a fidelidade do PCP ao modelo soviético em detrimento do modelo chinês, posição partilhada pelo MDP/CDE, nem fazer uma análise desses mesmos modelos, apenas realçar que este é o momento que marca o nascimento da extrema esquerda em Portugal. Sobretudo porque o PCP, no seu V Congresso, realizado em outubro de 1957, defendeu a linha de coexistência pacífica definida pela União Soviética.⁷ Esta nova esquerda portuguesa era constituída por movimentos de base maoísta, com uma linha marxista-leninista mais radical, ao ver no modelo revolucionário chinês a continuidade do processo iniciado em outubro de 1917 na Rússia. Era esta a nova forma de revolução popular⁸ em oposição ao desvio, no entender desta nova linha, de Krushev após a morte de Estaline. Contudo, nem só este momento de conflito entre chineses e soviéticos forjou o surgimento da extrema esquerda em Portugal. No imaginário destas novas formas de ver o mundo surgem, fora do modelo soviético, “figuras provenientes da América Latina ou da Ásia como Fidel Castro, Che Guevara, Ho-Chi-Min [e o próprio] Mao-Tsé-Tung que irromperam velozmente no heróclito espaço radical.”⁹ Assim, este novo corpo de oposição ao Estado Novo propagava uma ideologia que ia para lá da forma tradicional de trabalho de consciencialização das massas, promovida pelos partidos comunistas tradicionais, e ia de encontro ao espírito guerrilheiro surgido na América Latina, que observava outro tipo de condições para a realização de revoluções.¹⁰ Estes movimentos trouxeram ventos de radicalidade para o espaço da oposição ao regime de António de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano, destacando-se assim das formas de luta tradicionais do PCP.

No que concerne às repercussões do conflito sino-soviético em Portugal, é de salientar a relevância da tendência onde se vai encontrar Francisco Martins Rodrigues, que abraçou as ideologias pró-chinesas entrando em conflito interno com o PCP, sendo

⁶ Cardina, Miguel, *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal, 1964-1974*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011, p. 34.

⁷ Partido Comunista Português, *V Congresso do Partido Comunista Português: [compilação das informações]*. [S.L.]: Edições Avante, 1957, p. 3.

⁸ Cardina, Miguel, *Margem de certa maneira...*, p. 166.

⁹ Idem, p. 157.

¹⁰ Idem, p. 188.

o primeiro dissidente maoísta neste partido.¹¹ Estas divergências entre Francisco Martins Rodrigues e o PCP evidenciam-se aquando de uma reunião do Comité Central do PCP em Moscovo, em 1963, em que este refere as mesmas questões em três questões: “a via para o levantamento nacional e a questão da luta armada, o necessário protagonismo do proletariado na revolução e a política da unidade nacional antifascista, a linha do movimento comunista internacional e a luta contra o imperialismo e o revisionismo.”¹² Acerca da ideia de existir uma luta armada em Portugal para pôr fim ao Estado Novo, o PCP defendeu no seu V Congresso uma solução não violenta, com o recurso às armas só em caso de última necessidade.¹³ Essa posição vai ser alterada no seu VI Congresso, com as suas resoluções a definirem que a ação governativa, já com Marcelo Caetano no poder, iria obrigar “as forças revolucionárias ao emprego da violência para destruir a violência fascista”.¹⁴

Para além de várias reuniões, Martins Rodrigues já havia trocado correspondência com o PCP apontando dois pontos que via como essenciais: por um lado, o PCP não tinha sido suficientemente crítico em relação àquilo que considerava ser o desvio oportunista; por outro lado, a sua linha relativa à necessidade de uma aliança com os setores da burguesia liberal, que relegava para segundo plano a chamada aliança operário-camponesa, deveria ser revista.¹⁵ Todas essas situações fizeram com que Francisco Martins Rodrigues, regressado à organização do PCP após a fuga de Peniche, abandonasse o partido, indo para o exílio em Paris até 1965, ano do seu regresso a Portugal onde é novamente preso até 27 de abril de 1974.¹⁶ É de extrema relevância esta cisão de Francisco Martins Rodrigues com o PCP para o nosso estudo, porque com ele vai surgir em Paris, em 1964, a Frente de Acção Popular (FAP), que conta também com Rui d’Espiney, João Pulido Valente, e outras figuras saídas do PCP.¹⁷ Esta organização surgiu sob a forma de frente e não de partido pois, de acordo com Josep Sánchez Cervelló, este grupo criou o que dizia faltar ao PCP, uma frente armada, para a qual queriam levar os militantes presumidamente mais revolucionários, no

¹¹ Para um conhecimento aprofundado acerca desta matéria consultar a obra de José Pacheco Pereira acima referida, pp. 136 a 140.

¹² Cardina, Miguel, *O essencial sobre a esquerda radical*. Coimbra: Angelus Novus, 2010, p. 38.

¹³ Partido Comunista Português, *V Congresso...*, p. 36.

¹⁴ Partido Comunista Português, *Actualidade do programa do Partido Comunista Português: Extractos do programa do P.C.P. aprovado no VI Congresso*. [S.L.]: Partido Comunista Português, 1969, p. 12.

¹⁵ Cardina, Miguel, *Margem de certa maneira...*, p. 37.

¹⁶ Rodrigues, Francisco Martins; Paço, António Simões do (org.), *Fuga do Forte de Peniche: 1960*. Lisboa: Centro Editor PDA, 2008, p. 20.

¹⁷ Cardina, Miguel, *O essencial...*, p. 38.

entanto fiéis ao partido devido ao poder de atração que tinha Álvaro Cunhal.¹⁸ João Pulido Valente, que viria a ser diretor de *Voz do Povo*, uma das fontes analisadas neste estudo, antes de ingressar na FAP passou pelo Movimento de Unidade Democrática - Juvenil (MUD-Juvenil), a partir do qual viria depois a integrar o PCP.¹⁹ A FAP, através do seu órgão de comunicação *Acção Popular*, declarava ter o objetivo de “preparar o «desencadeamento de insurreição popular antifascista»”.²⁰ Estes mesmos atores criaram o Comité Marxista-Leninista Português (CMLP), por forma a garantir que este modelo revolucionário pela força das armas tivesse associado a si uma direção política.²¹ Este movimento manteve relações diplomáticas com a China e com a Albânia, o “único território cujo partido comunista no poder apoiou o lado chinês no cisma”.²² O CMLP foi, em 1970, transformado em Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) (PCP-(ml)). Num congresso realizado em abril, declarou que o PCP, a partir de 1956, se havia transformado em «inimigo da revolução» e «lacaio do capitalismo», deixando desde então de ter presente o cariz revolucionário que reclamava para si.²³ Este fosso entre o PCP-ml e o PCP vai estar sempre presente, com o primeiro a afirmar em 1971 o seguinte: “o inimigo número um dos povos de todo o mundo já não é só o imperialismo norte-americano, mas também o social-imperialismo soviético”, uma crítica ao facto de o PCP se posicionar do lado soviético do conflito.²⁴

Para além destes movimentos é criada, em 1972, a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP), pelos mesmos intervenientes, através da junção de *O Comunista*, criado em 1969, em Paris, e *O Grito do Povo*, cuja estruturação se inicia no Porto, no período a seguir às eleições para a Assembleia Nacional de outubro de 1969.²⁵ Para uma melhor compreensão acerca desta temática é de referir que juntamente com as figuras já mencionadas outras iriam estar no Comité de Apoio à Reorganização do Partido (CARP), criando a Organização para a Reconstrução do Partido Comunista (marxista-leninista) (ORPC(m-l)) e o Partido Comunista Português (Reconstruído) (PCP (R)). Todas estas organizações irão estar na origem da UDP, frente eleitoral do PCP (R), um dos partidos em análise neste estudo,²⁶ demonstrando a

¹⁸ Cervelló, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa...*, p. 42.

¹⁹ Cardina, Miguel, *Margem de certa maneira...*, p. 42.

²⁰ Idem, p. 43.

²¹ Cervelló, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa...*, p. 42.

²² Cardina, Miguel, *Margem de certa maneira...*, p. 159.

²³ Idem, p. 64.

²⁴ Idem, p. 171.

²⁵ Cardina, Miguel, *O essencial...*, p. 46.

²⁶ Idem, p. 60.

diversidade de coletivos presentes na construção da extrema esquerda em Portugal. Assim, ainda que não seja nosso objetivo analisar cada uma destas organizações, entendemos que deveríamos referir a sua existência nesta complexa teia organizacional originária da UDP.

Até este momento centrámos a nossa análise nos grupos de extrema esquerda surgidos a partir da cisão de Francisco Martins Rodrigues do PCP em 1964 e que, juntamente com outros grupos, deram origem à UDP. Vejamos agora o despontar do PCTP/MRPP.

Este movimento teve as suas origens na Esquerda Democrática Estudantil (EDE), onde militaram, entre outros, Fernando Rosas, Arnaldo Matos e Amadeu Lopes Sabino. Organização surgida dos Comités Vietname, que se manifestavam contra a guerra ocorrida naquele país.²⁷ Uma das características da EDE, bem como de outros grupos da extrema esquerda nascidos em Portugal, era a de tentar entrar nos meios da juventude operária tendo, nas eleições para a Assembleia Nacional em 1969, declarado ser contra a participação eleitoral, o que lhe garantiu novos elementos de oposição ao Estado Novo, essencialmente nas zonas de Lisboa e Setúbal.²⁸ Posteriormente foi criado o MRPP, a 18 de setembro de 1970, lançando em dezembro desse ano *Bandeira Vermelha*, o seu órgão teórico, tendo por finalidade reagrupar os marxistas-leninistas, visto que, na sua perspetiva, o PCP estaria dominado por uma parte da burguesia, fazendo com que este partido fosse um travão para a luta dos explorados.²⁹ Este movimento tem a sua “base fundamental de recrutamento de quadros, militantes e apoios [na] Universidade.”³⁰ Ao contrário das organizações dinamizadas a partir da cisão de Francisco Martins Rodrigues, que defendiam a reconstrução do partido comunista, o MRPP considerava que Portugal nunca tinha tido um partido verdadeiramente comunista.³¹ Para Saldanha Sanches, em Portugal nunca teria existido um partido do proletariado, sendo necessário preconizar o surgimento de um, papel atribuído ao MRPP, definindo que para ser verdadeiramente do proletariado não poderia surgir de uma cisão do PCP, uma crítica aos movimentos advindos da FAP.³²

²⁷ Cardina, Miguel, *O essencial...*, p. 51.

²⁸ Rosas, Fernando, *Portugal e a Transição para a democracia (1974-1976)*, Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 12.

²⁹ Idem, p. 52.

³⁰ Cervelló, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa...*, p. 43.

³¹ Cardina, Miguel, *Margem de certa maneira...*, p. 81.

³² *Vida Mundial*, nº 1833, 31 de outubro de 1974, p. 36.

Era talvez o movimento mais aproximado do maoísmo, ao realçar o “carácter heróico das massas chinesas guiadas pela sábia iluminação de Mao Tsé-Tung”, que correlacionava diretamente com a morte de Ribeiro dos Santos dando, no entender do MRPP, a vida pela revolução, como tantos chineses.³³ Ribeiro dos Santos é colocado assim numa posição chave para o movimento e a sua propaganda, afirmando-se que os portugueses nunca iriam esquecer “o primeiro marxista-leninista-maoísta português que deu a vida pela Revolução Proletária e pelo Comunismo”.³⁴ Esta é uma das características mais definidoras do MRPP. Ao contrário de outros grupos, como os presentes na formação da UDP, por exemplo, auto definidos como marxistas-leninistas, o MRPP, desde a sua fundação, coloca-se do lado pró-chinês, no que às ideologias comunistas diz respeito.³⁵ Olhemos agora para as origens do MDP/CDE.

Nas suas próprias palavras, o MDP/CDE era o sucessor natural de movimentos como o Movimento de Unidade Democrática (MUD), o Movimento Nacional Democrático (MND) e de comissões eleitorais de apoio às candidaturas presidenciais preconizadas pela oposição ao Estado Novo, como as de Norton de Matos, Rui Luís Gomes e Humberto Delgado. Na sua perspectiva, este movimento surgiu de todas essas formas de oposição até à constituição da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), no quadro das eleições para a Assembleia Nacional de 1969.³⁶ No decorrer do processo para essas eleições, não existindo consenso na oposição ao regime, surgiram no seio desta duas candidaturas: a Comissão Democrática Eleitoral (CDE), e a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), com as candidaturas da CEUD, promovidas pela Acção Socialista Portuguesa (ASP), a terem lugar em Lisboa, Porto e Braga.³⁷ No que diz respeito à CDE, tomando no pós-25 de Abril de 1974 a forma de partido com o nome de MDP/CDE, diz-nos Fernando Tavares Pimenta que esta “reunia a oposição mais à esquerda, conotada com o Partido Comunista Português e defensora de mudanças de estrutura no regime com o objectivo de colocar um ponto final na ditadura.”³⁸ Entre estas duas candidaturas, segundo Cervelló, a clivagem ideológica

³³ Idem, p. 168.

³⁴ Simpatizantes do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, *Todos os quadros são servidores do povo: resolução do Comité Lenine acerca do assassinato do heróico camarada José António Ribeiro Santos*. Figueira da Foz: MRPP, 1974, p. 5.

³⁵ Marujo, Miguel, *Morte aos traidores!*. Lisboa: Matéria-Prima Edições, 2018, p. 41.

³⁶ MDP/CDE, *MDP/CDE: Programa e Estatutos; Movimento Democrático Português*. Santarém; MDP/CDE, 1975, p. 12.

³⁷ Rosas, Fernando; Mattoso, José (dir.), *História de Portugal - Sétimo Volume: O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa: Estampa, 1993, p. 550.

³⁸ Pimenta, Fernando Tavares, *Portugal e o Século XX: Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*, Porto: Afrontamento, 2010, p. 120.

dizia respeito à forma como elas interpretavam a resolução da questão colonial e o fim da guerra. A CDE defendia a independência das colónias, enquanto a CEUD se escudava no direito à autodeterminação.³⁹ Mesmo com estas diferenças entre as candidaturas da CDE e da CEUD, no seio da CDE existiam divergências quanto à questão colonial. A candidatura ao círculo eleitoral de Braga, no ponto relativo à política ultramarina, mostra-se favorável às teses da função histórica dos portugueses como agentes de miscigenação. É nesse ponto assumido que, na generalidade, a política colonial portuguesa nunca esteve revestida de racismo.⁴⁰ Esta tese surge-nos como contraditória em relação à maioria das posições defendidas por este movimento. Contudo, verificamos que, aquando das eleições para a Assembleia Nacional de 1973, nas linhas políticas defendidas pela CDE está o fim da guerra, sendo este objetivo colocado “no primeiro plano das preocupações da C.D.E. de Lisboa”.⁴¹ Ao contrário do MRPP, os movimentos que participaram na CDE tinham como projeto concorrer às eleições, tendo organizado o II Congresso da Oposição Democrática, por forma a preparar a candidatura às eleições de 1973.⁴² A questão das eleições revestia-se de uma lógica que ia para além desse exercício. O objetivo era agrupar os elementos de oposição ao regime numa resistência contra a guerra colonial e a repressão, sendo as eleições mais um elemento dessa resistência.⁴³ Colocamos a CDE numa lógica de proximidade ao PCP, devido ao facto de este partido, juntamente com outros setores da oposição, trabalharem no seio deste movimento.⁴⁴

Até este ponto observamos as organizações que estiveram na base dos partidos em análise neste estudo. Iremos agora procurar perceber como estes movimentos encararam a guerra colonial portuguesa.

³⁹ Cervelló, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa...*, pp. 66 a 67.

⁴⁰ Comissão Democrática Eleitoral - Círculo de Braga da CDE, *Os candidatos de Braga da Lista D e a Política Ultramarina*. Braga: Comissão Democrática Eleitoral - Círculo de Braga da CDE, 1969, p. 6

⁴¹ *Vida Mundial*, nº 1792, 12 de outubro de 1973, p. 16

⁴² Comissão Democrática Eleitoral, *Benvindos a Portugal Democrático*. Lisboa: Comissão Democrática Eleitoral, 1974, p. 4.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ Cervelló, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa...*, p. 37.

1.2. Um breve olhar sobre a guerra colonial

Os ventos de mudança que ecoaram pelo mundo após o término da Segunda Guerra Mundial, bem como a própria alteração do paradigma internacional acerca da justiça, ou não, da posse de colónias, as mudanças de contexto acerca da dominação realizada sobre outros povos e as independências ocorridas em alguns países africanos e asiáticos, tiveram repercussões no Império colonial português. O ano de 1960 foi, segundo José Milhazes, o “Ano de África” porque, só nesse continente, no decorrer desse ano, nasceram dezassete novos Estados.⁴⁵ Para essa viragem foram também determinantes os Estados Unidos da América. Com John F. Kennedy a assumir o mandato como presidente em janeiro de 1961, o governo chefiado por António de Oliveira Salazar foi informado de que o país americano o deixaria de apoiar no seio da Organização das Nações Unidas (ONU), relativamente às suas possessões coloniais.⁴⁶ Para além dessas transformações acerca da perceção da legitimidade da dominação de territórios extra metrópole, a repressão portuguesa fazia-se sentir nas colónias. Acontecimentos como, em 1951 e 1953 em S. Tomé e Príncipe (Guerra de Batepá), em 1956, aquando de uma greve, em Lourenço Marques, bem como da greve dos estivadores e dos trabalhadores do porto de Bissau, em 1959, que vão originar os massacres de Pidjiguiti, são representativos dessa repressão.⁴⁷

Momentos como estes terão servido de preâmbulo ao início da guerra colonial em Angola, em 1961,⁴⁸ pela mão da União dos Povos de Angola (UPA), posteriormente, Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).⁴⁹ Este movimento, fundado na segunda metade dos anos 50, teve como figura de proa Holden Roberto.⁵⁰ Quanto ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), este “só decidiu avançar para a luta armada na reunião da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) em Casablanca, em abril de 1961, ou seja, dois meses depois dos

⁴⁵ Milhazes, José, *Angola: O princípio do fim da União Soviética*. Lisboa: Nova Vega, 2014, p. 31.

⁴⁶ Varela, Raquel; Paço, António Simões do (org.), *Fuga do Forte de Peniche...*, p. 29.

⁴⁷ Rosas, Fernando Mattoso, José (dir.), *História de Portugal - Sétimo Volume...*, p. 515.

⁴⁸ Pimenta, Fernando Tavares, *Portugal e o Século XX...*, p. 101.

⁴⁹ MacQueen, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do império*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998, p. 40.

⁵⁰ Pimenta, Fernando Tavares, *Descolonização de Angola e Moçambique: o comportamento das minorias brancas (1974-1975)*. Goiânia: Editora UFG, 2015, p. 75.

assaltos às prisões de Luanda.”⁵¹ O caso angolano tem algumas particularidades sendo que, para além da guerra contra o império português, existiam também guerras internas no campo nacionalista, nomeadamente entre o MPLA, fundado em 1960,⁵² e a FNLA. Estes conflitos internos acabaram por desembocar “na guerra civil entre os dois movimentos ainda durante a luta pela independência de Angola.”⁵³ Estas guerras entre os movimentos nacionalistas angolanos fizeram com que o conflito armado em Angola fosse completamente diferente dos desencadeados, ulteriormente, na Guiné e em Moçambique, permitindo a Portugal ter um domínio amplo do território angolano, enquanto as guerrilhas, que lutavam entre si, não controlavam nenhuma parte significativa do futuro país.⁵⁴ Mas não foram só as lutas entre os movimentos de libertação pela hegemonia no espaço nacionalista angolano um entrave ao sucesso da guerra contra os portugueses. De facto, no caso da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), fundada em 1966 por Jonas Savimbi,⁵⁵ a ineficácia contra o exército português e o seu conflito direto com o MPLA fizeram com que este movimento nacionalista promovesse tréguas com a potência colonial em 1972. A este respeito “os termos do acordo dispunham que o exército colonial deixaria a UNITA em paz enquanto mantivesse os seus ataques contra o MPLA e, eventualmente, contra a FNLA.”⁵⁶ Contudo, antes da suspensão das atividades guerrilheiras contra Portugal, este movimento dificultou a missão do exército português, ao ter dado início à sua atividade guerrilheira em dezembro de 1966, “com um ataque ao posto português de Cassamba. Em consequência, o leste de Angola tornou-se uma prioridade e tiveram de se encontrar soluções eficazes que resolvessem esta nova extensão do conflito.”⁵⁷ Aliado ao facto de a UNITA ter dado início à guerra contra Portugal, também nesse ano foi aberta uma nova frente de guerra, protagonizada pelo MPLA, entre o Luso e Serpa Pinto, causando mais um problema para a potência colonial.⁵⁸

Em todo o caso, as disputas entre os movimentos nacionalistas favoreceram o lado português, que se soube aproveitar das mesmas por forma a procurar garantir vitórias no território angolano. Para além destas guerras entre os movimentos de libertação angolanos, no seio do MPLA surgiram duas cisões nos anos setenta,

⁵¹ Pimenta, Fernando Tavares, *Portugal e o Século XX...*, pp. 102 a 103.

⁵² Idem

⁵³ Idem, p. 105.

⁵⁴ Idem, p. 132.

⁵⁵ Pimenta, Fernando Tavares, *Descolonização de Angola e de Moçambique...*, p. 76.

⁵⁶ Macqueen, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa...*, p. 56.

⁵⁷ Cann, John P., *Contra-Insurreição em África...*, p. 182.

⁵⁸ Idem.

nomeadamente, a Revolta de Leste, liderada por Daniel Chipenda e, a Revolta Activa, liderada por Mário Pinto de Andrade,⁵⁹ cujo movimento defendia a democracia interna dentro do MPLA, bem como outra forma de dirigir a luta armada.⁶⁰

A guerra colonial portuguesa iniciada, como já referido, em Angola em 1961, teve depois seguimento na Guiné e em Moçambique. Foi no território guineense que esta provocou mais dificuldades a Portugal, com o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) a ter a força guerrilheira mais competente em todo o teatro militar colonial contra o exército português, controlando grande parte do território em 1974.⁶¹ O PAIGC foi desde a sua fundação dirigido por cabo-verdianos e, segundo o seu líder, Amílcar Cabral, “a ideia de que a Guiné e Cabo Verde podiam actuar juntos para se libertarem do domínio português e evoluírem depois para se tornarem num único Estado pode ter sido necessária, dado que só os cabo-verdianos poderiam fornecer a liderança qualificada que libertaria a Guiné e, por sua vez, só na Guiné seria possível travar uma guerra que resultasse na libertação de Cabo Verde.”⁶² Amílcar Cabral, para além desta ideia de unidade entre a Guiné e Cabo Verde, defendia outros dois aspetos doutrinais bastante vinculados, sendo eles, a ideia de pan-africanismo, baseada na solidariedade entre os povos africanos, e a criação de uma espécie de socialismo moldado à realidade africana.⁶³ No caso guineense em concreto, esta estratégia do PAIGC, de juntar os dois territórios numa só luta contra o colonialismo português, “foi eficaz e bem sucedida, tendo sido atingida por esta via o principal objectivo enunciado por este partido, a saber, a independência política destes territórios através da criação de dois Estados”.⁶⁴

O conflito armado na Guiné teve início a 23 de janeiro de 1963, dois anos após o começo da guerra em Angola. Segundo o PAIGC, apesar do conflito só ter sido iniciado em 1963, a ideia de optar pela luta armada, de modo a fazer face à ocupação colonial portuguesa, já havia ganho forma após o massacre de Pidjiguiti em 1959.⁶⁵ No entanto, após algum insucesso da guerrilha durante o primeiro ano do conflito, Amílcar Cabral “reuniu o Congresso de Cassacá em Fevereiro de 1964 a fim de reorganizar o esforço de guerra e instaurar um exército nacional com as FARP (Forças Armadas Revolucionárias

⁵⁹ Idem, p. 209.

⁶⁰ Mateus, Dalila Cabrita; Mateus, Álvaro, *Purga em Angola: o 27 de Maio de 1977*. Texto Editores, 2015, p. 35.

⁶¹ Pimenta, Fernando Tavares, *Portugal e o Século XX...*, p. 114.

⁶² Newitt, Malyn, *O Adeus ao Império...*, p. 32.

⁶³ Cervelló, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa...*, p. 90.

⁶⁴ Coutinho, Ângela Sofia Benoliel, *O Adeus ao Império...*, p. 129.

⁶⁵ MacQueen, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa...*, p. 45.

do POVO).”⁶⁶ Para o general Spínola, em 1970, o conflito estava, de certo modo, empatado entre as duas forças combatentes, sendo que, nem a guerrilha avançava, nem as forças portuguesas a conseguiam fazer sair dos territórios que lhes tinham sido retirados.⁶⁷ Assim, tendo a particularidade de ser a guerrilha mais eficaz contra o exército português, o PAIGC acabou por proclamar a independência da Guiné-Bissau em 1973. Obteve, quase de imediato, o reconhecimento de cerca de noventa países com assento na ONU, uma prova da falta de eficácia do lado português do conflito.⁶⁸ A guerrilha guineense, com grande êxito militar no terreno, após a autoproclamação da independência, começou a infligir “uma derrota militar ao Exército Português”. Isto deveu-se, em certa medida, ao conhecimento do território por parte da guerrilha e ao facto de esta começar a utilizar mísseis terra-ar em 1973, pondo em causa o equilíbrio existente no conflito verificado desde o seu início em 1963.⁶⁹

Quanto ao caso moçambicano, este teve na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) o movimento nacionalista mais forte, contando com Eduardo Mondlane como seu primeiro presidente.⁷⁰ Esta organização, logo no seu primeiro congresso em 1962, definiu como objectivo “promover a organização eficiente da luta do povo moçambicano pela libertação nacional”.⁷¹ Sendo a FRELIMO o movimento nacionalista mais destacado em Moçambique, esta surgiu da fusão entre a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) e a Mozambique African National Union (MANU).⁷² Pelas deliberações do seu primeiro congresso, é possível antever uma posição que levará ao eclodir de uma guerra pela independência neste território, sendo o terceiro e último a iniciar um conflito contra a presença colonial portuguesa. A FRELIMO assimilou muito das experiências de guerra ocorridas nas restantes colónias portuguesas. Assim, só “em Setembro de 1964 se sentiu preparada para iniciar uma guerra de guerrilha, depois de ter treinado o seu pequeno exército.”⁷³ Eclode então a guerra numa terceira colónia portuguesa, comandada pela FRELIMO, com ataques em Cabo Delgado e Niassa a 25

⁶⁶ Cann, John P., *Contra-Insurreição em África...*, p. 52.

⁶⁷ Cervelló, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa...*, p. 97.

⁶⁸ Pimenta, Fernando Tavares, *Portugal e o Século XX...* p. 130

⁶⁹ MacQueen, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa...*, p. 129.

⁷⁰ Idem, p. 42.

⁷¹ Newitt, Malyn, *O Adeus ao Império...*, p. 39.

⁷² Pimenta, Fernando Tavares, *Descolonização de Angola e Moçambique...*, p. 22.

⁷³ Cann, John P., *Contra-Insurreição em África...*, p. 53.

de novembro de 1964.⁷⁴ Ao contrário do caso angolano, onde os movimentos de libertação lutavam entre si, a FRELIMO “começou a sua luta armada com profundas divisões por resolver e terminou com uma extraordinária unidade militar e ideológica.”⁷⁵ Aliada a esta grande unidade, o movimento beneficiava de um grande sentido tático, com os seus dirigentes a viajarem tanto pelos países comunistas, como pelos países sob a esfera de influência ocidental, conseguindo divulgar a sua mensagem de libertação com eficácia.⁷⁶ Desta forma, já próximo do término do conflito, no ano de 1973, o Secretariado Geral da Defesa Nacional “destacava com preocupação as atitudes e opiniões verificadas no seio das forças armadas, resultantes não só de problemas internos mas também das actividades de guerra psicológica movida pela FRELIMO.”⁷⁷ Neste sentido, a frente de guerra em Moçambique tinha problemas efetivos para o lado português, o que se tornou evidente em janeiro de 1974 pela falta de militares e material de combate, dificultando a tarefa portuguesa perante um adversário apoiado com equipamento cada vez mais eficaz e em maior quantidade.⁷⁸

A FRELIMO definiu-se como o único e legítimo representante do povo moçambicano. Contudo, não era o único movimento político em Moçambique. Em 1973 surgiu o Grupo Unido de Moçambique (GUMO), que defendia a conservação de laços com Portugal, mesmo após uma eventual independência. O GUMO terá sido apoiado “por elementos mais liberais do regime colonial, nomeadamente pelo Ministro Baltazar Rebelo de Sousa, e terá tido a conivência do Governador Geral de Moçambique, Engenheiro Pimentel dos Santos, e do próprio Marcelo Caetano.”⁷⁹ No entanto, nunca conseguiu ser uma alternativa válida à FRELIMO.

De um ponto de vista militar, Portugal não estava preparado para enfrentar uma guerra com estas características de guerrilha, pelo que as suas Forças Armadas tiveram que se ir adaptando. Uma das estratégias passou por “disseminar o mais possível o fardo da guerra; (...) manter o ritmo do conflito suficientemente lento para que os recursos fossem suficientes”.⁸⁰ Para melhor compreendermos o esforço de guerra português basta ver que, no ano de 1965, o valor destinado à defesa, portanto à guerra colonial,

⁷⁴ Bernardo, Manuel Amaro, *Combater em Moçambique: Guerra e Descolonização 1964-1975*. Lisboa: Prefácio, 2003, p. 25.

⁷⁵ MacQueen, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa...*, p. 65.

⁷⁶ Bernardo, Manuel Amaro, *Combater em Moçambique...*, p. 142.

⁷⁷ Souto, Amélia Neves de, *O Adeus ao Império...*, p. 142.

⁷⁸ Idem, p. 145.

⁷⁹ Pimenta, Fernando Tavares, *Descolonização de Angola e de Moçambique...*, p. 26.

⁸⁰ Cann, John P., *Contra- Insurreição em África...*, p. 29.

representava cerca de cinquenta por cento da totalidade do orçamento do país.⁸¹ Isto era bem representativo do significado desta guerra para o Estado Novo. Para além desta alta taxa de esforço do ponto de vista orçamental, Portugal via-se a braços com uma grande dificuldade no recrutamento de soldados na metrópole, devido “às altas taxas de deserção, (...) que restringia os números aparentemente favoráveis e sobrecarregavam desproporcionalmente os soldados em serviço”.⁸² Portugal tentou resolver esta situação através do recrutamento de africanos para o exército português nas próprias colónias. Mesmo com altas taxas de deserção, pode estimar-se que cerca de quinze por cento da população portuguesa participou na guerra colonial,⁸³ número que evidenciava a vontade do Estado Novo em continuar o seu domínio sobre as colónias africanas. Outra das situações desfavoráveis para o lado português foi o facto de os movimentos de libertação terem apoios externos, nomeadamente da União Soviética, que disputava a hegemonia com os Estados Unidos da América, também no continente africano.⁸⁴

Nem com a alegada política de autonomia colonial protagonizada por Marcelo Caetano, após 1968, o problema da guerra se viu sanado. Isto deveu-se ao facto de “que nenhum dos movimentos nacionalistas, nem sequer os mais moderados, aceitaram descer a pactos com o governo português. A única excepção foi representada pela UNITA, de Jonas Savimbi, que fez um acordo com os portugueses, através do qual se comprometia a lutar contra o MPLA no Leste de Angola.”⁸⁵ A guerra prolongou-se até 1974, evoluindo desfavoravelmente para o lado português tanto na Guiné, como em Moçambique. Foi a guerra colonial que, em certa medida, provocou a queda da ditadura ao fim de quase meio século. De facto, o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 tinha como objetivo o término da guerra. Tal tinha sido defendido pelo general Spínola na sua obra *Portugal e o Futuro*, onde este “denunciou a ausência de uma solução militar para a guerra colonial e a necessidade de encontrar uma solução política para o conflito. Solução essa que deveria passar pelo reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à independência.”⁸⁶

⁸¹ Idem, p. 30.

⁸² Idem, p. 124.

⁸³ Cervelló, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa...*, p. 132.

⁸⁴ Rosas, Fernando, *Portugal e a Transição...*, p. 108.

⁸⁵ Pimenta, Fernando Tavares, *Portugal e o Século XX...* p. 129.

⁸⁶ Idem, p. 135.

1.3. A extrema esquerda face à guerra colonial

Para uma melhor compreensão dos partidos políticos em análise, e das suas posições em relação ao processo de descolonização português, é importante fazer uma breve análise das atitudes dos movimentos que estão na génese dos partidos em estudo face à guerra colonial. Por outro lado, como são movimentos situados à esquerda do PCP no campo da oposição ao Estado Novo, vamos também tentar perceber quais as diferenças de posições entre este e os movimentos de extrema esquerda relativamente ao conflito em África.

Segundo Fernando Rosas, na oposição ao Estado Novo, PCP incluído, “a denúncia da guerra colonial oscilará entre a ambiguidade e a retórica, não sendo nunca assumida como questão central da respectiva luta política. Será preciso esperar pelos movimentos de contestação de base estudantil, sobretudo de 1968 em diante, para que tal aconteça, isto é, para que surja um verdadeiro movimento de resistência e oposição à guerra colonial.”⁸⁷ Assim, de acordo com esta interpretação, só quando surgiram os denominados movimentos de extrema esquerda é que a contestação à guerra colonial atingiu a linha da frente no combate ideológico ao Estado Novo, com este processo a acabar por colocar um ponto final no regime de Salazar e Caetano.⁸⁸

Diferente é a perspetiva de Fernando Tavares Pimenta que destaca o papel do PCP. Para Pimenta, no início da década de 1960, “o PCP era o único partido de oposição a defender a independência das colónias portuguesas”,⁸⁹ não sendo no entanto declarada a sua posição explícita contra a continuidade da guerra. O posicionamento anticolonial do PCP data de 1957, “no quadro de uma viragem no movimento comunista internacional no sentido de se dar mais prioridade às lutas de libertação anticolonial em África.”⁹⁰ Isto relaciona-se com o facto de em 1943, durante o decurso da Segunda Guerra Mundial, no Primeiro Congresso Ilegal do PCP, Álvaro Cunhal não considerar as colónias como nações, talvez devido à existência da guerra, matéria suficiente para que estes não pudessem ser países independentes, e se o fossem, iriam passar do domínio português para um outro domínio de carácter imperialista, justificação bastante para estas se manterem sob a esfera do domínio português.⁹¹ Importa também ressaltar

⁸⁷ Rosas, Fernando, *Depois do fim do «Império»*, in *Europa Novas Fronteiras, A Europa no Século XXI*, Dezembro, 2000, p. 49.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Pimenta, Fernando Tavares, *Portugal e o Século XX...*, p. 91.

⁹⁰ Reis, Bruno Cardoso, in *O Adeus ao Império...*, p. 80.

⁹¹ Idem, p. 20.

que o PCP foi o partido mais organizado na oposição ao Estado Novo e, mesmo com o surgimento dos movimentos de extrema esquerda, foi o mais perseguido pelo regime.⁹² Ainda assim, e apesar de o PCP ser o principal partido de oposição ao Estado Novo, foi esta nova esquerda quem trouxe para o topo das reivindicações a questão da guerra colonial e do direito à independência por parte das colónias portuguesas.⁹³ Ao trazer para o panorama político nacional um novo “entusiasmo”, estes movimentos começaram, a partir de 1970, principalmente na esfera universitária e em algumas cinturas industriais dos grandes centros urbanos, a ganhar espaço ao PCP.⁹⁴ Está fora do nosso objeto de estudo realizar uma análise profunda da oposição do PCP ao Estado Novo. Apenas o pretendemos utilizar como termo de comparação para podermos comparar as suas posições com as dos movimentos que foram surgindo à sua esquerda, especialmente a partir de 1964. De resto, as posições do PCP acerca dos conflitos ocorridos nas colónias portuguesas sofreram alterações com a ação da extrema esquerda surgida em Portugal, tendo esta ultrapassado o PCP pela esquerda devido ao seu “discurso proclamatório mas de fraco conteúdo”.⁹⁵ Na verdade, o PCP “sem nunca assumir formalmente em termos públicos, procederá a um mais significativo investimento político, organizativo (e até militar) nesta frente de luta.”⁹⁶ Assim, as posições do PCP, acerca das formas de fazer oposição, também se foram transformando à medida que a extrema esquerda trouxe para o campo da contestação ao regime o fim da guerra colonial como principal bandeira política.

Neste sentido, os movimentos de extrema esquerda em Portugal tiveram um confronto com o Estado Novo que constituiu novidade: o fim da guerra colonial. Assim, para estes novos grupos “a luta contra o colonialismo e a guerra torna-se o centro da luta contra o regime: “Guerra do povo à guerra colonial!”, proclamam as palavras de ordem do MRPP pintadas nas paredes, gritam os milhares de jornais, panfletos, comunicados, as “armas de papel” de que fala Pacheco Pereira, dos mais diversos comités e organizações de luta anticolonial.”⁹⁷ Inicia-se então uma nova fase de oposição ao Estado Novo, protagonizada por estes novos grupos emanados de uma lógica de combate ao regime à esquerda do PCP. O MRPP dava bastante atenção à luta anticolonial, tendo organizado os Comitês de Luta Anti-Colonial (CLAC), juntamente

⁹² Idem, p. 115.

⁹³ Cardina, Miguel, *O essencial...*, p. 89.

⁹⁴ Rosas, Fernando; Mattoso José (dir.), *História de Portugal - Sétimo Volume...*, p. 555.

⁹⁵ Rosas, Fernando, in *O Adeus ao Império...*, p. 23.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem, p. 24.

com militantes do CMLP, sendo os primeiros a convocar uma manifestação a favor do fim da guerra colonial.⁹⁸ Para além dos CLAC, o MRPP dinamizava também a Resistência Popular Anti-Colonial (RPAC), organização destinada sobretudo aos elementos das Forças Armadas organizados no Exército ou na Marinha.⁹⁹ Estas organizações dinamizadas pelo MRPP, que considerava que, na sua maioria, o exército colonial português era constituído por operários e camponeses, deveriam sabotar a guerra colonial recorrendo a: “levantamentos de rancho, desobediência generalizada, deserção colectiva, atentados contra pontos nevrálgicos do aparelho bélico.”¹⁰⁰

Pelo que podemos depreender das palavras de Miguel Cardina, só no início da década de 1970 é que começaram as manifestações públicas contra a guerra, quase dez anos após o início desta. Para a EDE, embrião do MRPP, a luta deveria ser contra a burguesia monopolista, contra o capitalismo e contra o imperialismo, e o centro dessa luta encontrava-se na guerra colonial, “o principal nó de contradições do sistema capitalista que rege Portugal, país colonialista progressivamente colonizado pelo imperialismo.”¹⁰¹ Através desta tomada de posição por parte do braço estudantil do MRPP, aquilo que depreendemos é o seguinte: segundo os pressupostos ideológicos dos novos movimentos à esquerda do PCP, foi com a guerra colonial que o sistema capitalista e imperialista português enfrentou a sua maior contradição, pois não permitia aos povos das colónias serem livres, assim como o povo português também o não podia ser.

A guerra colonial, protagonizada do lado das colónias pelos movimentos que queriam ver os seus países independentes, trazia um novo foco de esperança para surgirem outras revoluções pelo mundo. Isso é espelhado em *Luta Popular*, órgão de propaganda do MRPP, ao defender que os movimentos de libertação das colónias não eram importantes só para o problema local de África, mas um contributo importante para a luta de classes a nível mundial.¹⁰² A questão colonial foi revestida de tal importância que o MRPP, no primeiro número do seu jornal, em fevereiro de 1971, no título de primeira página defendeu a independência das colónias e referiu-se às mesmas da seguinte forma: “Viva a grande, gloriosa, e justa luta revolucionária de libertação

⁹⁸ Cardina, Miguel, *O essencial...*, p. 54.

⁹⁹ Cardina, Miguel, *Margem de certa maneira...*, p. 87.

¹⁰⁰ MRPP, *A situação actual e as tarefas tácticas do nosso Movimento*, MRPP, [S.L]: Edições Bandeira Vermelha, 1971, p. 10.

¹⁰¹ Cardina, Miguel, *Margem de certa maneira...*, p. 77.

¹⁰² Idem, p. 87.

nacional dos povos oprimidos das colónias”.¹⁰³ Para os movimentos de extrema esquerda, as guerras de libertação nas colónias estariam envoltas num misticismo que proclamava uma espécie de revolução mundial. Da mesma forma estiveram envoltas neste campo da misticidade da esquerda a guerra do Vietname e a guerra em Cuba, que levou Fidel Castro ao poder.

Esta nova lógica de oposição, tendo por base o fim da guerra colonial, não foi só levada a cabo pelo MRPP e os seus grupos, como também não se fazia só de comunicados, jornais e panfletos. No caso concreto da OCMLP, foram “criados Comitês de Soldados e Marinheiros Vermelhos, com o intuito de promover um levantamento armado, tendo como objetivo o fim da guerra.”¹⁰⁴ No entanto, não nos foi possível ao longo da nossa investigação comprovar os seguintes aspetos: o que foi feito no concreto da ação relativamente a um possível levantamento armado junto da população portuguesa e das Forças Armadas? Que pessoas, e quantas, foram mobilizadas nesse sentido? Terão sido estes comités apenas propaganda e retórica revolucionária? São questões para as quais não encontramos respostas no decorrer do nosso estudo. Ainda assim, para estas organizações a guerra colonial era também um meio de organizar a luta interna contra o Estado Novo, existindo uma correlação direta entre a oposição à guerra e as possibilidades de utilizar o mesmo sistema em Portugal. Isto é afirmado pelo CMLP no primeiro número do seu órgão, *Revolução Popular*, com esta organização a estabelecer uma correlação direta entre as colónias e a metrópole, com o início das guerras através dos movimentos de libertação a terem criado condições para uma insurreição em território metropolitano.¹⁰⁵ Uma clara alusão à possibilidade de iniciar um conflito armado em Portugal contra o regime. Existe aqui uma clara diferenciação entre o discurso adotado pela CMLP, por exemplo, e o PCP, com a primeira a defender que a experiência das lutas dos povos nas colónias poderia servir de mote para uma revolta de tipo militar em Portugal. Esta posição adotada pela CMLP era reforçada pelo PCP (m-l) que, ao analisar o trabalho dos movimentos que o antecederam, considerava que estes tinham compreendido as novas possibilidades de luta contra o regime de António de Oliveira Salazar com o início da guerra colonial. Isto porque essas organizações partilhavam da posição de que o PCP apenas utilizava os movimentos de libertação das colónias para fortalecer a sua organização e o “seu jogo “unitário”

¹⁰³ Marujo, Miguel, *Morte aos traidores!*, p. 43.

¹⁰⁴ Cardina, Miguel, *O essencial...*, p. 50.

¹⁰⁵ Idem, p. 88.

anti-salazarista.”¹⁰⁶ Estas posições surgiram pelo facto do PCP defender que os soldados portugueses na guerra deveriam criar redes de comunicação para denunciar a injustiça da mesma e criar células do partido dentro do corpo militar. Duas posições que, na nossa opinião, encerravam em si o mesmo propósito, o fim do regime ditatorial com a extrema esquerda a adotar, pelo menos na teoria, uma posição de força mais radicalizada, ao invés do fortalecimento da estrutura partidária.¹⁰⁷

Para além destes casos particulares de alguns movimentos da extrema esquerda face à guerra colonial, na generalidade destes movimentos o argumento para o fim da guerra não era pacifista, defendiam “lógicas combativas, que não deixavam de conceder um lugar central à razão das armas.”¹⁰⁸ Defendendo essas lógicas combativas, os grupos emergentes da extrema esquerda em Portugal declaravam que o problema da guerra era o facto desta ser uma guerra imperialista. Deste modo, “ao contrário do PCP, que se definiu em torno de uma ideia de «identidade nacional», estes colectivos almejavam colocar o acento tónico no internacionalismo e no anti-imperialismo de cariz insurreccional”.¹⁰⁹ Esta foi uma das formas de tentar transpor a luta contra o colonialismo português nos territórios ultramarinos para uma luta armada na metrópole, por forma a acabar com o regime em território nacional.

Dentro destes grupos de extrema esquerda nem todos tinham exatamente a mesma posição acerca da forma de combate à guerra colonial. Poderemos encontrar próxima do PCP a Unidade Revolucionária Marxista-Leninista (URML), cuja estratégia se centrava na criação de movimentos de soldados à volta dos problemas sofridos por estes através de lógicas revolucionárias dentro dos quartéis,¹¹⁰ indo mais de encontro às posições defendidas pelo PCP, que relegava para segundo plano o carácter insurreccional da luta.

Procuramos aqui, de certa maneira, colocar em perspetiva as posições que a extrema esquerda adotou relativamente à guerra colonial para percebermos, depois, o contexto e as posições que estes movimentos, organizados em partidos, tiveram após o 25 de Abril de 1974 face ao processo de descolonização. Para nós, estes movimentos trouxeram para o centro da ação contestatária a luta contra a guerra, estudo esse que tem já vindo a ser desenvolvido. Falta agora trazer a “descoberto” o pensamento destas

¹⁰⁶ PCP (m-l), *Combater o chauvinismo imperialista é a base dum efectiva solidariedade aos povos das colónias*, PCP (m-l), [S.L]: Edições do partido, 1974, pp. 14 e 15.

¹⁰⁷ Cardina, Miguel, *O essencial...*, p. 88.

¹⁰⁸ Idem, p. 85.

¹⁰⁹ Idem, p. 97.

¹¹⁰ Idem, p. 121.

organizações acerca do fim do Império, nomeadamente sobre o processo de descolonização das colónias africanas.

1.4. O processo de descolonização português

Podemos afirmar que o processo de descolonização português teve início com o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974. Para Fernando Tavares Pimenta, ao ser posto um fim ao Estado Novo, abriram-se as portas para a descolonização da África Portuguesa, existindo, dessa forma, “uma profunda interdependência política entre o processo revolucionário na metrópole e o fim do Império Português em África.”¹¹¹ Processo esse que era uma das reivindicações do Movimento dos Capitães envolvidos no golpe. Contudo, de um ponto de vista formal, foi “com a lei de 7/74, de 26 de Julho de 1974, e ao cabo de treze anos de guerra, [que] o governo provisório da República Portuguesa reconhecia o direito à autodeterminação e independência das colónias portuguesas.”¹¹² Iniciou-se assim com esta lei, formalmente, o processo de descolonização português em África, com a duração de pouco mais de um ano. Com o termo deste processo em novembro de 1975, salvo os casos de Timor e de Macau, o Império português viu chegar o seu fim após mais de cinco séculos do início da expansão portuguesa.¹¹³ Para Fernando Rosas, este processo foi claramente condicionado pelo facto do Estado Novo se ter recusado a iniciar a descolonização após a Segunda Guerra Mundial e à “política de guerra que, a partir de 1961, foi a sua necessária consequência.”¹¹⁴

O processo de descolonização não era encarado de igual forma por todos os agentes políticos responsáveis pela condução do mesmo, podendo ser identificadas duas posições distintas: uma de carácter mais conservador e outra com cariz revolucionário. Isto mesmo nos explica Fernando Tavares Pimenta, dizendo, relativamente à posição mais conservadora, que esta era “representada pelo General Spínola e apoiada pelos sectores que lhe eram fiéis «os spinolistas» dentro das Forças Armadas. Spínola encarava uma solução de tipo *gaullista*, isto é, a formação de uma federação de Estados entre a metrópole e as colónias, cuja aprovação seria submetida ao escrutínio das

¹¹¹ Pimenta, Fernando Tavares, *Descolonização de Angola e Moçambique...*, p. 14.

¹¹² Rosas, Fernando, *Depois do fim do «Império»...*, p. 45.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Rosas, Fernando, in *Ensaio Geral...*, p. 23.

populações em cada colónia.”¹¹⁵ Esta posição de Spínola foi expressa na sua obra, *Portugal e o Futuro*. Segundo Fernando Rosas, foi através da ação de Spínola que, do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), “foi riscado o reconhecimento do direito dos nossos territórios africanos à autodeterminação e independência”.¹¹⁶ Acerca da posição mais revolucionária sobre o processo de descolonização diz-nos Pimenta que esta era apoiada pelo General Costa Gomes e pelos setores mais à esquerda do espectro político português, sendo maioritária entre os militares. Esta posição de cariz mais revolucionário defendia a independência das colónias portuguesas de forma imediata, e que o poder devia ser delegado nas mãos dos movimentos de libertação.¹¹⁷ São estas as posições que, em última análise, se vão degladiar entre si para conduzir o processo de descolonização português, terminando com a derrota da visão spinolista, com a já referida Lei 7/74 que, “representava o restabelecimento do compromisso de descolonização, mais radical, que fizera parte da redação original do programa do MFA.”¹¹⁸ Este insucesso da visão spinolista, acerca da forma como se deveria processar a descolonização portuguesa, teve concretização prática nas instituições portuguesas, com Spínola a ser substituído como Presidente da República pelo general Costa Gomes, na sequência do falhanço da manifestação da “maioria silenciosa” de 28 de setembro de 1974. Com esta mudança, a posição mais revolucionária ganhou poder dentro das instituições governamentais em Portugal. No caso de Angola, Portugal passou a negociar a independência unicamente com os três movimentos guerrilheiros: MPLA, FNLA e UNITA.¹¹⁹ Situação análoga já se tinha verificado nas restantes colónias. O facto de as negociações se realizarem apenas com os movimentos guerrilheiros, devia-se também à insistência destes em continuarem a guerra, caso o lado português decidisse negociar com quaisquer outros grupos.¹²⁰

Vejamos então como essas forças se opuseram entre si no caso angolano. Do lado spinolista, existiu a proposta de um plano de descolonização de Angola - com a duração de três anos - em 9 de agosto de 1974. Esse plano consistia na realização dum cessar-fogo com as guerrilhas e a constituição de um governo provisório de coligação que representasse “todos os movimentos de libertação, em paralelo com os agrupamentos étnicos mais representativos do Estado de Angola, inclusive a “etnia

¹¹⁵ Pimenta, Fernando Tavares, *Descolonização de Angola e Moçambique...*, p. 14.

¹¹⁶ Rosas, Fernando, *Portugal e a Transição...*, p. 109.

¹¹⁷ Pimenta, Fernando Tavares, *Descolonização de Angola e Moçambique...*, p. 14.

¹¹⁸ MacQueen, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa...*, 118.

¹¹⁹ Pimenta, Fernando Tavares, in *O Adeus ao Império...*, p. 167.

¹²⁰ Rosas, Fernando, *Portugal e a Transição...*, p. 111.

branca”.¹²¹ Por outro lado, a posição do MFA ia no sentido de serem os movimentos guerrilheiros quem representava o povo angolano, enquanto outras forças políticas eram consideradas como fantoches e reacionárias, não servindo, portanto, os interesses do “povo angolano”.¹²² A Frente de Unidade Angolana (FUA), por exemplo, enquadra-se nesta lógica de movimentos surgidos em Angola no espectro político mais moderado. E, numa linha diferente mais radical à direita, podemos identificar a Frente de Resistência Angola (FRA), “que terá sido fundada em 22 de Julho de 1974. A FRA foi suscitada por alguns meios da direita portuguesa, que cooptaram para a organização elementos locais, na sua maioria antigos militares e agentes das forças policiais.”¹²³ Para o caso concreto de Angola foram estas as perspectivas que se confrontaram acerca da forma como deveria ser conduzido o processo de descolonização.

No entanto, o Acordo de independência, assinado no Alvor, em 15 de janeiro de 1975, “reconheceu a FNLA, o MPLA e a UNITA “como os únicos e legítimos representantes do povo angolano”, de modo que todas as outras forças partidárias deixaram de ter legitimidade política para continuar a existir”.¹²⁴ Este acordo, assinado entre os três movimentos de libertação e o governo português, previa a existência de um governo de transição, composto pelos três movimentos, bem como a realização de eleições antes da proclamação da independência de Angola.¹²⁵ Foi assim reiterada a posição defendida pelo MFA, em detrimento da posição do general Spínola. Contudo, um dos problemas do acordo foi o facto de ele não abordar a questão da população branca que queria permanecer no novo país, ignorando quase por completo o assunto, deixando numa posição insustentável aqueles que tinham sido a minoria colonizadora.¹²⁶ Este e outros problemas não foram tidos em conta no Acordo do Alvor, com Angola a mergulhar numa guerra civil entre os três movimentos de libertação, disputa interna iniciada durante a guerra colonial, que eram os reconhecidos por Portugal. Nesta guerra, o MPLA encontrava-se numa posição de vantagem em relação à FNLA e à UNITA, quando “às zero horas do dia 11 de Novembro de 1975, a bordo de um barco de guerra português, o Alto Comissário Leonel Cardoso transferiu formalmente a soberania para o

¹²¹ Pimenta, Fernando Tavares, *Descolonização de Angola e de Moçambique...*, p. 87.

¹²² Idem, p. 91.

¹²³ Pimenta, Fernando Tavares, in *O Adeus ao Império...*, p. 164.

¹²⁴ Pimenta, Fernando Tavares, *Descolonização de Angola e de Moçambique...*, p. 103.

¹²⁵ Esteves, Maria Teresa Pereira, *O papel de Portugal no processo de transição para a independência de Angola (1974-1976)*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2016, p. 89.

¹²⁶ Idem, p. 105.

“povo angolano” e saiu das águas territoriais de Angola.”¹²⁷ Aquando deste ato, o único movimento a proclamar a independência em Luanda foi o MPLA, ao passo que a FNLA e a UNITA o fizeram no Huambo. Este controlo de Luanda por parte do MPLA deveu-se em grande medida a dois apoios distintos: o apoio por parte do MFA, que claramente favorecia este movimento em detrimento dos restantes; e o apoio por parte de Cuba através do envio de soldados, garantia do domínio de Luanda após a retirada dos portugueses.¹²⁸ Do lado português, o MFA não era a única organização a ter uma preferência clara a favor do MPLA. Existia uma atitude generalizada a favor deste movimento, pelo menos por parte dos partidos de esquerda. Esta atitude “era reforçada pelos laços políticos que uniam os seus dirigentes a Portugal e à sua cultura e, pelo menos até ao Acordo do Alvor, a generalidade das forças políticas portuguesas, inclusivamente as de centro-direita, apoiaram o partido de Agostinho Neto.”¹²⁹

Os acontecimentos em Angola, último país africano a proclamar a independência, tiveram repercussões em Portugal, nomeadamente no aceleração do PREC, que viu o seu fim chegar a 25 de novembro de 1975. As forças políticas adversas a uma radicalização do processo revolucionário só conseguiram modificar o rumo da revolução após resolvida a questão da independência das colónias portuguesas em África.

Assim, logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, a FRELIMO saudou as forças democráticas que fizeram cair o Estado Novo. Contudo, ao mesmo tempo, declarou que o fim da guerra só seria possível se Moçambique se tornasse um Estado independente.¹³⁰ Visão essa que estava de acordo com a perspectiva mais revolucionária proposta pelo MFA. Paralelamente, existiam no território moçambicano, tal como se verificou em Angola, outro tipo de movimentos mais afetos à visão spinolista, como a Frente Independente de Continuidade Ocidental (FICO) que “mobilizou os sectores mais conservadores da população branca, tendo adoptado inicialmente a designação de Frente Independente da Convergência Ocidental. Para a FICO, Moçambique era - e deveria continuar ser - “terra portuguesa”.¹³¹ Não tão radical como a FICO, o GUMO, já referido, tinha uma visão no sentido de estreitar relações de todos os tipos entre as comunidades moçambicana e portuguesa.¹³²

¹²⁷ Idem, p. 111.

¹²⁸ Newitt, Malyn, in *Adeus ao Império...*, p. 37.

¹²⁹ Cervelló, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa...*, p. 267.

¹³⁰ Pimenta, Fernando Tavares, *Descolonização de Angola e Moçambique...*, p. 31.

¹³¹ Idem, p. 36.

¹³² MacQueen, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa...*, p. 172.

No entanto, ainda que com algumas hesitações iniciais, o processo de descolonização de Moçambique resultou das negociações entre Portugal e a FRELIMO. Nas primeiras conversas entre o representante português, Mário Soares, e o líder da FRELIMO, Samora Machel, estes “discutiram as condições para o estabelecimento de um cessar-fogo, sendo que a FRELIMO colocou três questões essenciais: 1º) o reconhecimento do direito à independência imediata de Moçambique; 2º) o reconhecimento da Frelimo como única e legítima representante do povo moçambicano; 3º) a transferência do poder para as mãos da Frelimo.”¹³³ Após várias negociações foi concluído o Acordo de Lusaka, a 7 de setembro de 1974, que reconheceu Moçambique como país independente, liderado pela FRELIMO, tendo a data da independência sido estabelecida em 25 de junho de 1975.¹³⁴ Este acordo deixou a FRELIMO com uma posição consolidada em Moçambique, em detrimento de outras forças políticas. Tal como salientado por Amélia Neves de Souto, a FRELIMO foi “reconhecida como único e legítimo representante do povo moçambicano; é aceite o princípio da transferência de poderes sem a necessidade de qualquer tipo de referendo; é aceite a formação de um Governo de Transição com uma posição maioritária da FRELIMO.”¹³⁵ Desta forma, é possível verificar que vingou, no caso moçambicano, a tese defendida pelo MFA de transferência de poderes para os movimentos nacionalistas defensores da total desvinculação com Portugal, definindo assim a derrota da linha “spínolista”. A vitória da linha defendida pelo MFA em Moçambique deveu-se maioritariamente à pressão exercida pelo movimento em Portugal, mais do que propriamente neste território. Isto porque o MFA nesta colónia não detinha o poder político verificado na Guiné, nem a força organizacional que o caracterizava em Angola.¹³⁶

Na Guiné, as primeiras reações por parte do PAIGC ao golpe realizado em 25 de abril de 1974 surgiram a 6 de maio de 1974, propondo uma solução com as seguintes condicionantes: “a) reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito «do nosso povo em Cabo Verde» à autodeterminação e à independência; b) reconhecimento deste mesmo direito aos povos das outras colónias portuguesas”.¹³⁷ As negociações entre o PAIGC e o governo português tiveram a sua conclusão no Acordo de Argel, a 26 de agosto de 1974, que previa o seguinte: “a) O Estado Português comprometia-se a

¹³³ Pimenta, Fernando Tavares, *Descolonização de Angola e de Moçambique...*, p. 55.

¹³⁴ Idem, p. 63.

¹³⁵ Souto, Amélia Neves de, in *O Adeus ao Império...*, p. 156.

¹³⁶ MacQueen, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa...*, p. 159.

¹³⁷ Silva, António E. Duarte, in *Adeus ao Império...*, p. 102.

reconhecer *de jure* a República da Guiné Bissau, como Estado soberano, em 10 de Setembro de 1974 (art. 1º); b) O cessar-fogo *de facto* convertia-se automaticamente, desde a assinatura do *Protocolo*, em cessar-fogo *de jure* (art. 2º) c) A saída das forças armadas tinha de estar concluída até 31 de Outubro desse ano, procedendo-se nos termos do *Anexo* (art. 3º) (...) e) O Governo português reafirmava o direito à autodeterminação e independência de Cabo Verde.”¹³⁸ O acordo foi cumprido. A independência da Guiné foi alcançada a 10 de setembro de 1974 e a presença militar portuguesa nesse território terminou em outubro desse ano.¹³⁹ O caso de Cabo Verde não ficou desconexo do processo da Guiné-Bissau, isto porque “a 19 de Dezembro de 1974, foi rubricado em Lisboa o Acordo de Transição entre o Governo português e o PAIGC, que previa a nomeação de um Governo de Transição que deveria conduzir o processo de preparação da independência do arquipélago durante 6 meses.”¹⁴⁰ Efetivamente, Cabo Verde tornou-se um país independente a 5 de julho de 1975.¹⁴¹

Em São Tomé e Príncipe foi criado, em setembro de 1960, o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), substituído em 1972 pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Apesar de não ter levado a cabo uma guerra contra o colonialismo português, o MLSTP foi beneficiado ao ser reconhecido pela Organização da Unidade Africana (OUA).¹⁴² Desta forma, a transição de poder deu-se para as mãos do MLSTP, que também beneficiou do facto de ser membro da CONCP, organização que coordenava a luta dos movimentos nacionalistas progressistas das colónias portuguesas. Neste sentido, São Tomé e Príncipe atingiu a independência a 12 de julho de 1975, ficando sob a alçada governativa do MLSTP.¹⁴³

1.5. O 27 de Maio de 1977 em Angola

Os acontecimentos de 27 de maio de 1977 em Angola tiveram uma ampla repercussão em Portugal, nomeadamente entre a extrema esquerda. Por isso, muito embora não diga respeito diretamente ao período de descolonização, consideramos oportuno abordá-los nesta dissertação. De alguma forma podemos dizer que a alegada tentativa de golpe de Estado de Nito Alves e José Van Dunem, em 27 de maio de 1977

¹³⁸ Idem, p. 119.

¹³⁹ Pimenta, Fernando Tavares, *Portugal e o Século XX...*, p. 140.

¹⁴⁰ Coutinho, Ângela Sofia Benoliel, in *O Adeus ao Império...*, p.137.

¹⁴¹ Idem, p. 139.

¹⁴² Nascimento, Augusto, in *O Adeus ao Império...*, pp. 177 a 181.

¹⁴³ Idem, p. 151.

em Angola, encerraram um ciclo de eventos despoletados pela descolonização, ao mesmo tempo que consolidaram a liderança de Agostinho Neto no MPLA. Isto deveu-se em grande parte ao apoio militar prestado pelos soldados cubanos que permitiram o sucesso da facção liderada por Agostinho Neto sobre os seus opositores.¹⁴⁴ Ao invés, quem ficou definitivamente arredado do poder foram, em grande parte, os elementos da guerrilha da 1ª Região Militar, na zona de Luanda, que durante cerca de treze anos combateram nesse território contra o exército colonial português, bem como contra a FNLA.¹⁴⁵ Importa salientar que o MPLA, liderado por Agostinho Neto, tinha à sua volta uma “aura” revolucionária, com os dissidentes e opositores à linha defendida por Neto a serem acusados de agentes do imperialismo.¹⁴⁶ Numa primeira fase, podemos falar em divergências relacionadas com o concreto da ação, com a parte do MPLA situada em Luanda a ser crítica da parte presente fora do território angolano, denunciando que esta em nada tinha contribuído para o estabelecimento do movimento na capital. Para Miguel Francisco, o golpe preconizado por Nito Alves e José Van Dunem não teria sido dirigido diretamente a Agostinho Neto mas sim a Lúcio Lara, cuja estratégia política seria alvo de discórdia no seio do MPLA e teria conduzido os promotores do golpe a colocá-lo em prática.¹⁴⁷ A direção do MPLA dirigida por Agostinho Neto iria afirmar, já depois do 27 de Maio de 1977, que a entrada de Nito Alves e de José Van Dunem para o Comité Central era já uma antecâmara para a tomada do poder por parte desses elementos.¹⁴⁸ A facção de Nito Alves considerava que a direção liderada por Neto estava impregnada de elitismo, paternalismo, entre outras coisas, sendo responsável pelo afastamento de militares posicionados mais à esquerda e da falta de democracia interna no seio do MPLA.¹⁴⁹ Para lá destas divergências assistiu-se por parte da direção liderada por Agostinho Neto a uma sucessiva centralização do poder, com perseguições aos elementos da Revolta Activa, da Organização Comunista de Angola (OCA), entre outros, até por fim chegar aos elementos que apoiavam Nito Alves.¹⁵⁰

¹⁴⁴ “Michel”, Miguel Francisco, *Nuvem negra: o drama do 17 de Maio de 1977*. Lisboa: Clássica Editora, 2007, p. 23

¹⁴⁵ Mateus, Dalila Cabrita; Mateus, Álvaro, *Purga em Angola: o 27 de Maio de 1977*. Alfragide: Texto Editores, 2015, p. 47.

¹⁴⁶ Idem, p. 53.

¹⁴⁷ “Michel”, Miguel Francisco, *Nuvem negra...*, p. 25.

¹⁴⁸ Mateus, Dalila Cabrita; Mateus, Álvaro, *Purga em Angola...*, p. 57.

¹⁴⁹ Idem, p. 70.

¹⁵⁰ Idem, p. 66.

Dito isto, podemos considerar que os acontecimentos de 27 de maio de 1977 em Angola estão ainda envoltos numa certa incerteza. O início das ocorrências ter-se-á dado aquando de uma tentativa por parte do grupo nitista de prender algumas pessoas. Um dos episódios mais marcantes verificou-se quando foram encontrados membros do governo mortos no interior de uma ambulância que, segundo a versão oficial do MPLA, teriam sido assassinados por elementos de Nito Alves.¹⁵¹ Importante para a manutenção de Agostinho Neto no poder em todo este processo foram as forças militares cubanas. As tropas cubanas, que ocuparam a Rádio Nacional foram, de acordo com a Embaixada de Portugal em Angola, o garante da manutenção no poder de Neto, tendo chegado a abrir fogo sobre os manifestantes.¹⁵² A partir desse momento dá-se a consolidação efetiva do poder de Neto. Este, logo a 27 de maio de 1977, declarou que membros da direção política do MPLA “tinham tentado manifestar pela força das armas o seu descontentamento”, iniciando a partir desse instante uma perseguição aos elementos suspeitos de estarem próximos de Nito Alves.¹⁵³

Até este ponto dedicamos o nosso estudo à análise dos movimentos que deram origem aos partidos em análise neste estudo, ou seja, como surgiram e como se posicionaram relativamente à guerra colonial, tendo sido dedicada uma parte à compreensão do modo como este conflito surgiu e se foi desenrolando desde 1961 a 1975. Por fim, analisamos de forma breve o processo de descolonização português do ponto de vista institucional e a chamada tentativa de Golpe de Estado de Nito Alves em 27 de maio de 1977 em Angola.

¹⁵¹ Idem, pp. 87 a 97

¹⁵² Idem, p. 104

¹⁵³ Idem, pp. 113 a 117

2. O processo de descolonização português na perspectiva da União Democrática Popular (UDP)

Neste capítulo vamos analisar a posição da UDP face ao processo de descolonização da África Portuguesa. Nesse sentido, iremos procurar responder às questões colocadas no início deste estudo, acompanhando a sua ordem na organização do texto. Inicialmente, iremos focar a nossa atenção nos programas e comunicados que nos podem ajudar a melhor responder a estas questões. Assim, vamos incidir sobre o programa político da UDP e, posteriormente, refletir sobre a forma como se posicionou esta organização acerca do processo de independência das colónias portuguesas, a respeito dos movimentos de libertação africanos, relativamente à presença militar portuguesa nas colónias durante o PREC, sobre o neocolonialismo e, por fim, quanto aos acontecimentos ocorridos em 27 de maio de 1977 em Angola. Para procurarmos responder a estas questões vamos analisar de forma detalhada *Voz do Povo*, órgão de comunicação e propaganda da UDP.

2.1. A UDP e o processo de descolonização português no seu programa político

Por forma a compreendermos as posições explanadas pela UDP, através de *Voz do Povo*, é necessário compreender, em primeiro lugar, o que é a UDP. Esta organização partidária “foi criada em Dezembro de 1974, ou seja, oito meses passados sobre o 25 de Abril. Porém, as raízes que viriam a estar na origem da UDP vêm de muito atrás, mais precisamente desde que se produziu a cisão revolucionária no «Partido Comunista Português» em 1964.”¹⁵⁴ Esta cisão é a de Francisco Martins Rodrigues, já referida anteriormente, tendo por base o conflito sino-soviético. Apesar de constituída como partido em 1974, a UDP aquando da sua formação, contava já com dez anos de preparação política através das várias organizações já mencionadas no nosso estudo e que estiveram na génese deste partido. A este respeito, Cervelló afirma: “também revelaram uma crescente organização os grupos que acabaram por dar lugar à UDP que, constituída em Dezembro de 1974, realizou o seu primeiro Congresso em Março de 1975, com uma finalidade estritamente eleitoral”.¹⁵⁵ Na verdade, a UDP procurou

¹⁵⁴ União Democrática Popular, *O que é a UDP?: a situação política: programa, estatutos*. [S.L.]: *Voz do Povo*, 1976, p. 7.

¹⁵⁵ Sánchez Cervelló, Josep, *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola: 1961-1976*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1993, p. 216.

constituir uma frente unitária com o propósito de chamar a si os “anti-fascistas”, tendo por objetivo alcançar a democracia popular.¹⁵⁶ De referir também que o jornal *Voz do Povo*, órgão da UDP, começou a ser publicado ainda antes da formação oficial do partido, mais precisamente em julho de 1974. De facto, a própria UDP afirma: “em 13 de Julho de 1974, é publicado o primeiro número de «Voz do Povo», órgão revolucionário de massas cuja linha viria a reflectir, no essencial, as propostas de luta da UDP.”¹⁵⁷. Assim, em função da própria UDP considerar *Voz do Povo*, desde o início da sua publicação, como um órgão defensor das suas posições, optámos por iniciar a nossa análise a partir de julho de 1974, aquando da publicação do primeiro número do jornal.

Por outro lado, tendo em consideração que não é o propósito deste estudo fazer uma radiografia da UDP enquanto organização, mas sim analisar as suas posições políticas sobre o processo de descolonização português, não vamos realizar um escrutínio generalizado do seu programa. Assim, decidimos restringir a dissecação do programa do partido apenas aos assuntos que concernem à questão colonial portuguesa. A este respeito, procuramos compreender se o jornal *Voz do Povo* repercutia de uma forma efetiva as posições da UDP. Desta forma, iremos verificar se as posições assumidas pela UDP no seu programa são coincidentes, ou não, com as posições tomadas em *Voz do Povo* até dezembro de 1974.

O programa da UDP é datado de 1976. Contudo, é nesse ato de definição política, escrito praticamente dois anos após a fundação do partido, que é lançado o manifesto que explica, no essencial, a linha programática de fundo da UDP. Sobre a questão colonial portuguesa é logo definido “o direito à independência imediata e incondicional dos povos irmãos das colónias”.¹⁵⁸ Mais à frente no manifesto surge o seguinte: “o povo tem direito a uma vida melhor e luta por ela. Da mesma forma que exige, cada vez com mais vigor, que seja reconhecido o direito à independência e autodeterminação dos povos das colónias para com os quais [Portugal] tem uma grande dívida.”¹⁵⁹ Sendo este o manifesto de fundação do partido, ainda que depois da formação deste, torna-se essencial para compreender a sua linha de base. É possível neste momento retirar uma ilação sobre o posicionamento da UDP: a independência imediata e incondicional das colónias portuguesas.

¹⁵⁶ *Vida Mundial*, nº 1871, 24 de julho de 1975, p. 30.

¹⁵⁷ União Democrática Popular, ob. cit., p. 12.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 7.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 11.

Na sua perspetiva, a situação nas colónias foi também decisiva para a queda do Estado Novo. Vejamos então o que é dito sobre o 25 de Abril de 1974: “A guerra colonial, com o avanço vitorioso dos povos das colónias e as lutas de massas crescentes nos últimos anos da «evolução na continuidade» haviam pouco a pouco cavado a sepultura do regime.”¹⁶⁰ A UDP considerava também que os povos das colónias eram os grandes aliados do povo português para o derrube do Estado Novo.¹⁶¹ Ou seja, a guerra colonial foi, no entender da UDP, um dos fatores decisivos para a queda do regime salazarista. Já anteriormente nos referimos às organizações de antecâmara da UDP, sendo claro que estas eram contra a guerra colonial. Outro aspeto relevante no programa da UDP, e que iremos depois analisar em *Voz do Povo*, é o seguinte: ao se descrever a manifestação do 1º de maio de 1975, são referidas algumas das palavras de ordem da mesma como: “«Nem mais um soldado para as colónias», «Contra a Guerra e o Fascismo – Unidade Popular», «Operários e Camponeses Unidos Vencerão»”.¹⁶² Destas palavras de ordem a que queremos reter é: «Nem mais um soldado para as colónias». Escolha que se prende com o facto de podermos fazer uma comparação entre este *slogan*, representativo de uma tese favorável ao fim imediato da presença militar portuguesa nos territórios colonizados, e a forma como este tema foi abordado em *Voz do Povo*. Outra temática cuja abordagem nos parece ser pertinente realizar diz respeito à forma como a UDP transmitiu as suas ideias sobre a relação entre a burguesia, o capitalismo e as colónias portuguesas. Acerca disto está inscrito no seu programa o seguinte: “O I Governo Provisório, que julgava deter o ódio popular de quarenta e tal anos apenas por meio de algumas reformas que não tocassem no essencial do poder capitalista e permitissem à burguesia continuar a oprimir os povos das colónias, sente-se completamente encurralado.”¹⁶³ Posição bastante clara. Na perspetiva da UDP, foram a burguesia e o capitalismo os opressores dos povos colonizados, através da ocupação e exploração de terras e da escravatura, por exemplo. Não só a burguesia e o capitalismo teriam sido os promotores dessa exploração, como o quereriam continuar a ser após o 25 de Abril de 1974, através de um novo meio, o neocolonialismo. Sobre esta nova forma de exploração, da mesma forma que faz um julgamento do I Governo Provisório, acusando-o de continuar a beneficiar a exploração capitalista, a UDP

¹⁶⁰ Idem, p. 8.

¹⁶¹ Duarte, Américo, in *Debates Parlamentares: Diário da Assembleia Constituinte*. Lisboa: Assembleia da República, Diário 002, 4 de junho de 1975, p. 9.

¹⁶² União Democrática Popular, ob. cit., pp. 9 a 10.

¹⁶³ Idem, p. 11.

acusava também o regime pós-25 de Abril de 1974: “Tratava-se sobretudo de convencer o povo a aceitar a «transformação» do regime, o legalismo liberal à boa maneira europeia, uma solução neocolonial para as guerras africanas e sobretudo a continuação da exploração do grande capital.”¹⁶⁴ Iremos ver como esta oposição radical tem eco em *Voz do Povo* e de que forma é que, segundo a UDP, o capitalismo e a burguesia se procuraram adaptar criando uma eventual realidade neocolonial nas colónias portuguesas.

Acerca da forma como a UDP percecionou e propôs a concretização do processo de descolonização, inclusivamente através da ação do seu único deputado eleito à Assembleia Constituinte, é este o essencial do seu programa. Dito isto, vamos então abordar as posições expressas no jornal *Voz do Povo* relativamente ao processo de descolonização.

2.2. *Voz do Povo*: a independência das colónias e os movimentos de libertação

Neste subcapítulo vamos procurar perceber a posição da UDP - e de *Voz do Povo* - relativamente aos modelos de transição para a independência, refletindo sobre a atitude da UDP em relação aos tratados de independência, sobre a forma como pensou a realização destas e para quem deveria ser transferido o poder. Para além disso, vamos também tentar descortinar quais os movimentos de libertação apoiados pela UDP em cada uma das colónias. Por forma a não ser confusa a explanação do tema, e também porque nem todos os casos são iguais, iremos tratar estas matérias colónia a colónia, começando com Angola.

Vejamos pois o que surge em *Voz do Povo* acerca do reconhecimento do direito à independência das colónias através da Lei 7/74 de 26 de julho de 1974. Para *Voz do Povo*, esse reconhecimento feito por parte do Presidente da República consagrava “a grande vitória dos povos desses países e do povo português contra o colonialismo”.¹⁶⁵ Uma primeira constatação, é a de que este reconhecimento sancionou a vitória de povos de realidades distintas, ou seja, o povo colonizador e os povos colonizados. No caso português, esta era também uma vitória para a população que foi explorada pelo Estado Novo na metrópole, pelo que o jornal colocava essa conquista como a “derrota duma política secular de exploração e opressão que não pode já sustentar-se”.¹⁶⁶ Mas era

¹⁶⁴ Idem, p. 25.

¹⁶⁵ *Voz do Povo*, Ano 1, nº1, 6 de agosto de 1974, pp. 1 e 2.

¹⁶⁶ Idem.

também o reconhecimento do fracasso da política colonial, sendo um momento de reposição de justiça para com os povos colonizados. Contudo, o jornal lançava a crítica deste reconhecimento não abranger todo o mundo colonial português, ficando aparentemente de fora Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor. Por isso, *Voz do Povo* considerava que esse reconhecimento fazia parte de “uma política hábil, que aparenta ceder às exigências de independência, para salvar o que for preciso dos interesses coloniais”.¹⁶⁷ Apesar de reconhecer a conquista representada neste passo, a posição aqui marcada era a de que este reconhecimento do direito à independência, ainda antes desta ser formalizada, seria apenas uma estratégia de manutenção dos interesses por outra via. Quanto a este assunto, ele será tratado adiante.

2.2.1. Angola

Iniciando a nossa análise com Angola, não só no que toca à independência em si, mas também relativamente à transferência de poderes para os movimentos nacionalistas, vamos analisar as posições da UDP tentando respeitar o máximo possível a cronologia do jornal para, de uma melhor forma, se perceber as possíveis mutações.

Em setembro de 1974, *Voz do Povo* lança uma questão ao mesmo tempo que lhe dá resposta: “porque não há transferência de poderes em Angola e Moçambique para os movimentos de libertação? (...) são os interesses económicos dos capitalistas portugueses e internacionais, o principal obstáculo à descolonização”.¹⁶⁸ Era então devido aos interesses capitalistas que não seria possível, segundo o jornal, efetuar uma transição imediata do poder para os movimentos de libertação das colónias. Para além disso, ainda que não haja um posicionamento claro a favor do MPLA, vejamos o que é referido sobre as manifestações de apoio a esse movimento: “as manifestações de apoio ao MPLA são reprimidas porque tal movimento mantém uma atitude «belicista»”.¹⁶⁹ Esta referência à alegada atitude beligerante do MPLA é retirada de um comunicado conjunto do Governo Provisório e do Estado Maior das Forças Armadas. Não nos compete, até porque não o pretendemos, aqui perceber se esta atitude era, ou não, compatível com a realidade, apenas verificamos uma maior proximidade das posições defendidas em *Voz do Povo* às dos movimentos de libertação do que às posições tomadas pelo governo português. Em outubro de 1974, referindo-se ao enclave de

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 5, 3 de setembro de 1974, p. 1.

¹⁶⁹ Idem.

Cabinda, em *Voz do Povo* surge um reconhecimento de que “toda a luta armada de libertação em Cabinda foi até hoje exclusivamente conduzida pelo MPLA”.¹⁷⁰ Ao defender o MPLA, *Voz do Povo* lançava uma crítica à Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), “que nunca teve importância político-militar real, e foi acusada de representar os interesses das companhias petrolíferas que exploravam o carburante (Gulf-Oil e Elf-Congo)”.¹⁷¹ Estas acusações referidas por Cervelló foram feitas também em *Voz do Povo* que questionava “o que fez até hoje a FLEC pela libertação do povo de Cabinda?”.¹⁷² Ao colocar essa questão, lançava, em tom acusatório, o porquê da independência separada de Cabinda ser um erro: “a reivindicação da independência separada de Cabinda é um golpe pelas costas na luta do povo angolano para expulsar o colonialismo e o imperialismo”.¹⁷³ Isto é, segundo *Voz do Povo*, o enclave de Cabinda deveria manter-se parte integrante do território angolano. Apesar de não ser expressamente declarado um apoio ao MPLA, existiam movimentos, que pelas críticas realizadas, não obtinham apoio por parte da UDP. Organizações pretensamente ligadas ao Império colonial e, conseqüentemente, tidas por apoiantes de uma solução de continuidade do modelo colonialista. Neste âmbito, a FUA era definida como “uma organização que reúne à sua volta os colonos graúdos, isto é, os que mais sangue chuparam ao povo angolano durante os últimos anos”.¹⁷⁴ Utilizamos este exemplo porque, apesar de não ter sido demonstrado apoio direto a nenhum dos movimentos de libertação, era claro que a UDP não os apoiava a todos.

Logo após a assinatura do Acordo do Alvor, em janeiro de 1975, que previa a independência de Angola, assinado entre o governo português e os movimentos de libertação MPLA, FNLA e UNITA, *Voz do Povo* “saúda o povo angolano através dos seus movimentos de libertação pela vitória alcançada, pois a assinatura do acordo representa um marco no fim do sistema colonial português em Angola”.¹⁷⁵ Em nenhum momento é referido o apoio da UDP especificamente a um dos três movimentos de libertação. A UDP optou por felicitar variadas vezes o povo angolano na sua globalidade, pela “sua luta contra o jugo colonial português e imperialista, tendo a certeza que ele saberá valer os seus interesses, assim como soube lutar pela

¹⁷⁰ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 9, 1 de outubro de 1974, p. 8.

¹⁷¹ Sánchez Cervelló, Josep, ob. cit., p. 83.

¹⁷² *Voz do Povo*, Ano 1, nº 9, 1 de outubro de 1974, p. 8.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 22, 31 de dezembro de 1974, p. 8.

¹⁷⁵ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 25, 25 de janeiro de 1975, p. 10.

Independência Nacional”.¹⁷⁶ Na nossa perspectiva, tratando-se de um partido com um pendor ideológico maoista, tecia duras críticas ao que considerava ser o “social imperialismo” russo, com o não apoio a nenhum destes movimentos de libertação a dever-se, em nosso entender, ao facto de não alinhar com o bloco soviético. Assim, não declarava apoio a uma organização defendida pelo bloco soviético, caso do MPLA, nem tão pouco a movimentos próximos do bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos da América. Por outro lado, a UDP, ao considerar que só ao povo angolano cabia decidir o futuro do seu país, encarava Portugal como sendo uma interferência estrangeira no processo de independência. O Estado Português não deveria ter qualquer intervenção no processo. Essa ideia foi reproduzida num comunicado lançado em *Voz do Povo* com o seguinte teor: “qualquer intervenção da UDP sobre a política interna de Angola não seria senão uma ingerência nos assuntos que só ao Povo de Angola dizem respeito”.¹⁷⁷ Essa lógica de não ingerência, de não apoiar nenhum dos movimentos de libertação, surge quando o Acordo do Alvor não é cumprido e estala a guerra civil em Angola. A UDP publica então um comunicado em que considerava “que apoiar um dos movimentos mais não é que interferir nos assuntos internos de outro país, é paternalismo próprio de grande potência.”¹⁷⁸

Sobre as questões relacionadas com a independência de Angola, importa referir o 11 de novembro de 1975, data da transferência de poderes para o povo angolano. Acerca desse acontecimento é publicado em *Voz do Povo* o seguinte: “o 11 de Novembro foi o fruto de 13 anos de luta do povo de Angola, que pegou em armas, decidido a expulsar da sua terra o colonialismo português”.¹⁷⁹ A UDP demonstrava assim a sua satisfação por este momento, concedendo ao mesmo tempo todo o crédito pela concretização da independência à luta do povo angolano contra o colonialismo. Por fim, surge em *Voz do Povo* um comunicado da UDP acerca do reconhecimento oficial de Angola como um Estado soberano e independente por parte do governo português, no qual são lançadas algumas críticas ao mesmo da seguinte forma: “tendo adquirido a independência a 11 de Novembro [de 1975], após mais de dez anos de luta armada contra o colonialismo português, o Povo e a Nação Angolana ainda não eram reconhecidos pelo governo português como um estado e um governo soberano. (...) Para a UDP, o reconhecimento da RPA não é o reconhecimento de nenhum movimento de

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 44, 3 de junho de 1975, p. 10.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ *Voz do Povo*, Ano 2, nº 67, 18 de novembro de 1974, pp 1 a 4.

libertação, é o reconhecimento de uma nação independente.”¹⁸⁰ Este comunicado emitido pela UDP em *Voz do Povo* demonstra que, apesar de não declarar apoio ao MPLA, reconhecia o governo deste em detrimento do governo da FNLA e da UNITA, a República Democrática de Angola (RDA). Em última análise esta tomada de posição por parte da UDP concretiza-se num apoio ao MPLA, ao não reconhecer o governo da FNLA e da UNITA.

2.2.2. Moçambique

Iremos agora observar o pensamento da UDP acerca do caso moçambicano. Ainda antes de passarmos a escrutinar os textos de *Voz do Povo* sobre a independência e os movimentos de libertação em Moçambique, vejamos como Cervelló enquadrou a FRELIMO nas lógicas dos movimentos de libertação da África Portuguesa. Segundo este autor, “a FRELIMO teve uma vinculação decisiva à República Popular da China. Outras diferenças entre estes movimentos [PAIGC, MPLA e FRELIMO] foram que a FRELIMO foi o partido mais radical, tanto em relação ao mundo ocidental/capitalista como em relação a Portugal.”¹⁸¹ Surge-nos então uma perspetiva em que a FRELIMO era a organização mais radicalizada dos movimentos de libertação, com possíveis afinidades à ideologia da UDP. Logo na primeira publicação de *Voz do Povo* é transcrita uma entrevista dada por Samora Machel a um jornal europeu, afirmando-se no seu preâmbulo o seguinte: “as suas palavras são uma bofetada nas desculpas confusas e no optimismo mentiroso dos ministros do governo provisório”.¹⁸² Ao contrário da situação verificada em Angola, no caso moçambicano existia um claro apoio da UDP à FRELIMO. Assim, em *Voz do Povo* surgem artigos cujos títulos são «Apoiemos a FRELIMO», como um, em que sobre o Acordo de Lusaka é referido que “as autoridades portuguesas têm-se mostrado mais dispostas a tentar fazer com que a FRELIMO reconheça as suas condições do que em deixar o povo moçambicano decidir por si só o seu futuro, transferindo os poderes para a FRELIMO nas condições exigidas por este movimento de libertação”.¹⁸³ Aqui, a grande diferença em relação a Angola era que, sendo o povo moçambicano a decidir o seu futuro, primeiro este ficaria nas mãos da FRELIMO. Neste caso, o apoio a um movimento de libertação já não era

¹⁸⁰ *Voz do Povo*, Ano 2, nº 82, 2 de março de 1976, p. 7.

¹⁸¹ Sánchez Cervelló, Josep, ob. cit., p. 70.

¹⁸² *Voz do Povo*, Ano 1, nº 0, 13 de julho de 1974, p. 8.

¹⁸³ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 4, 27 de agosto de 1974, p. 8.

considerado ingerência nos assuntos de outro país. Mais à frente saúda “o povo moçambicano e o seu movimento de libertação por mais esta vitória, resultado de uma longa luta armada contra o colonialismo português”.¹⁸⁴ Era, no entender da UDP, a FRELIMO quem deveria conduzir os destinos de Moçambique em nome do povo. Sobre o Acordo de Lusaka, assinado entre o governo português e a FRELIMO, surge a denúncia de que, antes da sua assinatura, “o Presidente da República tivesse recebido uma delegação da FICO, precisamente um dos grupos de colonos racistas”,¹⁸⁵ considerados perpetuadores do regime de António de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano não tendo, portanto, qualquer tipo de legitimidade para representar os interesses do povo moçambicano. E são sucessivos os artigos onde se pedia apoio à FRELIMO. Este apoio dado à FRELIMO e a Samora Machel devia-se, em nosso entender, ao facto de a UDP, no seu início, ser um partido maoísta e das relações da FRELIMO serem preferencialmente com a República Popular da China. Desta forma, são inúmeras as declarações de Samora Machel que nos parecem surgir como produção, ou divulgação ideológica em *Voz do Povo*, surgindo citações como “«africanizar» o poder colonial e capitalista retira o sentido à nossa luta. Para que serviria a nossa luta se continuássemos submetidos ao trabalho forçado”.¹⁸⁶ Não vamos aqui dissecar os pressupostos ideológicos da FRELIMO, apenas referir que esta linha seguida por Samora Machel era incorporada em *Voz do Povo*, como um farol sobre como deveria ser a transição no mundo colonial. Como tal, a UDP encarava a FRELIMO como o movimento de libertação mais legítimo na realidade colonial africana, sendo também o movimento ideologicamente mais próximo da sua linha.

O apoio a um movimento de libertação com uma ideologia maoísta, que foge ao “social imperialismo” soviético, torna-se evidente na transcrição de um discurso de Samora Machel em Pequim, em que este congratulava o seu movimento dizendo: “em 10 anos de Guerra Popular, sob a direcção da FRELIMO, porque a sua linha era justa, o povo moçambicano pôde progressivamente crescer do nada para o forte, esmagar a agressão colonial imperialista, e induzir ao colapso o regime tirânico de Lisboa.”¹⁸⁷ A UDP reproduzia assim o elogio à FRELIMO. Ao contrário do que acontecia no caso angolano, onde era o povo a ser saudado pelas conquistas alcançadas, aqui todo o crédito foi atribuído ao movimento de libertação. Ao falar sobre a independência de

¹⁸⁴ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 6, 10 de setembro de 1974, p. 8.

¹⁸⁵ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 7, 17 de setembro de 1974, p. 2.

¹⁸⁶ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 13, 29 de outubro de 1974, p. 8.

¹⁸⁷ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 22, 11 de março de 1975, p. 10.

Moçambique, a UDP considerava que “com a proclamação da independência está, pois, alcançado o primeiro e principal objectivo da FRELIMO: a liquidação do colonialismo e a libertação nacional (...) mas, para que não se pense que a luta acabou, a FRELIMO diz constantemente: A LUTA CONTINUA!”.¹⁸⁸ A UDP considerava que a vitória do povo moçambicano sobre o colonialismo português “só foi possível porque a luta decorreu sob a direcção de uma vanguarda organizada – a FRELIMO – verdadeiro guia e educador do povo de Moçambique”.¹⁸⁹ Na perspectiva da UDP, foi a FRELIMO quem provou que um povo sozinho pode ser capaz de conquistar a sua independência relativamente ao seu opressor.¹⁹⁰

Pela análise realizada ao caso moçambicano, podemos desde já referir que a UDP não defendia os mesmos modelos para todas as colónias, nem dava os mesmos apoios aos movimentos de libertação, mesmo os situados à esquerda. Existem poucas referências ao processo de independência de Moçambique, tendo a UDP optado por transcrever ou citar as declarações ideológicas de Samora Machel, no lugar de fazer uma reflexão crítica sobre todo o processo. *Voz do Povo* e a UDP defendiam tão só a transferência do poder para a FRELIMO, o que na realidade se veio a verificar.

2.2.3. Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor

Vejam agora o pensamento da UDP sobre o restante mundo colonial português. Acerca da independência das outras colónias portuguesas, a produção teórica em *Voz do Povo* não se apresenta tão alongada como nos casos de Angola e Moçambique, pelo que decidimos tratá-las conjuntamente neste ponto.

Relativamente à Guiné-Bissau, segundo Cervelló, “o vazio deixado por Amílcar Cabral foi ultrapassado com a nomeação de Aristides Pereira como secretário-geral do PAIGC, o qual proclamou solenemente a independência do território a 24 de Setembro de 1973, sendo a Guiné-Bissau reconhecida por 86 países, mais dos que mantinham relações diplomáticas com Portugal.”¹⁹¹ Em *Voz do Povo*, ao mencionar-se que Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau a 10 de setembro de 1974, é lembrada a maior importância do 24 de setembro: “esta última data [10 de setembro de 1974], embora de grande significado, não é especialmente assinalada pelo povo da

¹⁸⁸ *Voz do Povo*, ano 1, nº 47, 24 de junho de 1975, p. 10.

¹⁸⁹ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 48, 1 de julho de 1975, pp. 1 e 2.

¹⁹⁰ *Idem*.

¹⁹¹ Sánchez Cervelló, Josep, ob. cit., p. 92.

Guiné-Bissau que comemora sim, o dia da independência: 24 de Setembro de 1973. Saudamos aqui o primeiro aniversário da República da Guiné-Bissau e desejamos ao povo guineense as maiores vitórias nas tarefas da construção nacional ao mesmo tempo que desejamos também ver realizada em breve a libertação do colonialismo das Ilhas de Cabo Verde, através da independência, e proclamada a unidade do Estado de Cabo Verde e o Estado da Guiné-Bissau.”¹⁹² Os dois pontos que aqui queremos reter são: a) na perspectiva da UDP, a independência da Guiné-Bissau deu-se quando esta foi proclamada pelo PAIGC e não quando foi reconhecida pelo governo português; b) a defesa da unidade enquanto país da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, em clara oposição ao defendido pelo regime português.

Ao referir a independência de Cabo Verde, a 5 de julho de 1975, a UDP torna a referir a unidade das duas colónias, em linha do defendido pelo PAIGC dizendo que “desde a primeira hora, o PAIGC coloca como objectivo a destruição do colonialismo e a unidade da Guiné e Cabo Verde”.¹⁹³ Mais uma vez colocava a tónica da vitória no povo colonizado, povo “que durante séculos foi obrigado a vender a sua força de trabalho, quer em regime de trabalho forçado, quer em escravatura assalariada. Um pequeno povo que ousou levantar-se e, apoiando-se nas suas próprias forças, derrotou o monstro colonial fascista.”¹⁹⁴ Neste caso, *Voz do Povo* vai mantendo viva a memória da luta desses povos através de Amílcar Cabral e da invocação do seu assassinato, assinalando o terceiro aniversário da sua morte da seguinte forma: “Amílcar Cabral era também um grande amigo do povo português, com quem convivia e de quem partilhava a resistência nos seus anos de estudante em Lisboa. A notícia do seu assassinato encheu de dor e indignação todos os amantes da Liberdade e da Paz.”¹⁹⁵ Da mesma forma, considerava a independência de Cabo Verde um “golpe” nas aspirações americanas para aquele território, devido à sua posição estratégica no Atlântico.¹⁹⁶ Por outro lado, apesar de defender a mesma posição que o PAIGC, relativamente à união da Guiné-Bissau e de Cabo Verde num único território nacional, não declarou o seu apoio de forma tão veemente a esse movimento como aconteceu com a FRELIMO.

Sobre São Tomé e Príncipe e o MLSTP,¹⁹⁷ *Voz do Povo* referia a forma como a população da colónia lutava contra os colonos no processo de descolonização,

¹⁹² *Voz do Povo*, Ano 1, nº 8, 24 de setembro de 1974, p. 1.

¹⁹³ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 48, 1 de julho de 1975, p. 10.

¹⁹⁴ *Idem*.

¹⁹⁵ *Voz do Povo*, Ano 2, nº 77, 27 de janeiro de 1976, p. 10.

¹⁹⁶ Duarte, Américo, in *Debates Parlamentares...*, Diário 013, 4 de julho de 1975, p. 265.

¹⁹⁷ Sánchez Cervelló, Josep, ob. cit., p. 117.

descrevendo que “elementos da população explorada da ilha invadem os armazéns e denunciam as manobras dos colonos, ao mesmo tempo que apreendem armas aos colonos e as entregam no palácio do Governo”.¹⁹⁸ Paralelamente marcava também posição sobre a independência de São Tomé, e como ela deveria ser realizada, lançando críticas ao governo português por este manter o silêncio relativamente a esta colónia, pelo que exigiu “a independência imediata de S. Tomé e Príncipe e a transferência de poderes para o MLSTP”.¹⁹⁹ Neste sentido, a UDP considerava que a independência devia ser imediata e manifestava o seu apoio ao MLSTP, tal como o fez com a FRELIMO, considerando o MLSTP como movimento legítimo para conduzir os destinos da colónia após a independência. Por sua vez, era criticado o Ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, acusado pela UDP de defender as teses de Spínola para a descolonização,²⁰⁰ ao mesmo tempo que se congratulava pela “determinação dos dirigentes do MLSTP [que obrigaram Almeida Santos] (...) a assinar um acordo com base na representatividade do MLSTP como único representante do povo de S. Tomé e Príncipe. Foi mais uma grande vitória para os povos das colónias, vitória disputada até ao fim com firmeza e determinação”.²⁰¹ Nesse sentido, *Voz do Povo* cria que a vitória do povo de São Tomé e Príncipe tinha acontecido porque o poder passou para as mãos do MLSTP. Vitória do povo e do MLSTP aquando da independência em que “é com emoção e grande respeito que saudamos o povo de São Tomé e Príncipe, e a sua vanguarda, o MLSTP, neste grande dia da sua independência”.²⁰²

Para terminarmos as questões relacionadas com a independência das colónias portuguesas, vejamos o caso de Timor que, apesar de a sua independência ter sido proclamada em 1975, esteve sob ocupação indonésia até 2002. Neste caso, *Voz do Povo* lançava duras críticas aos interesses capitalistas na zona e defendia a transição do poder para a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), considerando ser através deste movimento que o povo timorense procurava conquistar a sua independência, não através de partidos “fantoques”, como afirmou ser a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI).²⁰³ Acerca desses interesses falaremos mais adiante. Denunciava também, como fez por exemplo em Angola, a existência de

¹⁹⁸ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 7, 17 de setembro de 1974, p. 8.

¹⁹⁹ *Idem*.

²⁰⁰ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 18, 3 de dezembro de 1974, p. 8.

²⁰¹ *Idem*.

²⁰² *Voz do Povo*, Ano 1, nº 50, 15 de julho de 1975, p. 10.

²⁰³ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 20, 17 de dezembro de 1974, p. 8.

partidos cuja ideologia era a da manutenção da exploração, dando o seu apoio ao movimento que considerava ser progressista, a FRETILIN. Para *Voz do Povo*, a FRETILIN e a União Democrática Timorense (UDT) assentavam “na aspiração à independência política, económica e cultural. Como tal, rejeitavam sentar-se à mesma mesa que a APODETI, partido que preconizava a integração na Indonésia, significado de uma sujeição a outro tipo de colonização”.²⁰⁴ Desta forma, e como já referimos brevemente, a UDP tinha a APODETI como um partido “fantoche”, por defender a integração de Timor na Indonésia o que, segundo *Voz do Povo*, seria a continuidade do sistema colonial por outras vias, defendendo assim, nesta fase, a coligação FRETILIN-UDT. De reforçar que o apoio da UDP à FRETILIN foi constante, como comprova a passagem de um filme no edifício do Comité de Apoio à FRETILIN, a 12 de março de 1976, com o objetivo de comemorar “o primeiro aniversário do aparecimento na legalidade da Frente de Libertação de Timor Leste.”²⁰⁵

2.3. A presença militar portuguesa nas colónias durante o PREC

Após nos termos debruçado sobre as questões relacionadas com a independência das colónias e os respetivos movimentos de libertação, iremos agora analisar a parte respeitante à presença e envio de forças militares portuguesas para os territórios coloniais durante o PREC. A este respeito, já referimos que os grupos prévios à constituição da UDP eram contra a guerra colonial. Para além disso, a UDP defendia no seu programa político ser contra o envio de soldados portugueses para as colónias. Vejamos então as posições defendidas em *Voz do Povo*.

O primeiro número aborda o tema do envio de soldados para África, mais precisamente para a Guiné-Bissau, manifestando que “se a guerra colonial estivesse prestes a terminar, como nos dizem, para que seria necessário reforçar os contingentes a este ritmo?”.²⁰⁶ Para a UDP, a guerra colonial não poderia terminar se fossem, de forma contínua, enviadas tropas para as colónias lançado críticas ao governo nesse sentido. Assim, defendia a retirada das tropas portuguesas das respetivas colónias, condenando o governo português por este estar “disposto a prosseguir a guerra porque não quer reconhecer o direito dos povos coloniais à independência.”²⁰⁷ Mais tarde, aquando da

²⁰⁴ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 43, 27 de maio de 1975, p. 2.

²⁰⁵ *Voz do Povo*, Ano 2, nº 82, 2 de março de 1976, p. 4.

²⁰⁶ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 0, 13 de julho de 1974, p. 1.

²⁰⁷ *Idem*.

presença de um deputado da UDP na Assembleia Constituinte, este questionava os governos provisórios sobre se era através da presença militar portuguesa nas colónias que se pretendia descolonizar.²⁰⁸ Do ponto de vista da retirada das tropas, previa um cenário catastrófico caso estas não retirassem dos territórios coloniais de forma imediata pois, se continuassem a combater nas colónias, “a derrocada final do colonialismo [seria] acompanhada por um banho de sangue.”²⁰⁹ A questão da presença militar portuguesa nos territórios coloniais era de extrema relevância para *Voz do Povo*, sendo este o artigo de primeira página do primeiro número do jornal. Portanto, para a UDP a retirada das tropas dos territórios coloniais seria a solução mais eficaz ou, caso contrário, a descolonização portuguesa iria ser catastrófica. O elevado grau de radicalidade discursiva da UDP não lhe permitiu perceber, ou não o queria assumir, que a manutenção da ordem, essencial para uma transição pacífica para a independência, só seria possível com a existência de um dispositivo militar forte e atuante por parte de Portugal, em especial no caso de Angola.

De salientar a presença em *Voz do Povo* de testemunhos de correspondentes que se debruçaram sobre a presença militar portuguesa em África. Correspondentes esses nunca identificados. Contudo, para o nosso estudo, o relevante é o facto de *Voz do Povo* reproduzir esses testemunhos no jornal, denunciando essa mesma presença militar. Além do mais, surge a referência à ocorrência de um levantamento de soldados angolanos que teriam libertado prisioneiros dum quartel militar, sendo logo mobilizada uma companhia de comandos para os punir, ato denunciado no jornal.²¹⁰ Ainda que não exista um artigo por parte do editorial do jornal, estes testemunhos surgem por forma a justificar a denúncia feita à manutenção do império colonial português por via da continuação da guerra. Por outro lado, a formulação da tese favorável ao retorno dos soldados a Portugal foi ganhando força ao continuarem as denúncias contra a tropa portuguesa, como por exemplo, a atitude de um grupo de comandos em Moçambique, que terá causado incidentes “quando um comando agrediu um engraxador negro (atitude habitual em regime colonial) (...) estes factos vêm mostrar: a justeza da palavra de ordem “Regresso imediato dos soldados”.”²¹¹ Assim, vão ganhando consistência os argumentos justificativos da tese da retirada dos soldados. Contudo, para a UDP existia um problema, pois ao classificar aqueles soldados de reacionários, pelos ataques racistas

²⁰⁸ Duarte, Américo, in *Debates Parlamentares...*, Diário nº 043, 10 de setembro de 1975, p. 1205.

²⁰⁹ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 0, 13 de julho de 1974, p. 1.

²¹⁰ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 6, 10 de setembro de 1974, p. 8.

²¹¹ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 13, 29 de outubro de 1974, p. 1.

supostamente cometidos nas colónias, questionava se eles viriam para Portugal “engrossar as fileiras dos legionários, pides e fascistas à solta?”.²¹² Existe aqui uma situação para qual *Voz do Povo* não dá resposta: como retirar os supostos «soldados reacionários» das colónias para os colocar em Portugal, onde não o deixarão de ser, pelo que continuarão a ir contra o ideário de sociedade defendido pelas teses do jornal? Não conseguimos, ao longo da nossa investigação, descortinar uma possível resposta para esta situação.

Por outro lado, tendo em conta que o Acordo do Alvor previa a manutenção da presença militar portuguesa em Angola, *Voz do Povo* só se manifestou abertamente contra esta novamente após o momento “em que os movimentos de libertação decidiram pegar novamente em armas, rejeitando todos os acordos”.²¹³ Assim, defendeu que “o exército português, cuja presença em Angola só se justificava à luz dos acordos, deve regressar imediatamente.”²¹⁴ Esta manifestação de um princípio ideológico, demonstrado em *Voz do Povo*, sobre a retirada dos soldados portugueses das colónias, levanta-nos uma questão fundamental. Qual a posição da UDP sobre a guerra civil em Angola? Tendo em conta que ao não apoiar diretamente nenhum dos movimentos de libertação angolanos e ao considerar a manifestação de uma opinião sobre a situação em Angola uma ingerência estrangeira, típica de países imperialistas, qual a solução defendida em *Voz do Povo*? Deixar Angola cair num banho de sangue fratricida? São questões não abordadas de forma consistente.

Assim, sobre a presença militar portuguesa nas colónias, a única solução apresentada é a da retirada dos soldados, deixando as colónias entregues aos seus próprios povos, não apresentando, ou manifestando, nenhuma posição acerca de guerras internas que deflagravam sobretudo em Angola.

²¹² Idem.

²¹³ *Voz do Povo*, Ano 2, nº 55, 19 de agosto de 1975, p. 10.

²¹⁴ Idem.

2.4. O neocolonialismo nas colónias portuguesas

Observemos então o que a UDP considerava ser o neocolonialismo nas colónias portuguesas. Quando aludimos à possibilidade da independência separada de Cabinda, salientamos o facto de a UDP considerar a FLEC um movimento favorável à continuidade da exploração pela via neocolonial. Sobre esse assunto é dito: “que o aparecimento da FLEC, reclamando uma independência separada, sirva às mil maravilhas os interesses dos monopólios do petróleo, da madeira e dos fosfatos? É evidente que, para eles, o que convém é a separação de Cabinda, que tornará mais fácil instalar aí um governo fantoche que lhes dê todas as facilidades para escravizarem o povo e pilharem as riquezas do território.”²¹⁵ Na perspetiva defendida em *Voz do Povo*, a FLEC era um dos exemplos da existência de partidos “fantoche”, cuja causa não seria a defesa do povo, mas sim a continuação da sua exploração, sem o domínio português.

Uma das perguntas colocadas para a realização deste estudo era se a UDP, através das posições defendidas em *Voz do Povo*, considerava que as autoridades portuguesas preparavam uma transição de tipo neocolonial para a África Portuguesa, apoiando, por exemplo, partidos denominados de «fantoches». Assim, a crítica às “atitudes do governo português para com as forças [“partidos fantoche”] que serviam o regime colonial, que se organizaram tanto legalmente como ilegalmente à vista de todos, só pode ser interpretada como uma atitude de pressionar os Movimentos de Libertação com o fim de lhes arrancar concessões que vão permitir ao capital português e internacional a continuação da exploração do povo angolano, agora não em regime colonial mas sim neo-colonial.”²¹⁶ Esta atitude por parte das autoridades portuguesas, aliada à presença militar nas colónias, era vista como uma forma de instauração de um regime de tipo novo, servindo os interesses americanos e soviéticos.²¹⁷ Juntamente a essa crítica, e manifestando solidariedade internacional para com os povos das colónias, referindo as suas lutas, como por exemplo o surgimento de um movimento grevista onde os trabalhadores exigiam o saneamento dos colonialistas e aumentos salariais, a UDP considerava que as populações colonizadas tinham a consciência de estarem a ser exploradas em novo regime.²¹⁸ Ao fazer este tipo de denúncias, a UDP dava exemplos

²¹⁵ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 9, 1 de outubro de 1974, p. 8.

²¹⁶ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 12, 22 de outubro de 1974, p. 8.

²¹⁷ Duarte, Américo, in *Debates Parlamentares...*, Diário nº 071, 19 de outubro de 1975, p. 2243.

²¹⁸ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 14, 5 de novembro de 1974, p. 1.

concretos para poder justificar a sua posição. É o caso de uma visita de Almeida Santos, à altura Ministro da Coordenação Interterritorial, à Austrália, afirmando que este país estava desprovido de interesses relativamente a Timor. Acerca desta visita, *Voz do Povo* questionava o “porquê esta ida à Austrália? Vejamos o desinteresse da burguesia australiana em relação a Timor. A CPT – Companhia dos Petróleos de Timor, SARL, é dominada pela Timor Oil Ltd, de capitais australianos, que tem feito prospeção de petróleo em Timor.”²¹⁹ Apresenta também, numa fase posterior, a sua perspectiva sobre as supostas contradições no seio do próprio governo australiano, relativamente à possibilidade de Timor vir a ser um país independente ou integrado na Indonésia referindo que, na mesma altura, “o Ministério da Defesa apoia a independência de Timor por questões de estratégia militar, [enquanto] o Ministério dos Negócios Estrangeiros, por razões diplomáticas e de identidade política, apoia a Indonésia.”²²⁰ Não só as ligações entre elementos do governo português e forças australianas são aqui apresentadas, são as próprias divergências discursivas no seio do governo australiano que em *Voz do Povo* vão sendo referenciadas como formas de neocolonialismo. Surgem também relatos acerca da invasão provocada pela Indonésia, bem como da resistência realizada por parte de elementos das “tribos” timorenses, que combatiam os soldados indonésios com “armas tradicionais tais como dardos envenenados soprados através de tubos compridos, arcos e flechas”,²²¹ demonstrando a clara inferioridade bélica por parte do povo timorense face ao poderio militar indonésio, caracterizador da capacidade por parte deste país em anexar Timor. A par das referências à forma incipiente como o povo timorense combateu a invasão perpetrada pela Indonésia, a UDP incluía no seu jornal contactos que mantinha com o Comité Maucoli de Apoio à Luta do Povo Timor, referindo o diferencial de forças entre indonésios e timorenses. Denunciava também que os ataques realizados pelo país invasor eram muito semelhantes aos utilizados pelo exército norte-americano no Vietname, como a utilização de bombas incendiárias e armas químicas com o objetivo de destruir sementeiras e zonas de habitação rural.²²² A anexação de Timor por parte da Indonésia era um tema com grande destaque ao longo do período em análise. Assim, também foi noticiada a existência de uma assembleia popular em Díli, referida como uma encenação por parte das autoridades indonésias, não passando da “última tentativa de vestir com roupagens de democracia e de vontade

²¹⁹ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 14, 5 de novembro de 1974, p. 10.

²²⁰ *Voz do Povo*, Ano 2, nº 82, 2 de março de 1976, p. 4.

²²¹ *Voz do Povo*, Ano 2, nº 72, 23 de dezembro de 1975, p. 4.

²²² *Voz do Povo*, Ano 2, nº 75, 13 de janeiro de 1976, p. 4.

popular aquilo que não passa de uma manobra para legitimar um crime, tentando assim arranjar uma saída rápida para o conflito.”²²³

Ao tecer críticas ao governo provisório português, a UDP não o fez de forma inocente, pois acreditava na ação concertada deste com os interesses do sistema capitalista e, da mesma forma que o fez em Timor, fê-lo também no mundo colonial africano, onde o discurso do governo português seria o da defesa dos legítimos interesses dos portugueses em África. Para a UDP, “falar de “legítimos interesses dos portugueses em África” era falar de bens usurpados à custa do sistema colonial, era tentar conservar o sistema e as regalias exploradoras por novas formas. Era pois o mesmo que dizer: “não queremos o colonialismo porque nos obriga à guerra, mas queremos o neo-colonialismo que a tal não nos obriga, mas permite-nos a continuação da exploração.”²²⁴ A UDP colocou assim o governo português como ator, na tentativa de continuar a exploração dos povos das colónias pela via neocolonial. As críticas acerca da implementação de um regime neocolonial não eram dirigidas apenas ao governo português, eram direcionadas também aos interesses alemães em Angola, que durante o regime colonial garantiam o fornecimento de armas a Portugal: “um dos locais mais visados e cobiçados pelos imperialistas alemães foi Angola, onde em troca do dito apoio [fornecimento de armas] tratou de ganhar posições económicas. Hoje o imperialismo alemão é dos mais ferozes inimigos do Povo Angolano, a quem suga através dos numerosos tentáculos que possui na economia angolana.”²²⁵ A UDP via essa exploração a ser realizada através de empresas como a Companhia Mineira do Lobito e a Companhia de Manganês de Angola, dominadas por capitais alemães, sendo que estas duas empresas controlavam nada mais nada menos que 72,2% das reservas totais de minério de ferro existente em Angola.²²⁶ A denúncia feita em *Voz do Povo* a este tipo de situação, que considerava ser neocolonial, não se reduzia só à presença das empresas alemãs, mas também a “numerosos colonos alemães residentes em Angola [que] possuem fazendas de café, bem como indústrias manufactureiras e criação de gado bovino.”²²⁷ Isto é, a presença exploratória alemã sobre o povo angolano, conseguida através do apoio ao regime colonial português, manter-se-ia em Angola após o movimento revolucionário surgido em Portugal. Estas críticas a um possível regime

²²³ *Voz do Povo*, Ano 2, nº 95, 8 de junho de 1976, p. 8.

²²⁴ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 19, 10 de dezembro de 1974, p. 4.

²²⁵ *Voz do Povo*, Ano 1, nº 21, 23 de dezembro de 1974, p. 8.

²²⁶ *Idem*.

²²⁷ *Idem*.

neocolonial a ser instalado em Angola não eram dirigidas só ao “imperialismo alemão”, como também aos dois principais blocos dominantes da Guerra Fria, os Estados Unidos da América e a União Soviética. Relativamente a esses dois blocos, *Voz do Povo* utilizou o caso do julgamento, e posterior execução de mercenários, acusados de invadirem o território angolano, para lançar críticas a ambos os imperialismos, denunciando que “as actividades de tais mercenários [são] uma manobra dos EUA e de outras potências ocidentais, servindo os interesses expansionistas do Zaire e a consolidação do domínio da África do Sul sobre a Namíbia.”²²⁸ Ao lançar estas acusações, é referido no jornal que o mesmo julgamento deveria ser feito aos “exércitos mercenários cubano e russo que ocupam militarmente Angola, que tomaram parte activa na guerra civil, e que realizaram inúmeros crimes contra o povo angolano.”²²⁹ Destas acusações depreendemos que, na perspetiva da UDP, o risco de uma solução de tipo neocolonial para Angola tanto poderia surgir do lado americano, como do lado soviético. Sendo que, no que concerne às possibilidades de um regime de tipo neocolonial por parte do regime soviético, era tratada a forma como o exército cubano foi parte ativa dos acontecimentos de 27 de maio de 1977 em Angola, tema ao qual nos iremos dedicar mais à frente neste capítulo, tecendo duras críticas à expansão da esfera de influência da União Soviética. Para a UDP, o exército cubano estava ao serviço do imperialismo russo, pelo que a sua participação em Angola “revela a sua verdadeira natureza [da União Soviética], desmascarando-se como um dos principais inimigos dos povos de todo o mundo.”²³⁰

No que diz respeito às possibilidades de existência de um regime de tipo neocolonial em Moçambique, *Voz do Povo* denunciava que, a 31 de outubro de 1976, tropas rodesianas invadiram a ex-colónia portuguesa, sendo este o ataque em maior escala lançado pelas forças de Ian Smith ao novo país independente.²³¹

Estes exemplos de neocolonialismo referem-se aos territórios do Império Português. Contudo, para a UDP, a origem desta nova forma de ocupação colonial é atribuída aos Estados Unidos da América no pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, é afirmado em *Voz do Povo* que os “EUA não caíram na asneira de empregar os mesmos meios que utilizaram as antigas potências imperialistas. Assim, em vez de usarem a força armada e a ocupação colonial eles servem-se das agressões política, económica e

²²⁸ *Voz do Povo*, Ano 3, nº 101, 20 de julho de 1976, p. 10.

²²⁹ *Idem*.

²³⁰ *Voz do Povo*, Ano 3, nº 150, 2 de junho de 1977, p. 9.

²³¹ *Voz do Povo*, Ano 3, nº 119, 11 de novembro de 1976, p. 15.

ideológica. A África representa para o capital americano matérias primas vitais, mão-de-obra barata, e mercado de escoamento para a sua superprodução, bem como local estratégico para a manutenção da ordem imperialista.”²³² Ora, então, o neocolonialismo era, na perspetiva apresentada em *Voz do Povo*, uma não intervenção armada nos territórios que se pretendia explorar, mas sim a utilização de *soft power*, permitindo manter essa lógica sem os custos de uma guerra contra os povos explorados, através da entrada nesses países pela via diplomática e económica. Mas não só destas vias vive o neocolonialismo; ele existe - e subsiste - se a sua ideologia for implementada. Sobre isto, surge referida em *Voz do Povo* a criação do “Instituto afro-americano que trabalha em estreita colaboração com o departamento de Estado. Uma das missões principais deste Instituto é formar a juventude africana, em particular os estudantes, no espírito da ideologia oficial dos EUA.”²³³ Desta forma, com a implementação ideológica nos países explorados, a acompanhar a implementação económica e política, sem ter os custos elevados de uma guerra, o neocolonialismo passou a ser a solução preferida dos Estados capitalistas. Como a UDP considerava o governo português alinhado com os interesses capitalistas e imperialistas, cria também que este, apesar do movimento revolucionário de 25 de abril de 1974, pretendia mudar tudo para ficar tudo na mesma, continuando assim o governo português a ser um agente da exploração, mas pela via neocolonial, após a Revolução dos Cravos.

2.5. O 27 de Maio de 1977 em Angola

Iremos agora procurar responder à última questão proposta neste estudo que diz respeito aos acontecimentos de 27 de maio de 1977 em Angola. Acerca destas ocorrências, que opuseram as facções de Nito Alves e Agostinho Neto, *Voz do Povo* traçou o perfil dos principais dirigentes antagónicos a Agostinho Neto, começando por Nito Alves. Sobre este opositor à linha de Agostinho Neto dizia-se que “as opiniões de pessoas ligadas ao processo político angolano parecem concordar num ponto: trata-se de um destacado carreirista, que à custa de muita manobra e beneficiando da natural confusão existente após a derrota do colonialismo português, se guindou a altos postos dentro do MPLA e do Governo.”²³⁴ Além do perfil de Nito Alves, foram tecidas

²³² *Voz do Povo*, Ano 1, nº 24, 14 de janeiro de 1975, p. 10.

²³³ *Idem*.

²³⁴ *Voz do Povo*, Ano 3, nº 150, 2 de junho de 1977, p. 8.

algumas considerações sobre José Van Dunem e Sita Vales, essencialmente acerca das relações mantidas por estes com o PCP, referindo a ida de José Van Dunem ao XXV Congresso do PCUS, acompanhado por Nito Alves, onde se sentaram ao lado de Álvaro Cunhal.²³⁵ Por outro lado, foram tecidas críticas a Sita Vales e ao facto de esta ter sido secretária de Nito Alves, referindo-a como “uma destacada militante da UE“C”, e porta-voz frequente do “partido cunhalista” no movimento estudantil. Tendo regressado a Angola, donde era natural, em começos de 1975, passa a ser vista frequentemente com Nito Alves, de quem se tornou secretária.”²³⁶ Queremos salientar que, ainda antes de tomar uma posição acerca dos acontecimentos ocorridos em 27 de maio de 1977 em Angola, *Voz do Povo* procurou relatar a relação destes três dirigentes com o PCP.

Na sua análise aos acontecimentos de 27 de maio de 1977 em Angola, a UDP dirigiu o seu discurso para os apoios procurados por ambas as facções na União Soviética. Apesar de afirmar que Nito Alves era um dos maiores apoiantes do regime soviético no seio do MPLA, a derrota deste às mãos de Agostinho Neto não representava em si a falência da União Soviética no seio deste partido: “a prová-lo estão as recentes declarações de Agostinho Neto, o qual depois de esmagar o golpe, se apressou a tranquilizar os russos, fazendo um autêntico juramento de fidelidade à conduta seguida até aqui.”²³⁷ Por forma a demonstrar que o regime soviético não saía de todo derrotado com o fracasso de Nito Alves, foi salientado o papel tido pelos soldados cubanos na capitulação dos dissidentes.²³⁸ Na perspetiva da UDP, fosse qual fosse a parte vitoriosa neste conflito, a União Soviética nunca iria perder a sua influência dentro do regime angolano.²³⁹ Num extenso artigo, publicado em *Voz do Povo*, acerca dos acontecimentos de 27 de maio de 1977 em Angola, não foi tomada nenhuma posição favorável a qualquer uma das partes. Antes pelo contrário, foram ambas criticadas pela sua subserviência às potências hegemónicas, com Nito Alves a representar “a facção que defende o enfeudamento total à URSS.”²⁴⁰ Ao passo que Agostinho Neto, “embora cedendo em toda a linha às pretensões hegemónicas russas, parece pretender uma diversificação das relações com outros países e outras capitais que não Moscovo.”²⁴¹ A UDP, não tomando posição acerca dos acontecimentos, deu a entender que não apoiava

²³⁵ Idem.

²³⁶ Idem.

²³⁷ Idem.

²³⁸ Idem.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Idem.

nenhuma das partes, porque ambas seriam defensoras do imperialismo russo, não contribuindo para a verdadeira independência de Angola. Assim, não sustentava nenhuma das partes envolvidas nos acontecimentos de 27 de maio de 1977 em Angola, afirmando “que Nito Alves e Van Dunem são dois peões do social-imperialismo soviético, que o querem servir até às últimas consequências, que estão dispostos a transformar Angola numa coutada exclusiva da URSS.”²⁴² Da mesma forma que lançava estas acusações à facção de Nito Alves, fê-lo também diretamente a Moscovo, por considerar que o Kremlin tinha feito um jogo duplo ao apostar também em Agostinho Neto.²⁴³ Sobre este, é referido o aproveitamento feito do golpe por forma a se afastar e criticar a China, tendo o Presidente angolano dito, segundo o artigo publicado em *Voz do Povo*, que quem promoveu o golpe o fez procurando criar um regime maoísta em Angola, servindo para “confundir a opinião pública mundial e abrir as portas para justificar uma nova intensificação da repressão aos militantes revolucionários.”²⁴⁴ Desta forma, *Voz do Povo* retira qualquer carácter revolucionário a Nito Alves, colocando-o do lado da União Soviética, com este a ser tão anti-revolucionário como Agostinho Neto.

Para além desta análise e tomada de posição, foi lançada também, em tom premonitório, uma hipótese do que iria suceder após a vitória de Agostinho Neto sobre Nito Alves. Para a UDP “a “caça às bruxas” vai certamente processar-se tanto mais que os recentes acontecimentos lhe servem às mil maravilhas para de imediato justificar a liquidação dos seus opositores.”²⁴⁵ Acerca das teorias realizadas sobre a forma de agir de Agostinho Neto foi utilizado como exemplo o assassinato de um homem, definido como um patriota angolano, às mãos do regime liderado por este. Assim, era afirmado que tinha sido introduzido em Angola um regime ditatorial “a coberto da luta contra os elementos implicados na tentativa do golpe de Estado de 27 de Maio, [que desencadeou] uma vasta onda de repressão sobre os autênticos patriotas e democratas angolanos, que se têm destacado na luta contra a burguesia angolana”,²⁴⁶ tendo servido o 27 de maio de 1977 em Angola para reforçar o poder de Agostinho Neto e do MPLA no comando dos destinos angolanos.

²⁴² *Voz do Povo*, Ano 3, nº 152, 16 de junho de 1977, p. 15.

²⁴³ *Idem*.

²⁴⁴ *Idem*.

²⁴⁵ *Voz do Povo*, Ano 3, nº 150, 2 de junho de 1977, p. 8.

²⁴⁶ *Voz do Povo*, Ano 3, nº 152, 16 de junho de 1977, p. 15.

Conclusão

Feitas estas considerações, podemos então tirar algumas conclusões sobre a posição da UDP face ao processo de descolonização. Indo então ao cerne da questão, que é o pensamento da UDP reproduzido em *Voz do Povo*, bem como de outras fontes e bibliografia analisada, a primeira conclusão é a de que mesmo que o partido só tenha surgido após o jornal as linhas defendidas na produção ideológica deste estão inteiramente de acordo com aquilo que é defendido pela UDP. Relativamente a cada ponto em análise, começando pelas questões da independência e dos movimentos de libertação, a UDP defendia em todos os casos uma independência imediata dos territórios coloniais. A única variante era o apoio dado aos movimentos de libertação, apoiando a generalidade dos movimentos que acabaram por ficar no poder após a conquista da independência, com exceção de Angola, onde não tomou posição explícita, mas acabando por reconhecer a República Popular de Angola proclamada pelo MPLA em Luanda. Contudo, a grande referência como movimento de libertação para a UDP foi a FRELIMO de Samora Machel, pela proximidade ideológica de ambos ao modelo maoísta chinês, sendo dessa forma o único movimento de libertação amplamente referido e apoiado sistematicamente ao longo de toda a produção do jornal.

Ao exigir a independência imediata das colónias, a UDP exigia também que as tropas portuguesas instaladas em territórios coloniais fossem imediatamente trazidas para Portugal. Posição assente na sua lógica sobre a independência imediata, não fazendo sentido defender a presença militar portuguesa nas colónias. Porém, ao defender o regresso dos soldados portugueses, e acreditando que o fazia devido ao facto de considerar uma interferência estrangeira essa mesma presença, não apresentou qualquer tipo de tomada de posição sobre o facto de algumas colónias estarem envolvidas em guerras civis, defendendo apenas o abandono das mesmas, nomeadamente no caso de Angola.

As denúncias sobre uma eventual perspectiva por parte do governo português em relação a uma transição de tipo neocolonial para as colónias, subordinada à lógica da linha capitalista e imperialista internacional, está também bastante presente. *Voz do Povo* denunciava claramente esta linha de pensamento, pois esta seria o garante da continuidade da exploração dos povos que deveriam ser livres. Para além de considerar que o governo português preparava uma solução de tipo neocolonial para as antigas colónias, a UDP considerava que a solução neocolonial era defendida pelas duas

potências na disputa pelo mundo e pelos países fronteiriços, cuja transição para a independência não tivesse sido realizada para os seus povos.

Já sobre os acontecimentos ocorridos em 27 de maio de 1977 em Angola, a UDP considerava que ambas as partes presentes na luta pelo poder no seio do MPLA e, consecutivamente, em Angola, eram representativas do poder da União Soviética naquele território, não apoiando nenhum lado da disputa.

3. A visão do Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (PCTP/MRPP) acerca do processo de descolonização português

Este capítulo irá incidir sobre as posições tomadas pelo PCTP/MRPP acerca do processo de descolonização português. Desta forma, e para ser possível dar resposta às questões por nós formuladas, vamos analisar *Luta Popular*, órgão oficial de comunicação e propaganda do partido/movimento, bem como outros materiais coevos.

À semelhança do capítulo anterior, iremos ver como o MRPP analisou as questões da independência das colónias em *Luta Popular*. Assim, analisaremos como foram encarados os tratados que levaram à independência das colónias, como estas deveriam ser realizadas, para quem teria de ser transferido o poder, bem como os movimentos de libertação apoiados pelo MRPP em cada uma das colónias. Utilizando a mesma estrutura do capítulo anterior, iremos responder às questões colónia a colónia. Procederemos também a uma análise acerca do que era defendido acerca do envio de soldados e a sua presença nas colónias, bem como as questões relacionadas com o neocolonialismo. Por fim, iremos observar que posições foram tomadas relativamente aos acontecimentos ocorridos em 27 de maio de 1977 em Angola.

3.1. O PCTP/MRPP no pós-25 de Abril de 1974

Por forma a ser possível entender o pensamento do PCTP/MRPP, essencialmente através de *Luta Popular*, é fundamental perceber o seu contexto no pós-25 de Abril de 1974. O surgimento da sigla PCTP/MRPP ocorreu em dezembro de 1976, na sua primeira reunião magna. A partir desse momento o movimento passa a Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses. No entanto, só foi reconhecido pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) em março de 1977.²⁴⁷ Isto porque, apesar de ainda enquanto MRPP ter pedido a inscrição no STJ em fevereiro de 1975, esta só foi aceite em 1976, o que impediu este movimento de se candidatar às eleições para a Assembleia Constituinte em 1975.²⁴⁸ Desta forma, a primeira vez que o PCTP/MRPP se apresentou

²⁴⁷ Marujo, Miguel, *Morte aos traidores!*, p. 67.

²⁴⁸ Idem, p. 81.

a eleições foi a 25 de abril de 1976, tendo sido o sétimo partido mais votado, “longe de qualquer possibilidade de fazer eleger um deputado”.²⁴⁹ No entanto, à semelhança da UDP, o MRPP tem as suas origens em 1971, aquando da criação da EDE, com o jornal em análise, como fonte principal para este estudo, a ser fundado no mesmo ano. *Luta Popular* é, então, o referencial para procurar responder às questões por nós colocadas, por ser o órgão de propaganda que mais extensivamente reflete as posições do PCTP/MRPP. Desta forma, iremos acompanhar o jornal ao longo do período em estudo. O seu rumo político, relativamente ao mundo colonial português, era bastante inequívoco. Esta formação política defendia a independência das colónias, com exceção de Macau, defendendo neste caso a sua “restituição” à República Popular da China. No que dizia respeito à tropa portuguesa estacionada nas colónias, o movimento era da opinião que os combatentes nas colónias deviam regressar, ao mesmo tempo que não deveria haver mais nenhum embarque.²⁵⁰ Por último, importa considerar que para o MRPP, os acontecimentos da madrugada que marcaram o início de um novo regime em Portugal seriam apenas mais um golpe da burguesia portuguesa, por forma a impedir um verdadeiro processo revolucionário democrático e popular.²⁵¹

3.2. *Luta Popular*: Que independência para as colónias e que movimentos de libertação?

Observemos então a forma como o PCTP/MRPP, através de *Luta Popular*, olhava para os problemas relacionados com a independência das colónias, atentando a dois pontos: 1) como via os tratados de independência e como achava que estes deveriam ser realizados; 2) para quem deveria ser transferido o poder em cada uma das colónias. A este respeito, é nosso objetivo perceber se o PCTP/MRPP propunha um modelo global de descolonização, ou se pensava esta de forma diferenciada para cada um dos territórios.

No que concerne à independência das colónias portuguesas, de uma forma geral, o MRPP traçou uma correlação direta entre a conquista da paz para o povo português e para os povos das colónias. Assim, foi referido que para se encontrar um

²⁴⁹ Idem, p. 137.

²⁵⁰ Idem, p. 71.

²⁵¹ *Vida Mundial*, nº 1833, 31 de outubro de 1974, pp. 38 e 19.

caminho para a paz em Portugal era necessária a: “SEPARAÇÃO E A COMPLETA INDEPENDÊNCIA PARA OS POVOS IRMÃOS DE MOÇAMBIQUE, ANGOLA E GUINÉ-CABO VERDE”.²⁵² Para além disto, surge mencionado o tipo de independência que deveriam ter os novos países, tendo em consideração três fatores: o político, o económico e o cultural.²⁵³ Portanto, segundo o MRPP, não seria possível alcançar uma solução pacificadora no território nacional sem primeiro transformar as colónias portuguesas em países independentes e autónomos em todas as suas vertentes. Era visado um processo de descolonização rápido, quase imediato para as colónias, com críticas a serem tecidas aos governos provisórios e à Junta de Salvação Nacional (JSN).

Em julho de 1974, a declaração presidencial do general Spínola, juntamente com o Decreto-Lei 7/74, que reconhecia o direito das colónias à independência, não fez o MRPP acreditar nas instituições governativas portuguesas relativamente à pretensão de um processo de descolonização rápido. Tal crença advinha do facto de em Angola e em Moçambique estarem a acontecer “ataques” por parte de colonialistas portugueses que não eram travados pelas autoridades coloniais.²⁵⁴ Para além disto, existia um ponto ideológico importantíssimo para o MRPP: “O colonialismo é uma situação económica e política que se prende por milhões de fios visíveis e invisíveis à questão mais geral do imperialismo”, tese que fazia o MRPP acreditar na não boa vontade da burguesia e das instituições governativas portuguesas para levar as colónias portuguesas a alcançar a independência. Ao invés, o MRPP acreditava na luta revolucionária dos seus povos.²⁵⁵ Para o MRPP foram estas tomadas de posição que levaram à proibição de *Luta Popular* e consequente prisão do seu diretor interino, José Saldanha Sanches, bem como a ilegalização deste aquando da campanha para as eleições da Assembleia Constituinte.²⁵⁶ Isto porque, o lado português estaria a utilizar as negociações com os movimentos de libertação das várias colónias para intensificar a guerra e prosseguir uma política colonial, não acreditando que o novo poder saído do 25 de Abril de 1974 fosse libertar as colónias. Assim, as negociações eram consideradas uma armadilha, por forma a garantir a presença portuguesa nas colónias através da manutenção de soldados, ainda que existissem nessas negociações pontos referentes à forma de retirada do exército colonial português.²⁵⁷

²⁵² *Luta Popular*, Ano IV, nº 18, 30 de maio de 1974, p. 3.

²⁵³ *Luta Popular*, Ano IV, nº 28, 22 de agosto de 1974, p. 5.

²⁵⁴ *Idem*.

²⁵⁵ *Luta Popular*, Ano IV, nº 32, 10 de outubro de 1974, p. 8.

²⁵⁶ *Vida Mundial*, nº 1879, 19 de setembro de 1975, pp. 14 e 15.

²⁵⁷ *Luta Popular*, Ano IV, nº 26, 25 de junho de 1974, pp. 1 e 6.

Na perspetiva do MRPP as negociações não eram necessárias, pois os povos das colónias teriam conquistado o direito à sua independência através da luta que travaram contra Portugal durante a guerra colonial.²⁵⁸

3.2.1. Angola

Assim que começamos a folhear *Luta Popular* encontramos um apelo, recebido pelo MRPP, por parte de um grupo de simpatizantes do MPLA para participar numa manifestação com vista à libertação e independência do povo angolano. Esta demonstração política ocorreu a 28 de maio de 1974 em frente ao Palácio de São Bento.²⁵⁹ O MRPP juntou-se a este protesto saudando “de punho erguido a justa e heróica luta armada de libertação nacional do povo de Angola (...) saúda o MPLA e as forças de libertação nacional que dirigem o combate dos povos irmãos das colónias.”²⁶⁰ Verificamos assim a aceitação por parte do MRPP em participar numa manifestação organizada por simpatizantes do MPLA, lançando nesse mesmo texto vivas a este movimento de libertação, não fazendo referência a qualquer outro movimento existente em Angola. Contudo, a participação nessa manifestação não se transformou num apoio sólido a esse movimento de libertação. Isto porque o MRPP acusava movimentos da esquerda portuguesa, desde os que se organizaram sob a forma de partido aos que tinham como objetivo apenas a ação direta,²⁶¹ de escolherem um dos movimentos a apoiar, colocando a tónica no facto desses grupos quererem decidir pelos angolanos quem deveria comandar os destinos do país e procurando para esse efeito manipular o exército português.²⁶² Ainda que tenham sido lançadas críticas à generalidade dos movimentos e partidos do espectro da esquerda portuguesa, o alvo preferencial do MRPP era o PCP. Sobre este partido surgia enunciado o seguinte: “Mas quem é que terá dito aos social-fascistas que só há um movimento revolucionário em Angola e que é precisamente aquele que nos apontam? Esta questão só pode ser resolvida pelo povo angolano”.²⁶³ Neste sentido, o MRPP não só não apoiava nenhum dos movimentos de libertação angolanos, como não aceitava que outros o fizessem, relegando a questão do governo do futuro novo país para o seu povo. Desta forma, o MRPP defendia que a

²⁵⁸ *Luta Popular*, Ano IV, nº 18, 30 de maio de 1974, p. 3.

²⁵⁹ *Idem*.

²⁶⁰ *Idem*.

²⁶¹ *Luta Popular*, Ano V, nº 62, 7 de janeiro de 1975, pp. 3 e 11.

²⁶² *Idem*.

²⁶³ *Luta Popular*, Ano V, nº 83, 5 de setembro de 1975, p. 4.

posição correta a adotar era a de reconhecer legitimamente como movimentos de libertação os três existentes em Angola.²⁶⁴ Essa posição é possível de verificar ao longo de *Luta Popular*, onde é dado espaço a cada um dos movimentos. Assim, o MRPP dá destaque a uma conferência de imprensa realizada pela FNLA, em que esta organização considerava a nomeação do Almirante Leonel Cardoso como Alto Comissário para Angola uma ingerência nos destinos da colónia, pelo facto deste movimento não ter sido consultado acerca desse processo, perspectiva com a qual o MRPP concordava.²⁶⁵ Por outro lado, da mesma forma que o MRPP participou numa manifestação organizada por elementos do MPLA, deu também espaço no seu jornal para angolanos residentes em Portugal, apoiantes desse movimento de libertação, se exprimiram politicamente. Estes criticavam a JSN e os sucessivos governos provisórios por deixarem em liberdade agentes da PIDE, bem como pelo facto de promoverem o alargamento de forças repressivas através da Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola (OPVDCA), com o objetivo de manterem o sistema colonial.²⁶⁶ Relativamente à guerra civil, que o MRPP previa longa, este movimento concordava com a proposta da UNITA, de que Luanda deveria ser considerada uma cidade neutra, por forma a nenhum dos movimentos de libertação poder utilizar esta cidade como trunfo relativamente aos restantes.²⁶⁷

Paralelamente, as teses “spínolistas” da realização de um referendo nacional acerca da independência das colónias e, no caso concreto de Angola, da existência de um governo de coligação composto por vários partidos, incluindo os que não haviam participado na guerra contra o colonialismo, era para o MRPP uma forma de se negar o efetivo direito à independência. Também a proposta da realização de eleições num espaço de dois anos era vista como um meio de impedir o povo angolano de dispor de si próprio, ao fim de treze anos de luta, continuando na esfera de influência do colonialismo português.²⁶⁸ A ingerência nos assuntos internos de Angola não era uma prática corrente apenas do lado português. Para o MRPP, a guerra civil que havia deflagrado em Angola entre os três movimentos de libertação era da responsabilidade dos Estados Unidos da América e da União Soviética, com o objetivo de impedir a independência efetiva do território e povo angolano.²⁶⁹

²⁶⁴ *Luta Popular*, Ano V, nº 124, 25 de outubro de 1975, p. 11.

²⁶⁵ *Luta Popular*, Ano V, nº 84, 6 de setembro de 1975, p. 2.

²⁶⁶ *Luta Popular*, Ano IV, nº 26, 25 de julho de 1974, p. 8.

²⁶⁷ *Luta Popular*, Ano V, nº 134, 5 de novembro de 1975, p. 11.

²⁶⁸ *Luta Popular*, Ano IV, nº 28, 22 de agosto de 1974, p. 5.

²⁶⁹ *Luta Popular*, Ano V, nº 91, 15 de setembro de 1975, p. 12.

Sobre o Acordo do Alvor, o MRPP considerava-o uma vitória para o povo angolano, que teria realizado uma longa caminhada contra o colonialismo português. Para este movimento, o acordo abria o caminho para Angola ser um país independente e um exemplo para outros países africanos que procuravam alcançar a sua independência.²⁷⁰ Portanto, a direção a tomar, seria a aplicação imediata do acordo e, para isso, o povo angolano poderia contar com o MRPP para obter a sua independência.²⁷¹ Neste aspeto, o MRPP ia contra a sua própria tese de que não deveriam existir negociações pelo facto de os povos das colónias já terem conquistado por si só a sua liberdade.

No que diz respeito à independência concreta de Angola, ocorrida a 11 de novembro de 1975, o MRPP considerava ser uma intromissão por parte da União Soviética o apoio dado à proclamação unilateral da independência por parte do MPLA, salientando que o fazia devido às riquezas deste país.²⁷² Após a independência de Angola o MRPP reafirmou a sua posição, não anti-MPLA, mas consistente, definindo os três movimentos de libertação como legítimos. Assim, o reconhecimento por parte do Conselho da Revolução de um governo angolano constituído pelo MPLA foi encarado como sendo favorável aos interesses da União Soviética. Para além disso, esta atitude ia contra o estabelecido no Acordo do Alvor, que era defendido pelo MRPP.²⁷³

3.2.2. Moçambique

Após nos termos debruçado sobre o caso angolano, olhemos agora para a situação de Moçambique. Ao contrário da solução proposta pelo MRPP para Angola, em que não era declarado apoio a nenhum dos movimentos de libertação em concreto, no caso moçambicano o cenário apresentava-se diferente. Assim, existia um apoio claro à FRELIMO, manifestando “ao seu Comité Central e ao camarada Samora Machel, seu ilustre presidente, (...) a firme disposição internacionalista do proletariado português de lutar ombro a ombro com o povo moçambicano até à vitória total sobre o ocupante da sua pátria”.²⁷⁴ Este apoio à FRELIMO foi assinalado quando se comemorou o décimo segundo aniversário deste movimento de libertação. Aqui, o MRPP considerava esta

²⁷⁰ *Luta Popular*, Ano IV, nº 46, 13 de fevereiro de 1975, p. 13.

²⁷¹ *Luta Popular*, Ano V, nº 130, 30 de outubro de 1975, p. 11.

²⁷² *Luta Popular*, Ano V, nº 135, 6 de novembro de 1975, p. 7.

²⁷³ *Luta Popular*, Ano V, nº 140, 12 de novembro de 1975, pp 1 e 8.

²⁷⁴ *Luta Popular*, Ano IV, nº 21, 20 de junho de 1974, p. 8.

organização como a frente que conduziu a luta do povo moçambicano pela sua independência, vendo-a como a legítima representante dos interesses de Moçambique.²⁷⁵ A par do que sucedeu com o caso angolano, ao longo de *Luta Popular* são publicadas declarações de simpatizantes da FRELIMO em Portugal. Assim, aquando das negociações em Lusaka, esses simpatizantes consideravam que a única solução era a independência total de Moçambique, pelo que o colonialismo português, em todas as suas dimensões, teria de ser expulso do território.²⁷⁶ No que concerne ao acordo assinado em Lusaka, para o MRPP a sua assinatura representava a derrota da tentativa de manutenção do colonialismo. Porém, algo contraditoriamente, considerava o acordo como uma armadilha, citando declarações de Samora Machel, onde este afirmava que Portugal iria continuar a guerra revestida de uma política de paz.²⁷⁷ Desta forma, foi considerado por parte desta organização que o acordo assinado entre Portugal e os representantes da FRELIMO não representava em si o fim do colonialismo português, mas apenas um passo para que este terminasse. No fundo, o que a assinatura do acordo representava, do ponto de vista do MRPP, era a vitória tanto do povo moçambicano, como de quem do lado português defendia a total independência das colónias como o caminho para terminar a guerra e alcançar a paz.²⁷⁸

Para além disso, as declarações surgidas em *Luta Popular* por parte de moçambicanos residentes em Portugal, eram essencialmente sobre manifestações realizadas por estes, tal como acontecia com militantes e apoiantes do MPLA. Foi o caso de uma com o propósito de comemorar os dez anos do início da luta armada nesse território por parte da FRELIMO. Acerca dessa manifestação, e já com a assinatura do acordo de Lusaka concluída, é transcrito no jornal um desses testemunhos, onde se dizia que Moçambique após o acordo se encontrava “decisivamente no caminho irreversível para a destruição total do colonialismo português por uma sociedade nova livre da exploração do homem pelo homem, pela instauração de uma ordem social democrática e popular”,²⁷⁹ declarando que o povo moçambicano não era ainda livre, mas caminhava já nesse sentido de forma definitiva. Desta forma, o MRPP considerava que a assinatura do Acordo de Lusaka representava uma derrota para a burguesia portuguesa. De tal forma que esta, segundo o MRPP, se preparava através da JSN e dos governos

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ *Luta Popular*, Ano IV, nº 26, 25 de julho de 1974, pp. 1 e 2.

²⁷⁸ *Luta Popular*, Ano V, nº 65, 28 de junho de 1975, p. 3.

²⁷⁹ *Luta Popular*, Ano IV, nº 32, 10 de outubro de 1974, p. 8.

provisórios, para lançar um último ataque à colónia, apoiando partidos “fantoques” e tropas mercenárias para ali manter as suas posições colonialistas.²⁸⁰

Ainda a respeito da independência de Moçambique, o MRPP tecia duras críticas à posição tomada pelo PCP. Segundo o movimento, este partido estava numa posição de traição ao povo moçambicano, por alegadamente defender a via do debate nacional e do referendo. Estas posições eram consideradas chauvinistas e de “grande dono branco”, acusando o partido liderado por Álvaro Cunhal de não defender a verdadeira independência de Moçambique.²⁸¹

3.2.3. Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor

Tal como sucedeu no capítulo relativo à UDP, em *Luta Popular* a teorização acerca das independências do remanescente mundo colonial português não se apresenta tão profícua. Nos casos da Guiné e de Cabo Verde, a primeira declaração onde surgem estes dois territórios é acerca de uma manifestação de apoio ao PAIGC. Nesse texto, publicado em *Luta Popular*, o MRPP felicitou a luta dos povos da Guiné e de Cabo Verde, bem como os das outras colónias, falando pelo povo português. E assumiu que, em Portugal, iria prosseguir o combate contra o colonialismo e a guerra, prometendo lutar “contra todas as “soluções” que, sob a capa duma independência de fachada, visavam perpetuar a exploração e a dominação coloniais”.²⁸² Para o MRPP, a solução passaria pela junção dos territórios da Guiné e de Cabo Verde num só país. Desta forma, a organização maoísta acusava o governo provisório português de acatar o que considerava serem ordens expansionistas americanas, tendo por fim a separação da Guiné e de Cabo Verde, negando-lhes a unidade proposta pelo PAIGC.²⁸³ Assim, para o MRPP, a ideia da separação destes territórios acontecia pelo facto do movimento considerar que as instituições governativas pretendiam manter o seu poderio colonial, de uma outra forma, não permitindo a criação da República da Guiné-Cabo Verde. As críticas lançadas pelo MRPP não se ficavam por aqui, considerando que o governo provisório promovia e apoiava partidos “fantoques” em Cabo Verde. Na sua perspectiva, “os interesses estratégicos do imperialismo em Cabo Verde, [visavam] o estabelecimento da ponta de lança do imperialismo em África, e os interesses dos

²⁸⁰ *Luta Popular*, Ano IV, nº 30, 12 de novembro de 1974, p. 11.

²⁸¹ *Luta Popular*, Ano VI, nº 248, 24 de março de 1976, p. 2.

²⁸² *Luta Popular*, Ano IV, nº 21, 20 de junho de 1974, p. 8.

²⁸³ *Luta Popular*, Ano IV, nº 28 22 de agosto de 1974, p. 4.

roceiros que querem continuar a pilhar o povo”.²⁸⁴ Para o MRPP, estas razões seriam bastantes para justificar a decisão de Portugal manter nesse território as forças armadas.

Na conceção desta formação política da extrema esquerda, Portugal estaria a utilizar o território de Cabo Verde para fazer dele o alicerce do imperialismo em África. Com o propósito de atingir esse fim, a governação portuguesa negava a unidade entre a Guiné e Cabo Verde, intensificava a punição através das armas sobre o PAIGC e dava autonomia aos partidos “fantoques” e aos colonialistas nesse território.²⁸⁵ O processo de descolonização da Guiné e de Cabo Verde levou o MRPP a crer que a política de descolonização portuguesa era uma farsa, sendo Cabo Verde o seu caso mais ilustrativo. Contudo, a independência do arquipélago iria significar, para o movimento, a derrota de várias políticas, como a da manutenção do espaço colonial na sua totalidade, das políticas neocolonialistas, que o MRPP dizia serem as propostas que levariam ao referendo e, também, a derrota da ideia de manter as instituições do mundo colonial. O MRPP considerava ainda o caso de Cabo Verde um falhanço político por parte da União Soviética e da proposta “de realizar “eleições” sob a custódia das armas do exército colonialista português [que] é ainda a mesma política de saque e rapina que atrás dela se esconde”.²⁸⁶

No que se refere a São Tomé e Príncipe, não existe ao longo de *Luta Popular* nenhuma referência a qualquer movimento de libertação nesse território. Da mesma forma, as tomadas de posição do MRPP acerca dessas ilhas africanas é residual no período analisado no jornal, existindo apenas duas referências a seu respeito. A primeira era uma denúncia relativa à continuação da repressão portuguesa em São Tomé e Príncipe após o 25 de Abril de 1974, sendo isso evidente pela prisão de são-tomenses ativos na luta pela libertação daquele território. Ao contrário do que acontecia com o caso moçambicano, no qual a FRELIMO era considerada a vanguarda da luta contra o colonialismo português, no caso de São Tomé e Príncipe esse papel de vanguarda era atribuído a todo o povo das ilhas, e não especificamente a um movimento.²⁸⁷ Outra das referências a este território ia no sentido de uma denúncia à atuação portuguesa considerada repressiva do povo são-tomense. Para o MRPP, o povo são-tomense era reprimido pela Junta de Salvação Nacional e pelos governos provisórios pelo facto de lutar “contra o aumento do custo de vida, o desemprego, o açambarcamento pelos

²⁸⁴ *Luta Popular*, Ano IV, nº 31, 26 de setembro de 1974, p. 3.

²⁸⁵ *Luta Popular*, Ano IV, nº 32, 20 de outubro de 1974, pp. 6 e 8.

²⁸⁶ *Luta Popular*, Ano IV, nº 37, 21 de novembro de 1974, p. 14.

²⁸⁷ *Luta Popular*, Ano IV, nº 28, 22 de agosto de 1974, p. 10.

colonos dos géneros de primeira necessidade, contra os salários de fome e exigindo a independência nacional da sua pátria”.²⁸⁸

No que diz respeito ao caso de Timor, em *Luta Popular* surgiam críticas a Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial, pelo facto de as posições deste não irem de encontro à independência imediata daquele território. Essas críticas eram feitas com base em dois pressupostos: 1) O facto de o MRPP considerar que a posição do governo português ia no sentido de Timor não reunir ainda as condições necessárias para ser um país independente devido aos interesses indonésios, algo visto por esse movimento como a manutenção do colonialismo naquele território; 2) Que as viagens realizadas por Almeida Santos a países como a Austrália eram feitas com o objetivo de concertar uma estratégia conjunta por forma a abafar os movimentos de libertação nacional em Timor, impedindo esta colónia de ser um país independente.²⁸⁹ As críticas lançadas pela organização liderada por Arnaldo Matos, através do seu órgão de propaganda, estendiam-se para além da atuação do governo. Para o movimento, a burguesia portuguesa tinha também um papel determinante na manutenção do colonialismo português, porque negava aos timorenses o seu direito à independência, ao mesmo tempo que lhes propunha “a fraude da eleição de uma “Assembleia Constituinte encarregada da elaboração da futura constituição do território””.²⁹⁰ Este tipo de reivindicação por parte do MRPP, relativa ao reconhecimento imediato da independência de Timor, à semelhança do defendido para o restante mundo colonial português, é algo que vai surgindo sucessivamente ao longo de *Luta Popular* nos artigos referentes a este território. Tal como acontecia relativamente a outros movimentos de libertação das colónias portuguesas, foram reproduzidas declarações de um elemento da FRETILIN que iam de encontro à perspectiva defendida pelo MRPP, ou seja, de que o problema timorense não poderia ser resolvido enquanto o governo português não reconhecesse o direito daquela colónia à independência.²⁹¹ Neste sentido, ao longo de todo o ano de 1975, vão sendo lançadas duras críticas ao governo português, por este não declarar a independência de Timor, responsabilizando-o e culpando-o de tentar impedir, a todo o custo, a independência desse território.²⁹² Essas críticas foram subindo de tom, ao ponto do MRPP ter acusado o governo português de promover a

²⁸⁸ *Luta Popular*, Ano IV, nº 30, 12 de setembro de 1974, p. 11.

²⁸⁹ *Luta Popular*, Ano IV, nº 36, 7 de novembro de 1974, p. 8.

²⁹⁰ *Idem*.

²⁹¹ *Luta Popular*, Ano V, nº 47, 25 de fevereiro de 1975, p. 6.

²⁹² *Luta Popular*, Ano V, nº 79, 1 de setembro de 1975, p. 8.

transferência da colónia para a administração da Indonésia, país considerado subserviente aos Estados Unidos da América. Do mesmo modo, para o MRPP a transição de Timor para as mãos da Indonésia era igualmente favorável à União Soviética que, “recentemente tem vindo a reforçar as suas relações com o regime de Suharto e a sua infiltração nesse país”²⁹³. Face a isto, a invasão militar da Indonésia de Timor era também bastante visada em *Luta Popular*. Para o MRPP, a infiltração deste país em território timorense, para além de uma forte concentração de soldados em zonas fronteiriças, acontecia devido ao apoio que a APODETI dava a Suharto, facilitando a entrada dos soldados indonésios em Timor.²⁹⁴ A denúncia do apoio prestado por parte da APODETI à Indonésia vai sendo reforçada ao longo do tempo pelo MRPP. Disto é exemplo um ataque perpetrado pela Indonésia a uma cidade timorense, em outubro de 1975, referido pelo governo desse país como tendo sido realizado pela APODETI, com o MRPP a declarar mais uma vez que esse movimento não deveria ser tido em consideração nas negociações para a independência de Timor por apoiar a Indonésia, país agressor.²⁹⁵

Podemos salientar mais alguns aspetos acerca da independência de Timor. Em primeiro lugar, a reação do MRPP, aquando da auto-proclamação da mesma por parte da FRETILIN, a 27 de novembro de 1975, foi a de que este ato representava uma conquista por parte de Timor, consequência direta da sua luta contra o colonialismo português.²⁹⁶ Colonialismo esse que persistia pelo facto de Portugal não reconhecer a nova República. Por outro lado, o facto das instituições portuguesas considerarem a invasão Indonésia ao território timorense como uma invasão a Portugal era encarado pelo MRPP como a negação por parte do governo português em reconhecer a FRETILIN como legítimo representante do povo timorense.²⁹⁷ A esta tomada de posição da FRETILIN, que o MRPP considerava ser vitoriosa, acrescia a legitimação da existência deste novo país no panorama internacional através do reconhecimento de um novo Estado por parte da “China Popular, Vietname, Coreia do Norte, Laos, Camboja, Albânia e as antigas colónias portuguesas”.²⁹⁸ Como é característico da sua ideologia, o MRPP demonstrou estar ao lado dos países que se encontravam dentro da esfera de influência da República

²⁹³ *Luta Popular*, Ano V, nº 85, 8 de setembro de 1975, p. 8.

²⁹⁴ *Luta Popular*, Ano V, nº 91, 15 de setembro de 1975, p. 2.

²⁹⁵ *Luta Popular*, Ano V, nº 114, 11 de outubro de 1975, p. 10.

²⁹⁶ *Luta Popular*, Ano V, nº 155, 29 de novembro de 1975, p. 4.

²⁹⁷ *Luta Popular*, Ano V, nº 168, 17 de dezembro de 1975, pp. 1 e 3.

²⁹⁸ *Luta Popular*, Ano VI, nº 259, 7 de abril de 1976, p. 8.

Popular da China, manifestando-se favorável ao reconhecimento por parte destes países à independência de Timor.

Desta forma, é notório o apoio do MRPP à FRETILIN e às suas forças armadas, as FALINTIL, ao mesmo tempo que considerava a APODETI um partido fantoche ao serviço da Indonésia.²⁹⁹ Este apoio, por parte do MRPP à FRETILIN vai sendo consubstanciado ao longo de *Luta Popular*. O que é visível, por exemplo, na crítica feita pelo MRPP às negociações existentes entre o governo português, representado por Almeida Santos, e os movimentos timorenses, nomeadamente a FRETILIN, a UDT e a APODETI. Para o MRPP, as negociações deveriam ocorrer apenas com a FRETILIN, considerando os outros partidos como não representantes da vontade do povo timorense e promotores da integração deste território na Indonésia.³⁰⁰ Apoio também bastante visível através do Comité de Acção da FRETILIN em Portugal (CAFP), que teve direito a publicar um artigo em *Luta Popular*. Nesse artigo, foi referido por este comité que o governo português tentava “impedir que o povo timor conquiste a sua independência e garantir assim a continuidade dos interesses e a dominação imperialista na ilha”.³⁰¹

3.3. A presença militar portuguesa nas colónias no pós-25 de Abril

Posto isto, vamos agora analisar a perspetiva do MRPP acerca da presença militar portuguesa nas colónias durante o PREC, tendo desde logo em conta a génese do MRPP nos Comités Vietname, contra a guerra nesse país. Assim, relativamente à presença militar portuguesa nas colónias no período subsequente ao 25 de Abril de 1974, o MRPP tinha uma posição clara: a recusa de todos os embarques e a recusa da manutenção de forças militares portuguesas em espaço colonial, considerando ser este o caminho para se alcançar a paz.³⁰² Na perspetiva deste movimento da extrema esquerda portuguesa, os colonialistas preparavam uma nova guerra, de cariz ainda mais agressivo, contra os povos das colónias e, para que isso não acontecesse, o MRPP apelava à recusa dos soldados em realizar embarques para as colónias.³⁰³

Em maio de 1974, o MRPP tentou, de uma forma prática, impedir o embarque de soldados e a partida de navios para as colónias portuguesas, contando com apoio de

²⁹⁹ *Luta Popular*, Ano V, nº 47, 25 de fevereiro de 1975, p. 6.

³⁰⁰ *Luta Popular*, Ano V, nº 91, 15 de setembro de 1975, p. 2.

³⁰¹ *Luta Popular*, Ano V, nº 124, 23 de outubro de 1975, p. 11.

³⁰² Marujo, Miguel, *Morte aos traidores!*, p. 59.

³⁰³ *Luta Popular*, Ano IV, nº 20, 13 de junho de 1974, p. 4.

alguns militares e populares. Essa tentativa de sabotagem do embarque teve como consequência o adiamento de um dia do mesmo.³⁰⁴ Estas posições surgem no período imediatamente a seguir ao 25 de Abril de 1974, com *Luta Popular* a referir que os soldados portugueses agrupados na RPAC, organização tutelada pelo MRPP, o faziam com as tarefas de recusar os embarques para as colónias e garantir o regresso dos soldados que lá se encontravam.³⁰⁵ Com este tipo de organizações, os soldados tomavam nas suas mãos “a bandeira da Separação e Completa Independência para os Povos das Colónias”, cumprindo um dos objetivos propostos pelo MRPP, que era o de os soldados lutarem ao lado do povo português pela paz.³⁰⁶ Da mesma forma que o movimento reservava para uma das suas organizações, a RPAC, a unidade do movimento de recusa aos embarques, propunha também a criação de comités de soldados e de marinheiros com vista à “RECUSA COLECTIVA AOS EMBARQUES E A DESERÇÃO EM MASSA E COM ARMAS, e bem assim a RESISTÊNCIA à repressão militarista e o castigo dos seus principais agentes”.³⁰⁷ Para além destas propostas, o MRPP definia também outras tarefas para os soldados, tais como esclarecer o povo português acerca da sua luta, espalhá-la por outros soldados e quartéis e, acima de tudo, manter os soldados unidos contra a continuidade da guerra.³⁰⁸ Desta forma, a almejada recusa dos soldados em embarcar estava imbuída de um espírito de luta que supostamente ia de encontro às aspirações do povo português, correspondendo ao que deveria ser, na perspectiva do MRPP, o dever de “internacionalismo militante” para com os povos das colónias e as suas causas independentistas.³⁰⁹ Estas organizações dentro dos quartéis, propostas pelo MRPP, tinham como objetivo, para além da recusa de embarcar, a rejeição em realizar serviços, a não participação em exercícios militares com vista ao embarque, bem como impedir que os soldados travassem uma luta contra os desígnios de independência dos povos das colónias.³¹⁰ São vários os testemunhos transcritos em *Luta Popular* de soldados que concordavam com a política proposta pelo MRPP. Assim, estes testemunhos traziam aquilo que os soldados consideravam ser a repressão militarista no período revolucionário, considerada pelo MRPP idêntica à realizada pela PIDE no período anterior ao 25 de Abril de 1974. O Regimento dos Serviços de Saúde

³⁰⁴ Idem, p. 60.

³⁰⁵ *Luta Popular*, Ano IV, nº 18, 30 de maio de 1974, p. 1.

³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ *Luta Popular*, Ano V, nº 65, 28 de junho de 1975, p. 9.

³⁰⁹ *Luta Popular*, Ano IV, nº 41, 9 de janeiro de 1975, p. 14.

³¹⁰ *Luta Popular*, Ano V, nº 65, 28 de junho de 1975, pp. 4 e 5.

de Coimbra é tido como sendo um desses casos, em que “o agente-mor do militarismo no R.S.S. passou à ameaça àqueles soldados dizendo que “estes indivíduos vão ser punidos severamente não por mim mas por outros acima de mim””.³¹¹ Ao longo de *Luta Popular*, vão sendo fornecidos exemplos de militares que se organizavam nos quartéis, por forma a evitar o embarque para as colónias. Tal foi o caso de uma companhia do Batalhão 491-74, que recusou colectivamente o embarque. Posteriormente é descrito que a Polícia Aérea e a Polícia Militar, perante a recusa ao embarque, reagiram violentamente para com os soldados, os quais responderam também com violência. Dessa forma, e segundo o artigo, os soldados acabaram por não embarcar, o que para o MRPP significava mais uma vitória contra o colonialismo.³¹² Surge também o caso de uma Companhia de Atiradores em Espinho, em que metade dela se recusou a embarcar, fazendo chegar ao jornal as suas preocupações, dizendo que no seu regimento os soldados tentavam não embarcar. Ao mesmo tempo denunciavam que “o tempo normal da especialidade foi encurtado um terço, para que mais depressa ainda pudessem ser enviados a servir de instrumento de guerra e morte em terra alheia”.³¹³ A esta luta travada dentro dos quartéis, de que os testemunhos aqui apresentados são os que estão inscritos em *Luta Popular*, surgiam apelos de militares aos seus camaradas de armas dispersos por todo o país, como foi o caso de um comunicado lançado pela Polícia Militar. Esse comunicado era dirigido aos militares e trabalhadores portugueses para que todos, em conjunto, criassem um movimento nacional de recusa aos embarques.³¹⁴

À redação de *Luta Popular* chegaram também cartas de soldados estacionados nas colónias, ou de batalhões inteiros, como é o caso em que são relatadas denúncias por parte destes acerca dos seus comandos militares. Aqui, segundo as tropas, estes passavam fome e não tinham assistência médica em condições, lançando acusações às suas chefias militares, por estas terem proposto que o seu batalhão prolongasse o tempo de serviço na colónia onde estava destacado. Assim, os soldados declaravam estar “numa situação completamente triste. Temos as nossas famílias, queremos o regresso imediato”.³¹⁵ Numa outra situação, a carta de um soldado transparecia o sentimento de todo o seu batalhão em missão em Angola, onde cerca de 300 soldados, se manifestaram tentando expurgar o seu comando. Nessa mesma carta afirmava-se que

³¹¹ *Luta Popular*, Ano IV, nº 19, 6 de junho de 1974, p. 5.

³¹² *Luta Popular*, Ano IV, nº 41, 9 de janeiro de 1975, p. 14.

³¹³ *Luta Popular*, Ano V, nº 63, 14 de junho de 1975.

³¹⁴ *Luta Popular*, Ano V, nº 77, 25 de agosto de 1975, pp. 1 e 8.

³¹⁵ *Luta Popular*, Ano V, nº 48, 13 de março de 1975, p. 7.

poucos dias depois foram rodeados por um grande aparato militar que, segundo este testemunho sem identificação, teria o objetivo de “apagá-los”.³¹⁶ Às vozes destes soldados, que pediam ao MRPP para regressar, juntavam-se as vozes daqueles com vontade de não partir, como o caso de um grupo de soldados da Polícia Militar, que acusava um brigadeiro de os tentar convencer a embarcar. Como resposta, os militares afirmavam a sua decisão de recusa aos embarques, “nem que para isso eles tenham de usar a força das armas que a burguesia lhes colocou nas mãos”.³¹⁷ Para os soldados que não queriam embarcar, esta questão não era apenas uma questão militar, era ideológica. Na sua perspetiva, a presença do exército português nas colónias, nomeadamente em Angola, poderia permitir o apoio militar a um dos movimentos de libertação na luta pelo poder. Sendo assim, de acordo com estes militares, a sua presença nesse território impediria o povo angolano de tomar por si só as decisões relativas ao seu destino.³¹⁸ A sua manutenção em território colonial também era justificada, segundo um comunicado de soldados da Polícia Militar, pela presença de brancos radicados nas colónias, motivo suficiente - segundo o governo - para continuarem os embarques.³¹⁹ Iremos aqui transcrever uma moção da Escola Prática de Engenharia de Tancos que, em nosso entender, é representativa de toda a política defendida pelo MRPP acerca da presença de militares portugueses nas colónias. Fazêmo-lo por ter praticamente o mesmo conteúdo de várias moções divulgadas em *Luta Popular*. Diz-nos a moção o seguinte: “1º - Reconhecer o direito dos povos das colónias à auto-determinação e completa independência política, económica e cultural; 2º - Repudiar todas as manobras tendentes a perpetuar por qualquer forma e sob qualquer pretexto o domínio da burguesia colonial-imperialista e a respectiva guerra; 3º - Denunciar todas as razões invocadas para que continuem a processar os embarques para as colónias; 4º - Afirmar veementemente a sua vontade de não embarcarem para as colónias qualquer que seja o pretexto.”³²⁰

Para além das moções, que ao longo de *Luta Popular* vão surgindo de vários quartéis, a grande maioria com um teor político em tudo semelhante ao acima transcrito, existia outro movimento ao qual é dado relevo no jornal, o dos soldados milicianos.

³¹⁶ *Luta Popular*, Ano V, nº 71, 10 de junho de 1975, p. 3.

³¹⁷ *Luta Popular*, Ano V, nº 83, 5 de setembro de 1975, p. 1.

³¹⁸ *Luta Popular*, Ano V, nº 85, 8 de setembro de 1975, p. 2.

³¹⁹ *Idem*, p. 2.

³²⁰ *Luta Popular*, Ano IV, nº 19, 6 de junho de 1974, p. 5.

Para o MRPP estes, ao estarem do lado dos soldados e marinheiros, defendiam posições anticolonialistas, promovendo a recusa coletiva aos embarques.³²¹

Ainda no que se refere ao caso angolano, eram várias as críticas por parte do MRPP ao PCP, pela posição deste último se mostrar favorável à continuação dos embarques. Para o MRPP, o PCP defendia a continuação dos embarques porque pretendia apoiar militarmente o MPLA.³²² Acerca das críticas lançadas ao PCP, relativamente à continuidade da guerra colonial no pós-25 de Abril de 1974, são referidas declarações proferidas por Octávio Pato, membro do partido liderado por Álvaro Cunhal, ao jornal *A Capital*, onde se defendia que o problema da guerra colonial não seria resolvido com a brevidade desejada. Para o MRPP, estas declarações significavam que o PCP estaria disposto a continuar a guerra o tempo que considerasse necessário.³²³ Ao realizar este juízo de valor relativamente ao PCP, o MRPP clarificou quais deveriam ser as posições dos comunistas portugueses, em especial não intervir nos assuntos dos povos das colónias e travar a ocupação militar dos seus territórios. Quando forneceu essas indicações, acusou o PCP de ser um partido oportunista e “vendido ao social-imperialismo”, bem como de afastar os soldados da luta da classe operária.³²⁴

Por outro lado, são também publicados comunicados de organizações como a RPAC, já referida, que tinham como propósito sustentar as posições do MRPP, realçando as críticas ao PCP e aos governos provisórios, por estes serem a favor da continuação dos embarques. Um dos comunicados da RPAC referia que a continuação dos embarques tinha como propósito manter a tirania sobre os povos das colónias, questionando: “será que estes senhores que se dizem comunistas e socialistas nos estão a colocar ao lado do povo em luta pela paz? Não camaradas!”³²⁵ A este texto seguiu-se o discurso, presente em grande parte dos artigos relacionados com este tema, de recusa coletiva aos embarques, que fez parte da linha política do MRPP. As críticas dirigidas aos governos provisórios iam também no sentido de o MRPP considerar que estes organizavam campanhas contra a imprensa dita revolucionária, neste caso *Luta Popular*. Para o MRPP, as campanhas contra o jornal aconteciam porque este trazia ao de cima a verdadeira política do regime saído do Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, uma

³²¹ *Luta Popular*, Ano IV, nº 26, 35 de julho de 1974, p. 4.

³²² *Luta Popular*, Ano V, nº 90, 13 de setembro de 1975, p. 1.

³²³ *Luta Popular*, Ano IV, n 23, 4 de julho de 1974, p. 8.

³²⁴ *Luta Popular*, Ano V, nº 58, 16 de maio de 1975, p. 1.

³²⁵ *Luta Popular*, Ano IV, nº 18, 30 de maio de 1974, p. 3.

política colonialista que, no território português, se verificava pela opressão exercida sobre os soldados, tendo em vista o embarque dos mesmos.³²⁶

Outro aspeto essencial para este estudo diz respeito aos comités de mães e mulheres de soldados que se manifestaram contra os embarques para as colónias. Para o MRPP, estas organizações surgiram porque as promessas de quem ocupava os lugares de poder se começavam a desvanecer, isto devido à manutenção de uma guerra injustificável que continuava a matar os seus filhos e esposos, pelo que as mães e mulheres de soldados se organizavam com o objetivo de fazer regressar os soldados das colónias e de impedir outros de embarcar.³²⁷ Para além desta justificação, este “movimento feminino” também teria surgido devido a apelos lançados por soldados através de cartas a jornais portugueses com o intuito dos seus familiares lutarem pelo seu regresso a Portugal. Sobre o assunto surge no jornal uma entrevista a uma comissão de mulheres, que fez denúncias sobre o comportamento das instituições de governo, narrando a violência da repressão sobre uma manifestação junto ao Palácio de Belém: “até que eles quiseram fechar os portões do palácio de Belém e como nós nos mantivemos firmes e forçámos a entrada agrediram-nos com as metralhadoras, tendo ferido dois manifestantes”.³²⁸ Para o MRPP, este movimento de mães e mulheres era mais uma parte da grande luta contra os embarques dos soldados que, ao não ser dirigido por estes, tinha a capacidade de reunir em torno de si camadas da população não militarizadas, o que aumentava o já “vasto caudal de luta popular anti-colonialista” em Portugal.³²⁹

Para além destas medidas, defendidas pelo movimento político liderado por Arnaldo Matos, *Luta Popular* trazia também aquilo que considerava serem bons exemplos por parte de soldados portugueses, neste caso na Guiné. Aqui, os soldados portugueses apoiaram a proposta política que tinha como propósito o fim da guerra, pelo que se teriam dirigido a Bissau com lenços brancos na ponta das armas, tentando dessa forma, autonomamente, alcançar tréguas naquele território.³³⁰ Tal como a UDP, o MRPP não tinha em consideração o facto de, devido às circunstâncias, particularmente em Angola, ser necessária uma permanência militar portuguesa para a manutenção da ordem até à independência.

³²⁶ *Luta Popular*, Ano IV, nº 20, 13 de junho de 1974, p. 6.

³²⁷ *Luta Popular*, Ano IV, nº 23, 4 de julho de 1974, pp. 1 e 2.

³²⁸ *Luta Popular*, Ano IV, nº 25, 18 de julho de 1974, p. 3.

³²⁹ *Luta Popular*, Ano IV, nº 23, 4 de julho de 1974, pp. 1 e 2.

³³⁰ *Luta Popular*, Ano IV, nº 20, 13 de junho de 1974, p. 4.

3.4. O neocolonialismo nas colónias portuguesas em *Luta Popular*

Vejam os então o que era, na perspectiva do MRPP, o neocolonialismo nos territórios da ex-África Portuguesa. Para o MRPP, o neocolonialismo português teve início logo após os acontecimentos de 25 de abril de 1974. O movimento considerava apenas ter existido uma troca no poder em Portugal, sendo que o objetivo dos novos governantes era o de fazer os povos das colónias aceitarem um novo tipo de colonialismo. Para o efeito, enganavam os portugueses e continuavam a guerra, ao mesmo tempo que se serviam “da capa das negociações para disfarçar o seu objectivo de perpetuar a dominação sobre os povos das colónias”.³³¹ Estas eram, para o MRPP, as vontades da burguesia e dos patrões portugueses.

Relativamente às posições do MRPP, este considerava que as movimentações da JSN e dos governos provisórios, em retardar a independência das colónias portuguesas, serviam para conquistar tempo, por forma a garantir um colonialismo de tipo novo.³³² Desta forma, o MRPP via as negociações com os movimentos de cada colónia a serem feitas “com a intenção de levar os Movimentos de Libertação Nacionais a negociar inaceitáveis propostas colonialistas e neo-colonialistas, que negam aos povos das colónias o seu justo, natural e sagrado direito de disporem de si próprios”.³³³ Uma prática discursiva desfasada da realidade colonial altamente complexa e diversificada para cada um dos casos, com conflitos internos que se arrastaram largos anos, com o caso mais evidente a ser o angolano. O MRPP acusava assim a JSN e os sucessivos governos provisórios de serem promotores do neocolonialismo português, tendo em vista a intensificação da guerra, de modo a manter os dividendos que se poderiam perder com a independência das colónias.³³⁴ A questão da continuação da guerra como forma de perpetuação do colonialismo português sob a forma de neocolonialismo é um assunto amplamente referido em *Luta Popular*. À tese de que para ser possível alcançar a paz nas colónias era necessária a presença dos soldados portugueses, o MRPP respondia considerando-a como uma ilusão, pois a verdadeira intenção seria a de “manter a exploração e a dominação sobre os povos das colónias”.³³⁵ Esta posição era

³³¹ *Luta Popular*, Ano IV, nº 18, 30 de maio de 1974, p. 3.

³³² *Luta Popular*, Ano IV, nº 21, 20 de junho de 1974, p. 2.

³³³ *Luta popular*, Ano IV, nº 23, 4 de julho de 1974, p. 2.

³³⁴ *Luta Popular*, Ano IV, nº 26, 25 de julho de 1974, pp. 1 e 6.

³³⁵ *Luta Popular*, Ano IV, nº 19, 6 de junho de 1974, p. 5.

reiterada por um conjunto de soldados milicianos que, numa reunião com eco em *Luta Popular*, afirmavam que a presença militar portuguesa nas colónias tinha como objetivo a nova realidade neocolonialista.³³⁶ Para tal, era necessário que continuasse a guerra. As justificações eram várias, como a do MFA, de que não se poderia abandonar as colónias. Isto para o MRPP queria dizer o seguinte: a presença militar nas colónias não era mais do que tomar partido na partilha imperialista desses territórios.³³⁷ O movimento maoísta tinha a convicção de que o povo português compreendia a sua tese de que a presença militar nas colónias portuguesas seria uma forma de neocolonialismo, pelo que se manifestava contra a presença dos soldados nas mesmas.³³⁸

O reconhecimento da independência das colónias portuguesas também se via retardado devido à burguesia que, segundo o MRPP, era uma das principais promotoras do neocolonialismo. Isto devido ao facto de estarem em cima da mesa várias soluções para a descolonização, diferentes para cada uma das colónias. Estas eram vistas como manobras de adaptação às diversas realidades coloniais, por forma a garantirem e aumentarem o rendimento provindo das colónias.³³⁹ Também a ideia de ser necessário um ano para o povo português se preparar e decidir sobre os destinos das colónias era vista como uma forma de neocolonialismo.

Claramente, as ideias “spínolistas” eram alvo de críticas por parte do MRPP. Para este movimento, a criação de governos de transição e as teses federalistas serviam, por exemplo, para ocultar as intenções de utilizar Cabo Verde como uma base neocolonialista, dividindo os povos da Guiné e de Cabo Verde, bem como para a perpetuação de ações armadas e de apoio a partidos considerados pelo MRPP como fantoches. Neste sentido, o reconhecimento da República da Guiné-Bissau, autonomamente de Cabo Verde, era visto como uma forma de não se perderem as ilhas e, eventualmente, se voltar à carga para uma nova conquista da Guiné, por forma a ser possível a continuação da exploração do seu povo.³⁴⁰ Para o MRPP, a manutenção de Cabo Verde na esfera do neocolonialismo seria de extrema importância para os países capitalistas, devido à sua posição estratégica no Oceano Atlântico.³⁴¹

De certo modo, a análise do MRPP acerca do que seriam as propostas neocolonialistas por parte de Portugal buscavam fundamentação nos discursos dos

³³⁶ *Luta Popular*, Ano IV, nº 40, 26 de dezembro de 1974, p. 9.

³³⁷ *Luta Popular*, Ano V, nº 60, 23 de maio de 1975, p. 11.

³³⁸ *Luta Popular*, Ano IV, nº 21, 20 de junho de 1974, p. 2.

³³⁹ *Luta Popular*, Ano IV, nº 28, 22 de agosto de 1974, p. 5.

³⁴⁰ *Luta Popular*, Ano IV, nº 31, 26 de setembro de 1974, p. 3.

³⁴¹ *Luta Popular*, Ano IV, nº 37, 21 de novembro de 1974, p. 14.

governantes portugueses, inclusivamente do Ministro Almeida Santos. Em novembro de 1974, num discurso transcrito em *Luta Popular*, Almeida Santos propunha que os territórios deveriam ver reforçada a sua autonomia mantendo, no entanto, uma ligação a Portugal através de uma organização federativa ou comunitária.³⁴² Na perspectiva do MRPP, esta era uma forma de neocolonialismo, em que, através da promoção de partidos ditos “fantoques”, se poderiam manter essas ligações, ao mesmo tempo que se retardavam as independências.³⁴³ As críticas tecidas a Almeida Santos foram subindo de tom ao longo de 1975, pois, para o MRPP, este governante era uma espécie de engenheiro da política neocolonial portuguesa. Segundo o movimento, isso mesmo era atestado pelas viagens que este ministro realizava a países asiáticos e à Austrália, vistas como operações de entrega do território timorense às potências em disputa pela hegemonia do mundo. Assim, para o MRPP, o processo de descolonização não era “mais do que a tentativa de salvar o colonialismo pela arte do neo-colonialismo”.³⁴⁴ Dentro das críticas que eram feitas a membros do governo, a perspectiva defendida por Mário Soares de salvaguardar “os interesses dos homens que contribuíram para a riqueza” das colónias constituía uma forma de neocolonialismo. Pois, para o MRPP, a defesa destes interesses não era mais do que a manutenção do regime colonial.³⁴⁵

Também o PCP era considerado um partido promotor de políticas neocolonialistas. Isto porque, segundo os artigos de *Luta Popular*, o PCP ao defender a autodeterminação, colocava-se do lado dos neocolonialistas portugueses que propugnavam a ideia de um referendo acerca da independência das colónias, criticando a posição dos comunistas que coincidiria com a descrita no Programa do Movimento das Forças Armadas, onde seriam os portugueses a decidir os destinos das colónias.³⁴⁶ De acordo com *Luta Popular*, elementos do PCP tentavam, em comícios realizados pelo MRPP, propor ideias de independências fictícias, mas que na realidade eram propostas de continuidade da exploração por parte deste partido. A estas críticas dirigidas ao PCP, o MRPP chamava a atenção para aquilo que deveria ser o trabalho do movimento, sendo o de “intensificar o combate porque como o colonialismo foi a guerra, também o neo-colonialismo será a guerra, e ainda hoje continuam a embarcar os filhos do povo

³⁴² *Luta Popular*, Ano IV, nº 36, 7 de novembro de 1974, p. 8.

³⁴³ *Idem*.

³⁴⁴ *Luta Popular*, Ano V, nº 79, 1 de setembro de 1975, p. 8.

³⁴⁵ *Luta Popular*, Ano IV, nº 32, 10 de outubro de 1974, p. 8.

³⁴⁶ *Luta Popular*, Ano IV, nº 23, 4 de julho de 1974, p. 8.

para as colónias. E enquanto isso não acabar nós não estamos tranquilos. Novas guerras se preparam sob a aparência de que é a paz o que se concerta”.³⁴⁷

Em *Luta Popular* foram também expressas declarações de timorenses a residir em Portugal. Estes declaravam ao jornal que o neocolonialismo era a nova fase do colonialismo, bem como o federalismo, que seria um neocolonialismo de fase anterior. Desta forma, ambas as situações serviriam para manter o essencial das estruturas construídas sob o período colonial, permitindo a entrada de interesses económicos externos e perpetuando a exploração, agora numa outra vertente.³⁴⁸ Em relação a Timor, bem como para com o restante mundo colonial português, foi o processo desencadeado após o 25 de Abril de 1974 que provocou esta transição, representada através dos diferentes polos políticos do território, que “reflectem os interesses das grandes aves de rapina internacionais, que lançam o seu olhar cobiçoso sobre as riquezas do povo timor, em particular sobre o seu petróleo, que pela mão do colonialismo português é já pilhado pelo capital australiano da TIMOR-OIL”.³⁴⁹ Acerca do que se discutia sobre Timor, também para o MRPP se tratava da disputa entre as potências norte-americana e soviética, tornando a ilha palco da disputa pela hegemonia global. Essas teriam nos agentes governativos portugueses a possibilidade que lhes permitiria obter a exploração petrolífera, entre outros recursos naturais.³⁵⁰ Para além da disputa entre imperialismos, também a invasão por parte da Indonésia a Timor era considerada pelo MRPP uma forma de neocolonialismo. Esta invasão tratava-se de um ataque perpetrado por potências internacionais, com vista a impedir o território timorense de alcançar a independência. Ataque esse, “traíçoeiro e covarde [que] é o resultado da política neo-colonialista criminosa dos seis Governos Provisórios da burguesia, que nunca reconheceu o direito legítimo do povo de Timor Leste à completa separação e independência política, económica e cultural”.³⁵¹ Foi criticada a proposta de criação de um conselho representativo popular sobre a autodeterminação do povo timorense por parte da Indonésia, encarada pelo MRPP como uma “encenação neocolonialista dos inimigos da República de Timor-Leste”.³⁵² Da mesma forma, a existência de um governo em Díli, composto pela UDT/MAC e pela APODETI, foi vista por parte do MRPP como uma forma de neocolonialismo. Isto porque, ao realizar uma assembleia

³⁴⁷ *Luta Popular*, Ano IV, nº 42, 12 de janeiro de 1975, p. 8.

³⁴⁸ *Luta Popular*, Ano IV, nº 33, 7 de outubro de 1974, p. 8.

³⁴⁹ *Idem*.

³⁵⁰ *Luta Popular*, Ano V, nº 74, 26 de agosto de 1975, p. 10.

³⁵¹ *Luta Popular*, Ano V, nº 120, 18 de outubro de 1975, p. 1.

³⁵² *Luta Popular*, Ano VI, nº 301, 28 de maio de 1976, p. 5.

cujo resultado foi a aceitação da integração de Timor na Indonésia, feita, na perspetiva do MRPP, nas costas do povo timorense, esse governo e essa assembleia representavam os interesses da burguesia colonialista, e não os interesses do povo legitimamente representado pela FRETILIN, movimento apoiado pelo MRPP.³⁵³ Para além da questão da invasão indonésia, a Austrália também entrava na equação como país em disputa pelas riquezas timorenses, uma vez que reivindicava a ilha de Timor como estando na sua plataforma continental.³⁵⁴

Sobre Angola, o MRPP considerava que este território seria a praça forte do neocolonialismo em África, visto ser a mais rica das colónias, através da exploração de petróleo, café e outros recursos por parte de países como os Estados Unidos da América, Brasil, Inglaterra, sendo esta nova forma de exploração uma “versão mais prejudicial do imperialismo”.³⁵⁵ Além disso, o MRPP criticava a publicação de uma declaração em que PCP, LCI, LUAR e MES defendiam o apoio ao MPLA. Essa tomada de posição era para o MRPP uma forma de neocolonialismo, patente na “guerra civil que se prepara em Angola [que] é consequência da luta entre imperialismos; dos esforços dos imperialistas americanos e dos social-imperialistas russos para transformarem Angola numa neo-colónia”.³⁵⁶ Tudo isto só confirmaria a tese do MRPP que considerava o PCP um partido que promovia o neocolonialismo. No caso concreto de Angola, o PCP era acusado de fomentar o divisionismo no seio do movimento de libertação nacional angolano no seu todo, sendo que o apoio ao MPLA seria, no entender do MRPP, uma forma de sabotar a independência dessa colónia.³⁵⁷ Também países como a França, Holanda ou Suécia, eram considerados agentes do neocolonialismo em Angola. Estes países, entre outros, ao reconhecerem a República Popular de Angola, celebraram uma espécie de tratado internacional para ser possível a continuidade da exploração desse território, transformando-o numa neocolónia.³⁵⁸ Assim, também o MPLA era, na perspetiva do MRPP, um agente neocolonial, porque a sua transição de movimento para partido significava a confirmação do poder soviético no novo país. Desta forma, o MRPP definia o MPLA como “um Partido social-fascista ao serviço do social-imperialismo revisionista soviético para o qual a tarefa fundamental não é libertar a RPA do jugo do neocolonialismo mas, bem ao contrário, consolidar e

³⁵³ *Luta Popular*, Ano VI, nº 304, 1 de junho de 1976, p. 5.

³⁵⁴ *Luta Popular*, Ano IV, nº 32, 10 de outubro de 1974, p. 8.

³⁵⁵ *Luta Popular*, Ano IV, nº 34, 24 de outubro de 1974, p. 7.

³⁵⁶ *Luta Popular*, Ano V, nº 58, 16 de maio de 1975, p. 1.

³⁵⁷ *Luta Popular*, Ano IV, nº 34, 24 de outubro de 1974, p. 7.

³⁵⁸ *Luta Popular*, Ano VI, nº 220, 19 de fevereiro de 1976, p. 4.

alargar a ditadura social-fascista e a dependência face aos novos czares de Moscovo”.³⁵⁹ Prova disso terá sido a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação, entre o governo angolano e as autoridades de Moscovo, o que representava para o MRPP a formalização do neocolonialismo soviético em Angola.³⁶⁰ Da mesma forma que a União Soviética se servia do MPLA, também o fazia em relação ao PCP, por forma a ganhar vantagem na disputa com os Estados Unidos da América no território angolano.³⁶¹ Para o MRPP os tentáculos da União Soviética não se ficavam apenas pela sua influência sobre o MPLA e o PCP. A manutenção do exército cubano em Angola seria uma forma de colocar os trabalhadores angolanos num novo regime de trabalho forçado, desta feita para o novo “patrão russo”.³⁶² O facto do MRPP considerar o MPLA como um agente do neocolonialismo não se prendia apenas com as suas ligações à União Soviética. A proposta feita por Agostinho Neto de uma intensificação das trocas comerciais entre Angola e Portugal, bem como de mais investimentos em Angola, era vista como uma submissão deste ao neocolonialismo português.³⁶³ Para além destes países, também a África do Sul desempenhava um papel importante nesta nova forma de ocupação. A colocação de soldados ao longo do rio Cunene, considerada por este país como medida de proteção relativamente à barragem de Calueque, era vista pelo MRPP como a preparação de uma invasão do regime de Vorster a Angola, tal como tinha acontecido com Timor relativamente à Indonésia.³⁶⁴

Paralelamente, Moçambique entra também nas contas do neocolonialismo e, segundo *Luta Popular*, por culpa própria. De acordo com o jornal, vários acordos assinados entre esta antiga colónia portuguesa e Moscovo representavam uma capitulação perante a União Soviética. Além disso, Moçambique ao reconhecer o MPLA como partido legítimo no poder em Angola, cedia às pretensões neocolonialistas soviéticas na disputa com os americanos pela hegemonia da África Austral.³⁶⁵

Uma das formas de combate ao neocolonialismo que o MRPP via como sendo justa e eficaz era a dos soldados portugueses se recusarem a embarcar para Angola ao longo de 1975. Estes, através da sua negação em participar no que era considerado pelo MRPP a guerra dos imperialismos, tornavam-se “instrumentos cada vez menos dóceis”.

³⁵⁹ *Luta Popular*, Ano VI, nº 340, 15 de julho de 1976, p. 5.

³⁶⁰ *Luta Popular*, Ano VI, nº 413, 9 de outubro de 1976, p. 5.

³⁶¹ *Luta Popular*, Ano V, nº 58, 16 de maio de 1975, p. 10.

³⁶² *Luta Popular*, Ano VI, nº 328, 1 de julho de 1976, p. 5.

³⁶³ *Luta Popular*, Ano VI, nº 280, 4 de maio de 1976, p. 12.

³⁶⁴ *Luta Popular*, Ano V, nº 86, 9 de setembro de 1975, p. 6.

³⁶⁵ *Luta Popular*, Ano VI, nº 495, 20 de janeiro de 1977, p. 5.

Como tal, os “soldados portugueses em Angola mostram um crescente descontentamento, opõem cada vez maior resistência e tornam cada vez mais difícil aos colonialistas servir-se deles para novas aventuras”.³⁶⁶

3.5. O 27 de Maio de 1977 em Angola

Procuramos agora ver a posição do MRPP face aos acontecimentos ocorridos em 27 de maio de 1977 em Angola. Para o MRPP, estes acontecimentos seriam da responsabilidade de Agostinho Neto e da facção por este liderada no MPLA, que teriam permitido a exploração dos recursos naturais do país por parte dos Estados Unidos da América, bem como por parte da União Soviética.³⁶⁷ Enquanto a facção de Agostinho Neto se preparava, segundo o MRPP, para ceder aos dois pólos hegemónicos do mundo, a de Nito Alves apenas mantinha relações com a União Soviética. Moscovo, por sua vez, ainda que de forma dissimulada, incumbia a facção de Nito Alves de missões no território angolano. Nito Alves contaria também com o apoio do PCP que “mandou os seus quadros e a sua Sita Vales para junto de Nito Alves e Van Dunem”.³⁶⁸ Na perspetiva do MRPP, o 27 de Maio de 1977 em Angola teria sido um golpe do grupo dirigido por Nito Alves que, ao ser afastado da direção liderada por Agostinho Neto, teria tentado conquistar o poder dentro do MPLA e, conseqüentemente, em Angola. Contudo, o 27 de Maio de 1977 em Angola terá sido uma ação precipitada pela expulsão de Nito Alves e José Van Dunem do Comité Central do MPLA. Para o MRPP estes “estariam a preparar uma acção militar de maior envergadura e com maiores probabilidades de êxito”.³⁶⁹ Por fim, o 27 de Maio de 1977 em Angola terá demonstrado a existência de diferendos entre Cuba e a União Soviética. Isto mesmo se podia deduzir do apoio que Cuba deu a Agostinho Neto, com a intenção de “tirar o máximo proveito da sua poderosa implementação militar em Angola”. Portanto, para o MRPP, “na disputa pelo maior quinhão do bolo angolano, podem mostrar-se as rivalidades entre Havana e Moscovo”.³⁷⁰

Para o MRPP os acontecimentos de 27 de maio de 1977 em Angola não teriam sido mais que diversas disputas num contexto mais global. Em primeiro lugar uma

³⁶⁶ *Luta Popular*, Ano V, nº 62, 7 de junho de 1975, pp. 1 e 3.

³⁶⁷ *Luta Popular*, Ano VI, nº 547, 7 de junho de 1977, p. 9.

³⁶⁸ *Idem*.

³⁶⁹ *Idem*.

³⁷⁰ *Idem*.

disputa interna no contexto do comunismo global entre a União Soviética e Cuba, tendo em vista a exploração dos recursos próprios de Angola e, em segundo lugar, na conjuntura da Guerra Fria em que a União Soviética e os Estados Unidos da América se utilizariam do MPLA no seu combate em territórios africanos na competição entre os dois sistemas.

Conclusão

Tendo em consideração que *Luta Popular* era o espelho das posições do MRPP, reproduzindo a ideologia deste, conseguimos compreender as posições do movimento relativamente ao processo de descolonização português.

No que concerne às questões relacionadas com a independência das colónias, bem como sobre o apoio dado aos movimentos de libertação, o MRPP defendeu uma lógica igual em todos os casos, ou seja, a completa independência, com caráter imediato, para a totalidade das colónias. Sobre o caso angolano, o MRPP defendia a legitimidade de todos os movimentos de libertação, considerando que apoiar um deles em específico seria uma ingerência nos assuntos que só à população angolana caberia resolver. Atribuía assim a responsabilidade na condução dos seus destinos ao povo angolano. Contudo, considerava que o reconhecimento da República Popular de Angola por parte do Conselho da Revolução seria favorável à União Soviética. Neste aspeto consideramos que, para o MRPP, o mais importante era a sua conceção ideológica mais global, ao não ter em consideração a realidade concreta angolana, mas utilizando esses acontecimentos para demarcar a sua posição anti soviética. Por outro lado, defendia a unidade da Guiné e de Cabo Verde, demonstrando o seu apoio ao PAIGC. Relativamente à transição do poder em Moçambique defendeu o Acordo de Lusaka apoiando a FRELIMO.

A tese a favor do abandono total e imediato do espaço colonial português está patente na forma como o MRPP, através não só do seu jornal mas também de grupos como a RPAC, o MPAC e os CLAC's, exigia o regresso imediato dos soldados portugueses e tentava, de uma forma prática ou proclamatória, impedir que mais tropas portuguesas embarcassem para as colónias. Uma vez mais o MRPP não tinha em consideração os conflitos internos que ocorriam, particularmente em Angola, fazendo com que o seu discurso fosse, de certa forma, inconsequente. Isto porque, ao defender a liberdade e emancipação dos povos coloniais, pouca preocupação demonstrava para os

conflitos bélicos ocorridos, com o seu discurso a ser dirigido apenas para os soldados portugueses. Considerava assim que essas disputas internas apenas tinham que ver com o panorama global de disputa entre a União Soviética e os Estados Unidos da América.

Ao mesmo tempo, o MRPP denunciava a existência de preparativos para uma transição de tipo neocolonial, com base em três argumentos: 1) através de empresas de grande capital, portuguesas e estrangeiras, com o objetivo de continuar a exploração dos recursos e mão de obra nos territórios coloniais; 2) que a não independência imediata das colónias portuguesas era uma forma de instaurar este novo regime; 3) a presença de militares portugueses nas colónias serviria para oprimir os povos nesta nova fase. Assim, a tese geral do MRPP era a de que deveriam ser os povos das colónias a decidir o seu futuro, pelo que Portugal deveria abandonar de forma imediata os territórios coloniais, descartando-se de qualquer responsabilidade nos mesmos, mesmo após a potência colonizadora ter tido o domínio desses espaços durante quase cinco séculos. Demonstrava assim o MRPP que a solução seria o corte drástico de qualquer tipo de relação, como se dessa forma desaparecessem os vestígios da dominação colonial.

Sobre o 27 de Maio de 1977 em Angola, o MRPP não lhe atribuiu muita relevância, considerando que o golpe advinha da disputa pelo poder no MPLA (e em Angola), bem como uma demonstração da interferência de forças externas ao país por forma a conseguirem disputar os recursos angolanos. Assim, o 27 de Maio de 1977 em Angola era em si mesmo demonstrativo da tese do MRPP acerca do neocolonialismo.

4. A perspetiva do Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) sobre o processo de descolonização português

Neste capítulo iremos analisar as posições do MDP/CDE relativamente ao processo de descolonização dos territórios coloniais portugueses. Para o efeito, vamos utilizar como fonte principal o órgão de comunicação do MDP/CDE, o jornal *Unidade*. Como já referimos na introdução do nosso trabalho, utilizamos também os debates parlamentares da Assembleia Constituinte, bem como outra documentação coeva, por forma a melhor compreendermos as posições deste partido relativamente à descolonização. No entanto, diversamente dos casos da UDP e do PCTP/MRPP, sentimos algumas dificuldades na pesquisa documental para o período posterior a 1976, uma vez que o jornal *Unidade* foi descontinuado entre meados de 1976 e o início de 1978. Além disso, o MDP/CDE não apresentou candidaturas às eleições legislativas de 1976. Esta situação deveu-se à crise interna do movimento em 1976, tendo-se assistido à saída de muitos militantes para outros partidos, impedindo que o mesmo pudesse construir “uma organização assente num quadro profissionalizado”.³⁷¹ Assim, não conseguimos identificar fontes para perceber como é que esse partido se posicionou face aos acontecimentos ocorridos em 27 de maio de 1977 em Angola.

4.1. O MDP/CDE no PREC

Para uma melhor compreensão das posições do MDP/CDE, é necessário perceber primeiro algumas das transformações que este teve no pós-25 de Abril de 1974. No que concerne à passagem da CDE a partido, com a designação MDP/CDE, José Manuel Tengarrinha, um dos fundadores da organização, declarou que essa evolução ocorreu devido “ao condicionalismo legal que impediu organizações sem carácter partidário de concorrer às eleições”, elemento considerado essencial para a construção da democracia portuguesa.³⁷² A participação do MDP/CDE na vida política portuguesa do pós-25 de Abril de 1974 foi revestida de extrema importância pois, como herdeiro do principal movimento de oposição nas eleições para a Assembleia Nacional

³⁷¹ MDP/CDE, *III Congresso Movimento Democrático Português - Reforçar o MDP/CDE. Fortalecer a Democracia: A organização do Congresso*. [S.L.]: MDP/CDE, 1978, p. 1.

³⁷² *Vida Mundial*, nº 1835, 14 de novembro de 1974, p. 51.

de 1969, considerava que tinha a obrigação de se apresentar às primeiras eleições democráticas. Portanto, a sua transformação em partido era, segundo Pereira de Moura, indispensável, ainda que “mínima”.³⁷³ Contudo, aquando da discussão prévia para a realização das Jornadas Democráticas em 1974, um dos textos, referente às eleições para a Assembleia Constituinte, tem presente o seguinte: “Seria lamentável que viessem a ser consignadas dificuldades à participação eleitoral de formações políticas de tipo não-partidário, nomeadamente àquelas que gozam há muito de experiência política e de larga implantação popular”.³⁷⁴ A mesma ideia surge num discurso de Rui Luís Gomes, que considerou que a não permissão da participação do MDP/CDE nas eleições para a Assembleia Constituinte, se este não estivesse organizado como partido, seria um erro para o processo de consolidação democrática em Portugal.³⁷⁵ Mais tarde, no seu III Congresso realizado em 1978, referindo-se novamente à lei eleitoral, foi descrito nos documentos apresentados que a lei teria como objetivo impedir a candidatura do MDP/CDE, o que teria significado o fim do movimento em 1975. Assim, a transformação em partido foi considerada necessária para a manutenção do mesmo.³⁷⁶

Ao fazer um balanço das suas atividades no período subsequente ao 25 de Abril de 1974, o MDP/CDE salientou um conjunto de manifestações populares, nas quais teria participado na organização e convocação das mesmas, sendo elas: a) a manifestação do 1º de Maio de 1974; b) a manifestação de 25 de julho de 1974, com vista a apoiar o MFA e o Governo Provisório; c) a manifestação de 29 de julho de 1974, de congratulação pela aprovação do Decreto-Lei 7/74, de 26 de julho, que previa a independência das colónias portuguesas.³⁷⁷ Para além das questões relacionadas com a organização de manifestações, o MDP/CDE destacava também os vários níveis de participação no aparelho de Estado, bem como o apoio prestado ao governo provisório e ao MFA. Para o MDP/CDE, o cumprimento do Programa do MFA era um dos objetivos a atingir pela “construção de uma democracia estável”, fazendo-se valer do facto de ter sido o principal movimento da oposição concorrente às eleições de 1969, colocando-se como único partido válido na interlocução com o MFA.³⁷⁸

³⁷³ *Vida Mundial*, nº 1833, 31 de outubro de 1974, p. 13.

³⁷⁴ MDP/CDE, *Jornadas Democráticas MDP/CDE*. [S.L.]: MDP/CDE, 1974, p. 2.

³⁷⁵ MDP/CDE, *Jornadas democráticas: Unidade do povo pela democracia: conclusões*. Lisboa: MDP/CDE, 1974, p. 8.

³⁷⁶ MDP/CDE, *III Congresso Movimento Democrático Português - Reforçar o MDP/CDE. Fortalecer a Democracia: O MDP/CDE na Revolução Portuguesa*. [S.L.]: MDP/CDE, 1978, p. 1.

³⁷⁷ MDP/CDE, *Qual o papel do MDP no actual momento político: doc. interno*. [S.L.]: MDP, 1974, p. 2.

³⁷⁸ *Idem*, p. 3 e 4.

4.2. A independência das colónias portuguesas vista pelo MDP/CDE

“Descolonizar não é abandonar”. Esta era uma das premissas das quais o MDP/CDE partia para tomar as suas posições relativamente ao processo de descolonização português. Ao fazer inúmeras vezes essa afirmação nas páginas do seu órgão de comunicação, o jornal *Unidade*, o MDP/CDE colocava-se do lado do MFA e dos governos provisórios, no intuito de não “deixar os povos das colónias à mercê da sua sorte depois da independência”.³⁷⁹

Em primeiro lugar, o MDP/CDE assumiu que a maior conquista alcançada com a Revolução dos Cravos foi a impossibilidade de se travar o processo de descolonização.³⁸⁰ Para o MDP/CDE, a irreversibilidade desse processo representava a vitória “do Movimento das Forças Armadas, dos democratas, dos patriotas africanos e do povo português.”³⁸¹ Na sequência do 25 de Abril de 1974, o MDP/CDE ressaltou a luta promovida pelos movimentos de libertação ao longo de treze anos. Para este partido, foi indispensável o trabalho dos que desejavam alcançar um regime democrático para desacreditar as teses colonialistas do Estado Novo, fazendo com que o reconhecimento das colónias portuguesas como Estados independentes fosse uma realidade. Assim, o MDP/CDE assumiu a seguinte posição: “para resolver o problema da guerra colonial de acordo com o interesse dos povos é abrir rapidamente negociações com os movimentos de libertação, legítimos representantes dos povos das colónias”.³⁸² Considerava ainda que para defender a integridade da nação portuguesa era necessário ao país terminar com o seu regime colonialista.³⁸³ Esta tese já havia sido defendida pela CDE em 1969, tendo então considerado que não deveriam fazer parte das negociações grupos que considerava serem «fantoques». Nesse programa de 1969, entendia-se também que deveria existir uma integração das populações brancas nos novos Estados a serem formados.³⁸⁴ Ideia continuada ao longo do tempo. A propósito de uma referência acerca dos soldados mortos ou incapacitados no decorrer da guerra colonial, o MDP/CDE afirmou que a sua contribuição teria sido muito maior se tivessem trabalhado na construção dos novos países, ao invés de lá terem ido participar na guerra.

³⁷⁹ *Unidade*, Ano 1, nº 1, 26 de fevereiro de 1975, p. 5.

³⁸⁰ MDP/CDE, *MDP/CDE: documentos...*, p. 80.

³⁸¹ MDP/CDE, *Moçambique: Toda a firmeza nenhuma complacência*. [S.L.]: MDP/CDE, 1975, p. 1.

³⁸² MDP/CDE, *MDP/CDE: documentos...*, pp. 30 a 31.

³⁸³ Domingues, Luís Catarino, in *Debates Parlamentares...*, Diário 020, 18 de julho de 1975, p. 490.

³⁸⁴ CDE de Lisboa, *Programa Político da C.D.E. de Lisboa*. Lisboa: CDE de Lisboa 1969, p. 31.

Desta forma, foi assumido que Portugal teria o dever de participar no erguer destas novas nações africanas.³⁸⁵

Como referido, o processo de descolonização português teve o seu início formal a 26 de julho de 1974, por via da aprovação da Lei nº 7/74. Para o MDP/CDE, a partir desse momento ocorreu uma alteração no paradigma nacional, que permitiu o encetar de negociações com os movimentos de libertação e a preparação da transferência de poderes para os povos das colónias.³⁸⁶ Nesta perspectiva, o MDP/CDE defendeu o cumprimento dos acordos assinados entre Portugal e os movimentos de libertação com vista à independência das colónias.³⁸⁷ Este processo deveria ser rápido e “com base no respeito pelo direito à autodeterminação e independência dos povos coloniais e da defesa da sua integridade territorial, política e económica”.³⁸⁸ Para que tal fosse possível, e por forma a não serem verificados casos de ataques ou abusos a portugueses nas ex-colónias, o MDP/CDE considerava essencial substituir todo o aparelho deixado pelo Estado Novo, inclusivamente funcionários administrativos de responsabilidade política inferior. Só assim seria possível a realização de uma “política ultramarina que conduza à Paz”.³⁸⁹

Em 1975, aquando de uma mesa redonda organizada pelo jornal *República* com vários partidos políticos, o MDP/CDE referiu que esse ano seria marcado pela consolidação da democracia portuguesa. Ao falar sobre este assunto, Vítor Dias, representante do partido nessa mesma mesa, afirmou que para ser possível resolver os problemas nacionais, era necessário tomar “passos decisivos e finais no caminho da descolonização”.³⁹⁰ Para que o processo de descolonização fosse efetivo defendia-se, entre outras coisas, a revisão da Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé, por forma a que esta nas suas disposições desse por terminado o acordo missionário, elemento considerado como uma continuidade do regime colonial.³⁹¹

Em todo o caso, o MDP/CDE não defendia o corte de relações entre Portugal e os novos países africanos, crendo que a antiga metrópole deveria, num plano de comércio externo, dar preferência às novas nações.³⁹²

³⁸⁵ *Unidade*, Ano 1, nº 2, 5 de março de 1975, p. 12.

³⁸⁶ MDP/CDE, *MDP/CDE: documentos...*, p. 57.

³⁸⁷ MDP/CDE, *Jornadas Democráticas: Unidade do povo...*, p. 28.

³⁸⁸ MDP/CDE, *MDP/CDE: Programa e Estatutos...*, p. 33.

³⁸⁹ MDP/CDE, *Jornadas Democráticas*. [S.L.]: MDP/CDE, 1974, p. 2.

³⁹⁰ MDP/CDE, *Contra os monopólios pela democracia*. Lisboa: Artes Gráficas, 1975, p. 26.

³⁹¹ MDP/CDE, *MDP/CDE: Programa e Estatutos...*, p. 29.

³⁹² *Idem*, p. 45.

4.2.1. Angola

Feitas estas considerações mais gerais, vejamos então como o MDP/CDE se posicionou relativamente ao caso angolano. Este era tido como diferente dos da Guiné e de Moçambique, devido ao facto de existirem três movimentos de libertação em Angola. Ao analisar as posições desses três movimentos, o MDP/CDE considerava o MPLA o “mais capaz de conduzir o futuro país”, ao passo que descrevia a FNLA como sendo um movimento “desenraizado” e “apoiado por imperialismos externos”.³⁹³ Diferenciando assim o caso angolano dos demais processos de descolonização nas colónias portuguesas, o MDP/CDE acreditava que as Forças Armadas Portuguesas tinham um papel determinante no processo angolano. O apoio dado ao MPLA era claro. O MDP/CDE acusava a FNLA de ser a principal responsável pelo rompimento do Acordo do Alvor, denunciando a prisão e fuzilamento de elementos do MPLA pela FNLA. O MPLA era visto como o único movimento que visava “a construção de uma verdadeira consciência e independência nacionais”.³⁹⁴ O apoio do MDP/CDE ao MPLA surgia também sob a forma de críticas ao líder da FNLA, Holden Roberto. Este dirigente era apresentado como sendo um “meio de comunicação” de Spínola em Angola, partilhando das ideias do general para a descolonização do país. Era também acusado de ser o representante de interesses de capitais estrangeiros, procurando-se desmascarar o seu discurso de vítima.³⁹⁵ Em resposta à propaganda favorável a Holden Roberto, que o colocava como o único líder capaz de capitalizar o espírito do povo angolano que procurava a paz, o MDP/CDE denunciava os supostos ataques realizados pela FNLA ao MPLA.³⁹⁶

Em maio de 1975, o MDP/CDE recebeu uma delegação do MPLA chefiada por Nito Alves. Neste encontro foi declarado o “incondicional apoio” ao MPLA. Aliás, o MPLA era visto como a principal vítima de movimentos conservadores em Angola. Entendia-se como sendo essencial uma cooperação entre o MDP/CDE e o MPLA, de modo a contribuir para a libertação de ambos os países.³⁹⁷ Da parte portuguesa, esse apoio foi reafirmado num comício realizado no Porto, em junho de 1975, no qual foi aprovada uma moção com o seguinte teor: “Denunciar as manobras

³⁹³ *Unidade*, Ano 1, nº 6, 2 de abril de 1975, p. 5.

³⁹⁴ *Unidade*, Ano 1, nº 7, 9 de abril de 1975, p. 13.

³⁹⁵ *Unidade*, Ano 1, nº 8, 16 de abril de 1975, p. 5.

³⁹⁶ *Unidade*, Ano 1, nº 14, 28 de maio de 1975, p. 10.

³⁹⁷ *Unidade*, Ano 1, nº 12, 14 de maio de 1975, p. 7.

contra-revolucionárias do capitalismo português, europeu e norte-americano que apoiam financeiramente a UNITA e a FNLA (...), e dar a conhecer ao povo português o que é o MPLA, corpo verdadeiro e único movimento de libertação de Angola”.³⁹⁸ Quanto às divisões no seio do MPLA, o MDP/CDE colocou-se do lado da direção de Agostinho Neto, acreditando que uma possível cisão dentro do MPLA seria um sério entrave à sobrevivência deste.³⁹⁹ Além disso, o MDP/CDE mistificou a vitória militar do MPLA em Luanda contra a FNLA, descrevendo os ataques de forma literária, relatando de forma épica a “espectacular violência e velocidade dirigida contra as dependências da FNLA”. Há assim um “endeusamento” do MPLA por parte do MDP/CDE, afirmando-se que a vitória deste sobre a FNLA, em Luanda, só tinha acontecido porque o MPLA era o único movimento unicamente popular, relegando para segundo plano todos os outros.⁴⁰⁰ Ao descrever as ações militares desencadeadas pelo MPLA em Luanda, o MDP/CDE referiu que estas tinham conseguido desalojar dos seus quartéis o ELNA (o exército da FNLA), representando assim uma vitória contra o movimento considerado como “a ponta de lança do imperialismo na martirizada Angola”.⁴⁰¹

Relativamente à UNITA, e após este movimento ter pedido novas negociações após o falhanço do Acordo do Alvor, o MDP/CDE considerou que se tratava de uma organização apoiada por forças colonialistas por forma a, juntamente com as ações promovidas pela FNLA, não permitir que o poder em Angola fosse entregue ao MPLA.⁴⁰² Assim, foi referida pelo MDP/CDE a formação de exércitos mercenários clandestinos que tinham por objetivo travar a independência de Angola, sendo, segundo o partido, constituídos por “desertores, ex-combatentes, saudosistas nazis”. Para o MDP/CDE, a existência desse tipo de forças mercenárias serviria para que a UNITA ganhasse tempo para se fortalecer, por forma a adquirir uma posição vantajosa em relação ao MPLA aquando das negociações por si solicitadas.⁴⁰³

Na conceção do MDP/CDE, todas as ações levadas a cabo pelos restantes movimentos armados eram realizadas contra o MPLA e contra o processo de descolonização, tendo como objetivo garantir o domínio imperialista em Angola. Desta forma, o MDP/CDE afirmava que o MPLA era o único movimento verdadeiramente

³⁹⁸ *Unidade*, Ano 1, nº 17, 18 de junho de 1975, p. 10.

³⁹⁹ *Unidade*, Ano 1, nº 15, 4 de junho de 1975, p. 6.

⁴⁰⁰ *Unidade*, Ano 1, nº 21, 16 de julho de 1975, p. 14.

⁴⁰¹ *Unidade*, Ano 1, nº 23, 30 de julho de 1975, p. 9.

⁴⁰² *Unidade*, Ano 1, nº 10, 30 de abril de 1975, pp. 14 e 16.

⁴⁰³ *Unidade*, Ano 1, nº 9, 23 de abril de 1975, p. 13.

empenhado na independência do povo angolano.⁴⁰⁴ Portanto, a FNLA e a UNITA eram vistas como sendo falsos movimentos de libertação instrumentalizados pela “reacção fascista e colonialista”. Assim, o MDP/CDE colocava novamente o MPLA num patamar quase “mítico”, atribuindo-lhe feitos heróicos, em especial a autoria dos acontecimentos de 4 de fevereiro de 1961 que marcaram o início da guerra colonial. Paralelamente, considerava que as ações que tinham sido levadas a cabo pela UPA no Norte de Angola eram atos terroristas.⁴⁰⁵ Isto refletiu-se na forma como o MDP/CDE encarava as tomadas de posição dos vários movimentos. Por exemplo, aquando do pedido da UNITA em estabelecer contatos para novas negociações, esta foi acusada de ser apoiada por agentes do colonialismo, ao passo que quando o MPLA pediu o mesmo, este era encarado como um movimento responsável e empenhado em construir o futuro de Angola. O MDP/CDE realçou ainda o facto do MPLA ser a favor da presença de forças portuguesas em território angolano, pelo menos até à sua independência.⁴⁰⁶

Dito isto, o MDP/CDE congratulou-se com a cimeira realizada na cidade de Nakuru, no Quênia, entre os líderes dos três movimentos angolanos, Holden Roberto, Jonas Savimbi e Agostinho Neto, em junho de 1975. Esta cimeira procurava a paz e previa a criação de um exército nacional conjunto, por forma a minorar os conflitos armados entre os três movimentos.⁴⁰⁷ Foi uma derradeira tentativa, patrocinada pela comunidade internacional, para evitar a queda definitiva do país na guerra civil. No entanto, passado algum tempo após a realização dessa cimeira, o MDP/CDE assumiu que nenhum dos movimentos tinha decidido empreender o caminho da paz, se bem que a FNLA tivesse tentado obter apoio popular através de uma campanha de propaganda, espalhando cartazes por Luanda. Algo que, no entender do MDP/CDE, não apagava as suas anteriores ações bélicas.⁴⁰⁸

Com o aproximar da data da independência de Angola, o MDP/CDE lançava críticas ao apoio prestado por parte de organizações tidas como imperialistas a movimentos vistos como sendo fantoches, sem nunca referir os seus nomes. Ao invés, o MPLA era sempre descrito como “o legítimo representante do Povo de Angola”.⁴⁰⁹ O MDP/CDE criticava também o VI Governo Provisório, por este colocar os três movimentos de libertação em pé de igualdade à luz do Acordo do Alvor, que acreditava

⁴⁰⁴ *Unidade*, Ano 1, nº 11, 7 de maio de 1975, p. 13.

⁴⁰⁵ *Unidade*, Ano 1, nº 13, 21 de maio de 1975, p. 6.

⁴⁰⁶ *Unidade*, Ano 1, nº 13, 21 de maio de 1975, p. 6.

⁴⁰⁷ *Unidade*, Ano 1, nº 18, 23 de junho de 1975, p. 10.

⁴⁰⁸ *Unidade*, Ano 1, nº 19, 2 de julho de 1975, p. 6.

⁴⁰⁹ *Unidade*, Ano 1, nº 35, 22 de outubro de 1975, p. 1.

já não ser representativo da vontade do povo angolano. Assim, o MDP/CDE defendia que o MPLA deveria formar governo sozinho em Angola.⁴¹⁰ O apoio ao MPLA estendeu-se para lá da independência de Angola. Quando a UNITA e a FNLA se juntaram para formar um governo alternativo ao do MPLA, o da República Democrática de Angola, no Huambo, este foi classificado como sendo um “pseudo governo” de uma “pseudo República” manobrado pelo imperialismo americano com apoio da África do Sul.⁴¹¹ Ideia defendida várias vezes ao longo de *Unidade*. Para além disso, uma vez que o governo chefiado por Agostinho Neto e a própria República Popular de Angola não foram imediatamente reconhecidos por Portugal, o MDP/CDE criticava duramente o governo português por este preferir manter-se na esfera de influência dos países ocidentais, ao invés de fortalecer as suas relações com os países do Terceiro Mundo. Assim, exigiu o reconhecimento do governo do MPLA como forma de tirar também Portugal do domínio imperialista norte americano,⁴¹² considerando que o não reconhecimento da República Popular de Angola seria um fracasso que corresponderia “a um conceito ultrapassado de reacção”.⁴¹³ Neste sentido, o alinhamento do MDP/CDE ao MPLA é evidente e total, sendo semelhante à posição adotada pelo PCP.

4.2.2. Moçambique

Observemos agora como o MDP/CDE percebeu - e pensou - o caso concreto de Moçambique. Num dos documentos produzidos pelo MDP/CDE é possível identificar o apoio à assinatura do Acordo de Lusaka, que deveria encontrar “no campo político e económico, o caminho aberto à sua efectivação real”.⁴¹⁴ Pelo contrário, eram criticados os opositores da FRELIMO. Para o MDP/CDE, em Lourenço Marques existiam forças fascistas a agirem contra o espírito do acordo e contra a FRELIMO, movimento que verdadeiramente procurava alcançar uma “sociedade livre e multi-racial” em Moçambique.⁴¹⁵ Claramente, o MDP/CDE era a favor da independência de Moçambique, apoiando igualmente a FRELIMO. Nesse sentido, era essencial para o MDP/CDE que o cumprimento do acordo de independência tivesse o suporte

⁴¹⁰ Domingues, Luís Catarino, in *Debates Parlamentares...*, Diário nº 078, 8 de novembro de 1975, pp. 2576 a 1577.

⁴¹¹ *Unidade*, Ano 1, nº 40, 18 de dezembro de 1975, p. 4.

⁴¹² *Unidade*, Ano 2, nº 44, 23 de janeiro de 1976, p. 14.

⁴¹³ *Unidade*, Ano 2, nº 48, 20 de fevereiro de 1976, p. 1.

⁴¹⁴ MDP/CDE, *Jornadas Democráticas: unidade do povo...*, p. 41.

⁴¹⁵ MDP/CDE, *MDP/CDE: documentos...*, p. 80.

institucional do MFA, das forças democráticas portuguesas e dos movimentos de libertação, no caso moçambicano a FRELIMO.⁴¹⁶ De modo a reforçar a ideia de legitimidade da FRELIMO, é referida em *Unidade* a visita de um representante do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) a Lourenço Marques, com o propósito de analisar o tipo de ajuda que poderia ser prestada a Moçambique por parte dessas instituições. O dado mais importante para o MDP/CDE era o facto de esse representante se ter reunido em Dar-es-Salam com Marcelino dos Santos, vice-presidente da FRELIMO, antes da sua deslocação a Lourenço Marques, o que significava que essas instituições consideravam o movimento de libertação moçambicano como seu principal interlocutor.⁴¹⁷

Para o MDP/CDE, a FRELIMO iria minorar os problemas do tribalismo e do racismo, eliminando-os da sociedade moçambicana, criando uma sociedade igualitária contra o sistema de exploração até então vigente, construindo um novo país sob a batuta da sua “vanguarda consciente”.⁴¹⁸ Ao identificar este movimento como motor para a construção da nova comunidade moçambicana, criticava aqueles que, “retornados” a Portugal, não o aceitavam como partido único. Acusava-os mesmo de quererem manter naquele território o regime depositado a 25 de abril de 1974, não aceitando viver nas mesmas condições de igualdade que a população não branca de Moçambique.⁴¹⁹ Da mesma forma, foram lançadas críticas à África do Sul que, por empregar cerca de cem mil moçambicanos nas minas, detinha algum poder sobre a economia do país vizinho. Assim, o MDP/CDE fez um apelo aos países socialistas e anti-imperialistas para apoiarem a FRELIMO, no intuito de, sob a liderança desse movimento, Moçambique se tornar num país independente em termos económicos.⁴²⁰

Neste contexto, o MDP/CDE acompanhava a preparação da independência do novo país, referindo o trabalho feito pela FRELIMO, nomeadamente as campanhas de alfabetização, a criação da bandeira e do hino nacionais, revestindo-se esta organização de total legitimidade como único movimento capaz de conduzir os destinos de Moçambique.⁴²¹ Assim, o MDP/CDE seguia os processos que se iam desenrolando no país, como a reconstrução de uma linha telefónica organizada pelas Forças Populares de

⁴¹⁶ Idem, p. 81.

⁴¹⁷ *Unidade*, Ano 1, nº 6, 2 de abril de 1975, p. 4.

⁴¹⁸ *Unidade*, Ano 1, nº 4, 19 de março de 1975, p. 11.

⁴¹⁹ *Unidade*, Ano 1, nº 9, 23 de abril de 1975, p. 12.

⁴²⁰ *Unidade*, Ano 1, nº 12, 14 de maio de 1975, p. 6.

⁴²¹ *Unidade*, Ano 1, nº 14, 28 de maio de 1975, p. 11.

Libertação de Moçambique (FPLM), com a colaboração de civis,⁴²² bem como a reestruturação de uma fábrica de enxadas por forma a que esta pudesse satisfazer as necessidades do país, e até, possivelmente exportar.⁴²³ Era também destacado o papel da FRELIMO no combate ao alcoolismo que, através de um grupo dinamizador, procurava acabar com a produção excessiva de bebidas tradicionais, promovendo novas formas de subsistência para os fabricantes que dependiam da produção e venda de álcool.⁴²⁴ Também a forma como a sociedade moçambicana se procurava organizar no pós-25 de Abril de 1974 era alvo de análise por parte do MDP/CDE. A revisão da organização sindical por parte do Ministério do Trabalho do Governo de Transição de Moçambique, com vista à criação de uma união sindical passível de englobar vários setores profissionais, era para o MDP/CDE um fator de extrema importância em Moçambique. Isto porque, na sua interpretação, ao se conseguir “uma ampla sindicalização de todas as classes trabalhadoras sem qualquer espécie de distinção”, era deixado para trás o modelo sindical do colonialismo, que excluía grande parte dos trabalhadores.⁴²⁵ Na verdade, a questão sindical tinha grande importância para o MDP/CDE, que procurava transpor para a realidade moçambicana aquilo que propunha para a metrópole. Assim, o MDP/CDE via positivamente a ação da Comissão para a União dos Trabalhadores da Beira de propor o fim do pluralismo sindical, que o MDP/CDE considerava ser divisionista, propondo a criação de um único sindicato nacional.⁴²⁶

Por outro lado, havia uma forte aproximação à figura de Samora Machel. Referindo-se ao assassinato de Eduardo Mondlane, morto num atentado à bomba, o MDP/CDE colocava-se do lado de Samora Machel contra Uria Simango, rotulado de apoiante do imperialismo americano.⁴²⁷ Após a independência de Moçambique, com Samora Machel como presidente do país, o MDP/CDE revelou uma das razões pelas quais apoiava este movimento e o seu líder, a saber, as relações favoráveis da FRELIMO com a União Soviética. Com efeito, a despeito das alegadas tendências maoístas da FRELIMO, este movimento mantinha boas relações com Moscovo. Assim, *Unidade* deu grande relevo à primeira visita oficial do presidente moçambicano à União

⁴²² *Unidade*, Ano 1, nº 7, 9 de abril de 1975, p. 12.

⁴²³ *Unidade*, Ano 1, nº 9, 23 de abril de 1975, pp. 12 e 13.

⁴²⁴ *Unidade*, Ano 1, nº 15, 4 de junho de 1975, p. 7.

⁴²⁵ *Unidade*, Ano 1, nº 8, 16 de abril de 1975, p. 4.

⁴²⁶ *Unidade*, Ano 1, nº 11, 7 de maio de 1975, pp. 12 e 13.

⁴²⁷ *Unidade*, Ano 1, nº 5, 26 de março de 1975, p. 13.

Soviética, tal se devendo ao apoio militar que os soviéticos tinham prestado à FRELIMO durante a luta contra o colonialismo português.⁴²⁸

Paralelamente, partindo do princípio já enunciado de que “descolonizar não é abandonar”, foi publicado um artigo acerca da Associação Portugal-Moçambique, nascida com o objetivo de aproximar os dois povos. Esta associação tinha quatro propósitos essenciais, sendo eles: 1) “divulgar e apoiar os acordos de Lusaka até à independência da nação moçambicana”; 2) trazer para Portugal um maior conhecimento da cultura moçambicana e levar da mesma forma esse conhecimento da cultura portuguesa para Moçambique, através da criação de delegações entre os dois países; 3) “fomentar e organizar o intercâmbio turístico popular entre Portugal e Moçambique”; 4) facultar “ajuda técnica, científica, cultural e social ao povo moçambicano”.⁴²⁹ A par desta associação, o MDP/CDE mostrou-se favorável à continuação de alguma presença portuguesa no território moçambicano. Como tal, o MDP/CDE deu grande destaque à presença de portugueses empenhados na construção da nova sociedade moçambicana, em conjunto com a FRELIMO, denunciando as campanhas realizadas contra esta organização, bem como a falta de apoio dado por Portugal aos cidadãos que haviam decidido permanecer em Moçambique.⁴³⁰ Relativamente a este aspeto, o jornal *Unidade* deu espaço de publicação a portugueses residentes em Moçambique que afirmavam ter o desejo de contribuir para o processo de “consolidação da nova frente de luta anti-imperialista que se abriu no continente Africano”. Estes entendiam que o povo moçambicano e o povo português deveriam viver em harmonia com base nas seguintes ideias: a) o repúdio pelas forças reacionárias dentro e fora do território moçambicano; b) denunciar as campanhas de propaganda anti-FRELIMO, que tinham em vista induzir a ideia generalizada de que os portugueses radicados em Moçambique eram maltratados; c) Exigir que a Embaixada de Portugal em Maputo contribuísse para pôr termo à campanha de desinformação contra a FRELIMO.⁴³¹ A lógica de solidariedade entre os povos moçambicano e português servia também para o MDP/CDE tecer duras críticas ao regime em vigor antes de 25 de abril de 1974. Para o movimento, nunca o povo português havia sido verdadeiramente informado da gravidade das cheias que ocorriam anualmente em Moçambique, da mesma forma que o povo moçambicano não havia sido ajudado pelas autoridades coloniais quando ocorriam as mesmas. Assim, o MDP/CDE

⁴²⁸ *Unidade*, Ano 1, nº 20, 9 de julho de 1975, p. 14.

⁴²⁹ *Unidade*, Ano 1, nº 1, 26 de fevereiro de 1975, p. 9.

⁴³⁰ *Unidade*, Ano 2, nº 49, 10 de março de 1976, p. 2.

⁴³¹ *Unidade*, Ano 2, nº 49, 10 de março de 1976, p. 2.

saudou a ajuda que Portugal, e outros países, agora davam, num espírito internacionalista, ao povo moçambicano.⁴³² O auxílio prestado por Portugal ganhava corpo através da Comissão Administrativa, com a resposta que esta dava, por exemplo, ao problema da habitação, por meio da assistência na edificação de casas e instalações sanitárias, cobrando apenas os valores dos materiais de construção.⁴³³

Após o dia 25 de junho de 1975, data da proclamação da independência de Moçambique, o MDP/CDE transmitiu as suas saudações ao povo moçambicano, considerando esse momento como a celebração da vitória da luta pela independência. Acontecimento que seria o espelho da vitória portuguesa contra o fascismo.⁴³⁴ A independência de Moçambique foi vista como “um passo decisivo para o fim da exploração”, um ponto final numa guerra entre povos irmãos, deixando claro aos combatentes portugueses na guerra colonial que o MDP/CDE sempre os acompanhou, tendo pugnado pelo fim da guerra e pelo direito do reconhecimento à independência desse país.⁴³⁵ Foi também feito um agradecimento à luta travada pelo povo moçambicano, considerando a sua vitória como uma vitória dos portugueses, pois a luta de ambos teria sido contra o mesmo tirano.⁴³⁶

4.2.3. Restante mundo colonial português

Iremos agora olhar para as posições assumidas pelo MDP/CDE relativamente ao restante mundo colonial português. Uma primeira observação leva-nos a concluir que o facto do jornal *Unidade* ter tido a sua tiragem, no período definido na nossa cronologia, nos anos de 1975 e de 1976, fez com que a sua produção teórica acerca das restantes colónias portuguesas se apresente bastante reduzida. Também na diversa documentação consultada acerca do MDP/CDE a presença de fontes relativas aos outros territórios coloniais é bastante escassa. Assim, tendo estes fatores em consideração, podemos dizer que, no caso de Timor, as primeiras posições surgiram após um representante da administração portuguesa nesse território proferir declarações à imprensa nacional. Nessas declarações foi referido que as autoridades portuguesas tinham a percepção de que Timor se inseria na “zona de influência do imperialismo americano”. Situação essa

⁴³² *Unidade*, Ano 1, nº 3, 12 de março de 1975, p. 13.

⁴³³ *Unidade*, Ano 1, nº 8, 16 de abril de 1975, p. 4.

⁴³⁴ *Unidade*, Ano 1, nº 19, 2 de julho de 1975, p. 6.

⁴³⁵ *Idem*, p. 7.

⁴³⁶ *Unidade*, Ano 1, nº 19, 2 de julho de 1975, p. 7.

que não poderia servir de impedimento a que o seu povo se pronunciasse sobre os seus destinos, não fazendo alusão à forma como a população timorense poderia tomar as suas próprias decisões. Para além disso, há referências à imprensa indonésia onde surgiam artigos, em tom acusatório, de que seriam os partidos e agentes da governação portuguesa ligados ao comunismo que advogavam a independência de Timor.⁴³⁷ Desta forma, o MDP/CDE colocava-se do lado da FRETILIN, recebendo uma delegação deste movimento que não via coerência nas posições do Governo Português, uma vez que este reconhecia vários movimentos, como a APODETI. Para o MDP/CDE, esses movimentos eram vistos como sendo partidos fantoches por promoverem a integração de Timor na Indonésia. É então no decorrer desse encontro que o MDP/CDE passa a reconhecer apenas a FRETILIN como movimento de libertação em Timor, ao qual se deveriam aliar as “forças progressistas portuguesas”.⁴³⁸ Para o MDP/CDE, a APODETI não deveria participar nas conversações sobre a independência do território timorense por defender um referendo, tendo em vista a integração na Indonésia. Na perspectiva do MDP/CDE era um contra-senso a participação nas negociações para a independência de Timor de movimentos cujas propostas visavam a integração desse território na Indonésia, pois o partido defendia a sua independência não a transição de um regime colonial para outro.

No que diz respeito a Cabo Verde, o MDP/CDE apoiava o PAIGC e a ideia de independência. Aqui, ao saudar o povo cabo verdiano pela conquista da sua independência, expressou a “mais segura convicção de que, sob a direcção do PAIGC, o povo de Cabo Verde saberá reunir as energias indispensáveis para vencer todas as dificuldades que o esperam e construir um futuro de paz e progresso”.⁴³⁹ Quanto à Guiné-Bissau, as Jornadas Democráticas salientaram a ideia de que deveria existir uma cooperação a vários níveis e em larga escala por parte das forças governativas portuguesas.⁴⁴⁰

O mesmo acontece relativamente a São Tomé e Príncipe. Ao saudar o povo são-tomense no momento da sua independência, o MDP/CDE saudou também o MFA e os partidos progressistas portugueses, no seio dos quais se considerava incluído, que após o 25 de Abril de 1974 se tinham empenhado no processo de descolonização. Assim, o MDP/CDE era a favor da transferência de poderes para o MLSTP, movimento

⁴³⁷ *Unidade*, Ano 1, nº 3, 12 de março de 1975, p. 7.

⁴³⁸ *Unidade*, Ano 1, nº 42, 8 de janeiro de 1976, p. 2.

⁴³⁹ *Unidade*, Ano 1, nº 20, 9 de julho de 1975, p. 16.

⁴⁴⁰ MDP/CDE, *Jornadas Democráticas: Unidade do povo...*, p. 41.

que daí em diante iria protagonizar “um futuro de liberdade, de paz e de independência, contra o colonialismo e o neocolonialismo”.⁴⁴¹

Dito isto, importa salientar que estas são as únicas referências do MDP/CDE aos territórios de Cabo Verde, da Guiné e de São Tomé e Príncipe, não existindo um aprofundamento acerca das suas ideias para a construção desses novos países como sucedeu nos casos de Angola e de Moçambique.

4.3. O fim da guerra colonial e a presença militar portuguesa em África

O 25 de Abril de 1974 abriu as portas para o fim do conflito armado nas colónias portuguesas. Aliás, a guerra colonial foi um dos motivos que levaram à deposição do governo de Marcelo Caetano e à queda do Estado Novo. Ainda que com algumas contradições no início do seu percurso relativamente à questão da guerra colonial, a CDE, movimento embrião do MDP/CDE, assumiu - em 1973 - que o fim da guerra era um objetivo a alcançar. Para o MDP/CDE “a luta armada foi uma importante reacção dos povos africanos contra o terrorismo e a opressão dos colonialistas e seu aparelho de repressão”.⁴⁴² Olhando para a guerra colonial, o MDP/CDE considerava que esta estava intrinsecamente ligada à exploração reacionária e só o seu fim tornaria possível uma saudável convivência entre o povo português e os povos das colónias. Como tal, o MDP/CDE declarava o seu apoio ao MFA e aos governos provisórios, no sentido de colocar um fim à guerra.⁴⁴³

Contudo, ao referir-se à presença militar portuguesa nas colónias no pós-25 de Abril de 1974, o MDP/CDE tomou uma posição distinta da UDP e do PCTP/MRPP. Ao contrário desses partidos, que postulavam a retirada imediata das tropas portuguesas dos territórios coloniais, o MDP/CDE defendia “no quadro e dentro dos limites das necessidades impostas pelas tarefas anti-colonialistas o regresso dos soldados e redução das despesas militares.”⁴⁴⁴ Neste sentido, muito embora fosse favorável ao retorno dos militares a Portugal, o MDP/CDE considerou que essa retirada não deveria ser imediata, mas sim gradual. Assim, o MDP/CDE reiterava a posição que já havia partilhado com o MPLA, de que a presença militar portuguesa, pelo menos naquele território, se deveria

⁴⁴¹ *Unidade*, Ano 1, nº 21, 16 de julho de 1975, p. 15.

⁴⁴² MDP/CDE, *Portugal e as Colónias: Esclarecimentos sobre as causas e efeitos da guerra colonial*. Lisboa: MDP/CDE Base de Campo de Ourique, 1974, p. 4.

⁴⁴³ *Idem*, pp. 57 a 58.

⁴⁴⁴ MDP/CDE, *Encontro Nacional de Delegados: Projecto de bases programáticas*. [S.L.]: MDP/CDE, 1974, p. 4.

manter até à independência de Angola. Porém, nas vésperas da transferência de poderes para as forças angolanas, a presença militar de mais de 20 000 soldados portugueses em Angola era vista com alguma desconfiança. Isto porque, ao não se terem iniciado os embarques perto da data prevista inicialmente pelas autoridades portuguesas, o MDP/CDE receava que estas não teriam intenção de abandonar Angola no momento definido, podendo pôr em causa o processo de descolonização.⁴⁴⁵ Em todo o caso, a posição do MDP/CDE a este respeito era muito mais pragmática e realista do que expressa pela UDP e pelo PCTP/MRPP, favoráveis à retirada imediata.

4.4. O neocolonialismo na África Portuguesa

Iremos agora abordar a perspetiva do MDP/CDE acerca do que considerava ser o perigo do neocolonialismo nas antigas colónias portuguesas. Na opinião do MDP/CDE, no final do período colonial, os territórios africanos estavam cada vez mais nas mãos do capital internacional, avidamente interessado na exploração dos seus recursos, particularmente de minérios. Na verdade, o controlo das riquezas naturais por parte de companhias capitalistas seria uma das razões para que os soldados portugueses continuassem a ser enviados para combater a guerra.⁴⁴⁶

Para o MDP/CDE, as riquezas de Angola, como diamantes, petróleo, ferro e outras, deveriam pertencer apenas ao seu povo, como mais um elemento possibilitador da construção do país. Assim, o MDP/CDE estava em clara oposição à FNLA, acusando este movimento de ser armado pelo imperialismo americano, por forma a continuar a exploração das riquezas de Angola pela via do neocolonialismo.⁴⁴⁷ Então, como agente do neocolonialismo americano, belga e inglês, a FNLA era acusada de provocar o terror nas populações trabalhadoras angolanas, de maneira a permitir a entrada desta nova forma de exploração sobre o povo angolano, substituindo a dominação colonial portuguesa por uma de tipo novo.⁴⁴⁸ Assim, o MDP/CDE justificou a aceitação de um convite, por parte do MPLA, para uma deslocação a Angola com o propósito de homenagear os jovens angolanos que tinham morrido em combate contra o colonialismo português. Esta ida a Angola era, na perspetiva do MDP/CDE, uma forma de demonstrar a solidariedade das forças progressistas portuguesas junto do movimento

⁴⁴⁵ *Unidade*, Ano 1, nº 36, 29 de outubro de 1975, p. 13.

⁴⁴⁶ MDP/CDE, *Portugal e as Colónias...*, p. 2.

⁴⁴⁷ *Unidade*, Ano 1, nº 6, 2 de abril de 1975, p. 6.

⁴⁴⁸ *Unidade*, Ano 1, nº 17, 18 de junho de 1975, p. 10.

que considerava ser o principal entrave à introdução de um regime neocolonial em Angola por parte do imperialismo e dos seus “agentes internos”.⁴⁴⁹

Neste âmbito, reveste-se de bastante importância o caso do Enclave de Cabinda. Ao considerar que as empresas aí sediadas, como a Gulf Oil, não eram capazes de lidar com a independência de Angola, acusava-as de criarem um movimento separatista, a FLEC. Segundo o MDP/CDE, também as forças neocolonialistas europeias procuravam junto de outros países africanos defender a separação de Cabinda de Angola, acusando Holden Roberto e a FNLA de disponibilizarem meios para combater o MPLA nesse enclave. Tomando como exemplo Cabinda, o MDP/CDE considerava que uma das formas de se evitar a entrada do neocolonialismo em Angola era a manutenção da sua integridade territorial, pois o neocolonialismo servia-se do “desmembrar das fronteiras do colonialismo” para melhor se conseguir implementar.⁴⁵⁰

Ao referir o que considerava serem os malefícios do neocolonialismo como uma nova forma de exploração sem recurso à guerra, mas através de uma estratégia predatória de retirada de riquezas das terras dos novos países, o MDP/CDE explicou largamente o potencial económico de Moçambique. Relativamente a este aspeto, o MDP/CDE lançou um alerta à FRELIMO no sentido de este movimento não se deixar enganar pelos interesses neocoloniais. Por exemplo, num artigo em *Unidade* é referido que, durante o período colonial, empresas de capital alemão realizavam compras de pedras semipreciosas em Moçambique, sem nunca ser mencionada a proveniência das mesmas. Como tal, são descritas pelo MDP/CDE as grandes possibilidades de exploração mineira em Moçambique de turmalina, carvão, ferro, esmeraldas e cobre, e que a FRELIMO deveria indicar “os seus planos futuros para a indústria mineira”, por forma a evitar que empresas estrangeiras explorassem os recursos de Moçambique.⁴⁵¹ Contudo, ainda que o MDP/CDE considerasse que as riquezas do solo moçambicano deveriam pertencer ao seu Estado, não recusava a ideia de que a exploração das mesmas pudesse ser feita por empresas privadas, através do método concessionário. Isto porque, este tipo de trabalho exigia um conhecimento técnico só possível a grandes empresas mineiras.⁴⁵² Esta segunda ideia surge-nos como algo contraditória porque, ao mesmo tempo que “aconselhava” e “alertava” a FRELIMO para os problemas de um novo tipo de exploração neocolonial sugeria que, devido à falta de mão de obra especializada, se

⁴⁴⁹ *Unidade*, Ano 1, nº 9, 23 de abril de 1975, p. 13.

⁴⁵⁰ MDP/CDE, *Jornadas Democráticas: Unidade do povo...*, p. 41.

⁴⁵¹ *Unidade*, Ano 1, nº 10, 30 de abril de 1975, p. 14.

⁴⁵² *Unidade*, Ano 1, nº 15, 4 de junho de 1975, p. 6.

entregasse a concessão das minas às grandes empresas capitalistas, podendo ser esse um caminho para a instauração de um novo regime de exploração capitalista dos recursos moçambicanos.

Ao contrário das posições expressas por parte da UDP e do PCTP/MRPP, no sentido de considerarem que as autoridades portuguesas preparavam uma transição de tipo neocolonialista para a ex-África Portuguesa, o MDP/CDE tinha uma perspectiva diferente. Na sua ótica, os promotores do neocolonialismo seriam as grandes companhias americanas e europeias que já exploravam os recursos naturais de Angola e de Moçambique. Contudo, ainda que o MDP/CDE considerasse que deveriam ser os novos países a dispor dos seus próprios recursos, acreditava que estes não teriam capacidade técnica para os explorar. Defendia assim um modelo de concessão às grandes companhias, tendo presente uma lógica a que agora poderemos chamar de “parcerias público privadas”.

Conclusão

Face ao exposto é possível retirar algumas conclusões acerca da posição do MDP/CDE relativamente ao processo de descolonização. Desde logo, podemos concluir que o MDP/CDE partia de uma premissa assente no pressuposto amplamente referido de que a descolonização não significava o abandono das colónias. Significava sim o acompanhamento do processo de edificação dos novos países do antigo Ultramar Português. O facto de Portugal ter explorado os territórios e as suas populações durante vários séculos, com maior expressão a partir do século XIX, fazia com que o MDP/CDE assumisse uma posição favorável a que a antiga potência colonizadora contribuísse para o desenvolvimento das novas nações. A herança do colonialismo trazia consigo a obrigação de participar na construção dos novos países. Havia, por assim dizer, uma responsabilidade histórica por parte de Portugal relativamente às suas ex-colónias em África e no Oriente. Assim, o MDP/CDE considerava que Portugal deveria prestar ajuda numa nova unidade entre a antiga metrópole e os recém criados Estados, através, por exemplo, de relações comerciais que privilegiassem as antigas colónias.

No que se refere aos moldes da descolonização, existia por parte do MDP/CDE a ideia de que esta deveria ser realizada tendo em conta os acordos estabelecidos entre Portugal e os movimentos de libertação das ex-colónias. O MDP/CDE identificou-se, de resto, com todos os movimentos que vieram a assumir o poder nos novos países, em

virtude da sua matriz marxista e revolucionária. No caso de Angola, o seu interlocutor era o MPLA presidido por Agostinho Neto, colocando-se sempre do lado deste na disputa contra a FNLA e a UNITA. Em nosso entender esse apoio ao MPLA advinha da maior proximidade ideológica à União Soviética, sendo o MPLA o movimento mais referido nas páginas de *Unidade*.

Mantendo sempre como ideia principal o postulado de que “descolonizar não é abandonar”, o MDP/CDE demonstrou um certo sentimento de responsabilidade em relação aos novos países africanos. Isto revelou-se na forma como encarava a presença militar portuguesa em África. Considerando que deveria existir um momento em que os soldados deveriam regressar a Portugal, essa retirada não poderia acontecer de forma imediata, pois teria necessariamente de existir uma presença militar portuguesa de maneira a evitar o caos e a desordem durante as transições para a independência. Assim, no caso de Angola, onde efetivamente deflagrou uma guerra civil, o MDP/CDE defendia a continuidade da presença militar portuguesa até à data da independência.

Enfim, o MDP/CDE considerava que as antigas colónias correriam o risco de se encontrarem sob uma nova forma de exploração, o neocolonialismo. Os agentes promotores desse novo tipo de exploração por via económica seriam as grandes empresas americanas e europeias, com interesses nos recursos naturais dos países africanos. Contudo, ao referir que nos novos países africanos não existia o conhecimento técnico para explorar esses recursos, o MDP/CDE admitia a possibilidade de estes concederem a sua exploração mineira a empresas privadas. Além disso, numa ótica de futuro e no quadro de um relacionamento privilegiado, o MDP/CDE considerava que deveriam existir laços especiais de cooperação entre Portugal e os países que outrora integraram o Império Colonial Português. De alguma forma, podemos ver aqui um dos princípios que norteou a formação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) na década de 1990. Seguramente, uma visão de futuro.

Conclusão

A abertura democrática ocorrida em Portugal após a revolução surgida do 25 de Abril de 1974 permitiu a emergência de um conjunto de partidos e de organizações políticas que até então tinham sido obrigados a agir na clandestinidade. Pelo seu radicalismo ideológico e posicionamento político à esquerda do Partido Comunista Português, esses partidos integraram a chamada extrema esquerda portuguesa, com especial destaque para a UDP e o PCTP/MRPP. E ainda que o MDP/CDE não fizesse parte desse campo ideológico in *stricto sensu*, a sua inclusão neste trabalho permitiu-nos estabelecer uma comparação ao nível do pensamento político entre, por um lado, os partidos situados na esfera de influência do maoísmo (UDP e PCTP/MRPP) e, por outro lado, os que estavam mais próximos das posições da União Soviética (MDP/CDE). Para além disso, muito embora o MDP/CDE tivesse assumido funções governativas numa primeira fase do processo revolucionário, a verdade é que esteve longe de adquirir a força e a projecção do PCP. Era por isso um partido “secundário”, se assim podemos dizer, no espectro político da esquerda portuguesa, partilhando em parte essa condição com a UDP e o PCTP/MRPP.

Paralelamente, o 25 de Abril de 1974 abriu o caminho à descolonização do Império Português, verificando-se o acesso dos territórios coloniais portugueses à independência no biénio 1974/1975, exceptuando-se neste âmbito os casos de Timor e de Macau. Tal como referido na Introdução, o principal objetivo da presente dissertação era o de analisar o pensamento político da extrema esquerda portuguesa relativamente ao processo de descolonização português. Assim, através da leitura crítica da imprensa partidária e de outra documentação coeva, procurámos questionar – e compreender – a forma como esses três partidos percecionaram, pensaram e de alguma forma intervieram no processo de descolonização. De acordo com a exposição efectuada ao longo dos quatro capítulos que compõem esta dissertação, podemos inferir algumas “conclusões” que nos parecem pertinentes do ponto de vista historiográfico.

No que respeita às posições assumidas pela UDP acerca da independência das colónias portuguesas, nomeadamente quanto aos moldes em que deveria decorrer a descolonização, esse partido assumiu que a mesma se deveria realizar de forma

imediate, propondo a saída – ou melhor, o abandono puro e simples – dos territórios coloniais por parte de Portugal. O mesmo princípio foi postulado pelo PCTP/MRPP, favorável ao abandono “instantâneo” de todo o espaço colonial. Ambos os partidos defendiam que a definição do futuro das (ainda) colónias cabia exclusivamente aos povos colonizados, pelo que qualquer intervenção portuguesa nos processos de independência era classificada como uma ingerência ilegítima nos assuntos internos dos novos países. Depreende-se, assim, que na perspectiva desses dois partidos a independência deveria ser feita de forma unilateral por parte dos representantes dos povos da colónias, devendo Portugal abster-se de qualquer participação. Daí as críticas às negociações entre representantes portugueses e dos movimentos de libertação. Contudo, apesar dessas críticas e do discurso inflamado a favor do abandono imediato das colónias, tanto a UDP, como o PCTP/MRPP exprimiram a sua satisfação pela assinatura dos acordos de independência, celebrados entre o Estado Português e os movimentos de libertação das colónias africanas. De salientar ainda que esses dois partidos da extrema esquerda portuguesa eram favoráveis à unidade enquanto país da Guiné e de Cabo Verde, divergindo portanto da posição assumida a esse respeito por Portugal.

Quanto ao MDP/CDE, este partia de uma premissa completamente diferente dos outros dois partidos, pois entendia que descolonizar não significava abandonar as antigas colónias. Assim, muito embora fosse igualmente a favor da independência dos territórios coloniais, o MDP/CDE colocava-se numa posição de maior moderação política, mais próxima da linha seguida nos primeiros meses da revolução pelo Estado Português. A isto não será alheio o facto do MDP/CDE ter participado no I, IV e V governos provisórios. Neste sentido, o MDP/CDE defendia a realização de negociações entre Portugal e os movimentos de libertação com vista à definição dos moldes da descolonização e à preparação das respectivas independências. Aliás, o MDP/CDE salientava o dever de Portugal contribuir para a edificação das novas nações africanas, devendo portanto colaborar nesse sentido com os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas. O MDP/CDE defendia assim a integração das minorias brancas nos novos países independentes, nomeadamente em Angola e em Moçambique, um aspecto praticamente ignorado pela UDP e pelo PCTP/MRPP.

No que se refere à relação com os movimentos de libertação, é notório por parte da UDP um apoio declarado aos movimentos que vieram a assumir o poder após as independências, exceto no caso de Angola, havendo uma maior identificação com a

FRELIMO, em virtude da proximidade ideológica desse movimento moçambicano ao maoísmo e à República Popular da China. O PAIGC, na Guiné e em Cabo Verde, o MLSTP, em São Tomé e Príncipe, e a FRETILIN, em Timor, eram os outros movimentos que colhiam o favor da UDP, ainda que não com a mesma intensidade da FRELIMO. Relativamente a Angola, a UDP optou por não apoiar em concreto nenhum dos três movimentos armados, uma vez que os considerava instrumentos dos imperialismos americano (FNLA e UNITA) e soviético (MPLA). Contudo, em novembro de 1975, a UDP entrou em contradição com as posições anteriormente expressas, ao defender que o Estado Português deveria reconhecer a República Popular de Angola, proclamada pelo MPLA, em detrimento da República Democrática de Angola, sustentada por uma coligação entre a FNLA e a UNITA. Assim, a UDP incorre numa incongruência relativamente ao seu próprio discurso e pensamento político, uma vez que acabou por apoiar um movimento (MPLA) que considerava estar ao serviço de um imperialismo, neste caso o da União Soviética.

Relativamente ao PCTP/MRPP, a organização liderada por Arnaldo Matos defendia que o poder deveria ser entregue aos movimentos que lançaram a luta armada contra Portugal. Assim, o poder deveria ser transferido para o PAIGC, nos casos da Guiné e de Cabo Verde, para a FRELIMO, no caso de Moçambique, e para a FRETILIN, no caso de Timor, não fazendo qualquer referência a São Tomé Príncipe. No que diz respeito a Angola, considerado o caso mais complexo de análise, o PCTP/MRPP optava por não apoiar nenhum dos três movimentos de libertação (MPLA, FNLA e UNITA), pois qualquer apoio significaria uma ingerência nos assuntos internos desse país, reconhecendo apenas que os três movimentos tinham legitimidade nacionalista. Contudo, o PCTP/MRPP excluía dessa legitimidade todos os outros movimentos, por exemplo a FLEC ou a FUA, caindo portanto numa contradição. Isto porque, ao defender que o apoio a qualquer um dos movimentos seria uma forma de ingerência, a legitimação exclusivamente desses três movimentos, em prejuízo de outros, pode também ser considerada uma intromissão externa na vida política de Angola.

Por sua vez, o MDP/CDE tinha uma posição semelhante à UDP nos casos da Guiné, de Cabo Verde, de Moçambique e de Timor, apoiando respectivamente o PAIGC, a FRELIMO e a FRETILIN. Porém, tinha uma posição totalmente diferente no que dizia respeito a Angola, uma vez que assumia um apoio explícito e declarado ao MPLA. Pela sua proximidade ao modelo ideológico da União Soviética, o MDP/CDE

colocava-se ao lado do MPLA, acusando a FNLA e a UNITA de serem agentes do imperialismo americano. Portanto, ao contrário da UDP e do PCTP/MRPP, que denunciavam a existência de duas formas de imperialismo (o americano e o soviético), o MDP/CDE considerava que existia um único tipo de imperialismo, promovido pelos Estados Unidos da América. Neste contexto, o MPLA era visto como o verdadeiro fator da emancipação do povo angolano contra todas as formas de exploração imperialista protagonizadas pelo capitalismo americano.

Paralelamente, a tese da UDP a favor do abandono imediato das colónias tinha reflexos na forma como esse partido abordava as questões relativas à presença militar portuguesa nas colónias no pós-25 de Abril de 1974. Assim, a UDP defendia o regresso imediato das tropas portuguesas, considerando que a sua continuidade nos territórios africanos constituía uma interferência estrangeira nesses países em formação. Neste sentido, descurava o facto de em Angola, por exemplo, se travar um conflito armado entre os movimentos de libertação, pelo que a manutenção de um forte dispositivo militar, por parte de Portugal, durante o período de transição teria sido fundamental para assegurar a paz e a ordem, talvez evitando a queda desse país numa guerra civil que durou décadas, mais concretamente até 2002. A súbita retirada portuguesa de vastas regiões angolanas apenas facilitou a deflagração da violência entre movimentos antagónicos que já combatiam entre si, pela hegemonia no campo nacionalista, mesmo antes do 25 de Abril de 1974. Na mesma linha da UDP, o PCTP/MRPP defendia o regresso imediato dos soldados portugueses dos territórios coloniais. Para além disso, através de organizações como os CLAC's, o MPAC ou a RPAC, o PCTP/MRPP tentava – pelo menos de uma forma proclamatória – impedir que se realizassem embarques de tropas para as colónias. Contudo, apesar do discurso inflamado, pela leitura de *Luta Popular* podemos depreender que existia uma falta de efetividade por parte das organizações por si tuteladas em evitar os embarques para as colónias, tendo apenas numa ocasião conseguido adiar por um dia a partida dos soldados.

Diversamente dos outros dois partidos, o MDP/CDE não defendia o fim imediato da presença militar portuguesa em África, considerando inclusivamente que a sua permanência era necessária para a manutenção da paz, pelo menos no caso de Angola. De resto, o MDP/CDE realçava o facto do MPLA defender a continuação da tropa portuguesa no território angolano até à data da independência. Na realidade, para o MPLA a presença das forças militares portuguesas era uma forma de proteger Luanda de eventuais ataques por parte da FNLA e dos seus aliados zairenses, sendo que a

capital angolana constituía a principal base de apoio do MPLA. Neste sentido, verificamos mais uma vez diferenças assinaláveis ao nível do pensamento político entre, por um lado, a UDP e o PCTP/MRPP, favoráveis ao abandono total e imediato das colónias por parte das forças portuguesas, e, por outro lado, do MDP/CDE, consciente da necessidade de manter a tropa portuguesa até que a transição para a independência estivesse concluída, pelo menos no caso de Angola.

Relativamente à questão do neocolonialismo, a UDP acreditava que o Estado Português – em conformidade com os interesses das potências imperialistas – tinha em vista a preparação de uma solução neocolonial para os territórios ultramarinos. Isto porque, segundo a UDP, as novas autoridades portuguesas, saídas da revolução de 25 de Abril de 1974, estariam subordinadas a uma lógica imperialista, fosse ela americana, ou soviética. O PCTP/MRPP tinha uma posição semelhante à UDP, considerando ainda que a permanência de grandes empresas portuguesas e estrangeiras nos novos países em vias de independência era uma forma de continuar a exploração ilegítima dos recursos desses países. A este respeito, a presença da Gulf Oil no Enclave Cabinda, no âmbito da exploração petrolífera, era particularmente criticada tanto pelo PCTP/MRPP, como pelos outros partidos. Na verdade, o MDP/CDE partilhava de algumas das preocupações expressas pela UDP e pelo PCTP/MRPP no que dizia respeito à questão do neocolonialismo. Os três partidos consideravam que as riquezas dos territórios africanos pertenciam exclusivamente aos seus povos, pelo que repudiavam qualquer intento neocolonial por parte dos interesses capitalistas e imperialistas. Porém, havia diferenças significativas relativamente à situação angolana. O MDP/CDE encarava a FNLA como um agente neocolonial do imperialismo americano, por julgar que esse movimento tinha o propósito de ceder a exploração petrolífera do crude de Cabinda aos Estados Unidos da América. Portanto, o perigo vinha do imperialismo americano, promotor do neocolonialismo em África. Pelo contrário, a UDP e o PCTP/MRPP eram da opinião de que tanto os Estados Unidos da América, como a União Soviética se serviam dos movimentos de libertação angolanos por forma a garantirem a instituição de um regime neocolonial em Angola.

Quanto aos acontecimentos ocorridos em 27 de maio de 1977 em Angola, a UDP e o PCTP/MRPP não atribuíram grande relevância a essa tentativa de golpe de Estado, classificando-a de mera disputa pelo poder em Luanda. A UDP considerava que ambas as fações eram patrocinadas pela União Soviética, pelo que procurou ficar à margem do assunto, não apoiando nenhuma das partes envolvidas. Diversamente, o

PCTP/MRPP afirmava que o grupo liderado por Nito Alves era apoiado pela União Soviética, ao passo que a direcção afecta a Agostinho Neto seria sustentada pelos Estados Unidos da América. Tratar-se-ia assim de mais uma consequência da disputa entre as potências antagónicas da Guerra Fria; um reflexo do confronto pela hegemonia global e que teria igualmente em vista a imposição de um regime neocolonialista em Angola. Enfim, refira-se que, tal como já foi mencionado no quarto capítulo, não nos foi possível analisar a posição do MDP/CDE nesta matéria, devido ao facto desse movimento se encontrar em reconstrução durante o ano de 1977.

A descolonização portuguesa é um assunto que ainda hoje gera controvérsia na sociedade portuguesa. Assim o foi também para quem dela participou ou pensou no seu momento histórico. O nosso estudo demonstra diferenças muito significativas quanto ao pensamento em matéria de descolonização entre, por um lado, a UDP e o PCTP/MRPP e, por outro lado, o MDP/CDE. De uma maneira geral, as posições da UDP e do PCTP/MRPP assumiram um carácter proclamatório próprio de quem se procurava afirmar no quadro do processo revolucionário em Portugal. O seu pensamento, ainda que suportado na interpretação maoista do marxismo-leninismo, revelou falta de maturidade política e um desconhecimento profundo da realidade concreta dos territórios coloniais. O radicalismo do seu discurso é inconsequente, no sentido em que não mede as implicações de um abandono total e imediato das colónias; não só tal postulado era impossível de concretizar, como as suas consequências para o futuro dos novos países eram nefastas e prejudiciais à paz e ao progresso das suas populações. Ao invés, o MDP/CDE, apesar de partilhar alguma da radicalidade discursiva dos outros dois partidos da extrema esquerda, tinha um pensamento mais estruturado e amadurecido relativamente ao processo de descolonização. O MDP/CDE não só era mais realista, como tinha consciência dos possíveis efeitos e implicações de uma descolonização desordenada, feita à pressa, sem ter em devida ponderação a complexidade da situação política, económica e social nos vários territórios, nomeadamente em Angola. Contudo, a sua proximidade à União Soviética, levou-o a apoiar explicitamente o MPLA.

Dito isto, é difícil avaliar o peso real destes partidos na definição do processo de descolonização português. Porventura, a UDP e o PCTP/MRPP conseguiram influenciar indirectamente o processo através da “pressão da rua” sobre o governo português, tendo em conta o alarido criado pelas manifestações contra a permanência portuguesa em África e exigindo o regresso imediato da tropa portuguesa estacionada nas colónias.

Certamente, essa “pressão” não contribuiu para que os moldes da descolonização fossem definidos com a necessária serenidade por parte das autoridades portuguesas. Por sua vez, o MDP/CDE, ainda que tivesse assumido algumas responsabilidades governativas, tendo inclusivamente assinado o Pacto MFA/Partidos, não teve seguramente uma intervenção decisiva no processo de descolonização, uma vez que não dispunha de suficiente peso político dentro do novo poder revolucionário. Contudo, a sua posição não diferiu em muito da assumida pelo PCP, sobretudo no que diz respeito ao apoio prestado ao MPLA.

Mas independentemente do peso efetivo da extrema esquerda no desenhar dos acontecimentos, a sua ação teve seguramente uma expressão relevante na produção de um pensamento político radical, profundamente contrário ao colonialismo e ao neocolonialismo, favorável a uma descolonização imediata, mediante o reconhecimento da independência dos territórios coloniais e a transferência integral dos poderes para os movimentos de libertação.

Fontes

Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra

1 – Documentação relativa à UDP

UDP, *História da UDP*. [S.L.]: UDP, 1976 (Cota: 329(469)"1964-1976" UNI).

UDP, *Intervenções do comício da UDP*. [S.L.]: UDP, 1975 (Cota: 329(469)"1975" UNI).

UDP, *Introdução: a situação política actual e a estratégia: aspectos organizativos: texto de discussão interna*. Lisboa: UDP, 1975 (Cota: 329(469)"1975" UNI).

UDP, *Pelo 25 de Abril do povo: na unidade popular em defesa das conquistas de Abril/III Congresso da UDP*. Lisboa: UDP, 1977 (Cota: 329(469)"1977" CON).

UDP, *Projecto de Constituição da União Democrática Popular: UDP*. [S.L.]: UDP, 1975 (Cota: 329(469)"1975" UNI).

2 – Documentação relativa ao PCTP/MRPP

EDE, *22 de Abril: Centenário Lenine*. [S.L.]: EDE, 1970. (Sem cota atribuída).

EDE, *A EDE e a luta popular em Portugal*. [S.L.]: EDE, 1970. (Sem cota atribuída).

EDE, *As eleições e a política dos monopólios*. [S.L.]: EDE, 1969. (Sem cota atribuída).

EDE, *Balanço das eleições e perspectivas de luta*. [S.L.]: EDE, 1969 (Cota: 329(469)"1969" ESQ).

EDE, *Por uma luta revolucionária contra a guerra colonial*. [S.L.]: EDE, 1970. (Sem cota atribuída).

EDE, *Por uma oposição revolucionária ao poder da burguesia monopolista*. [S.L.]: EDE, 1969 (Cota: 329(469)"1969" ESQ).

Matos, Arnaldo, *Tomar o poder e levar a revolução até ao fim*. Porto: Núcleo Simpatizantes MRPP, 1975 (Cota: 329(469)"1975" MAT).

MRPP, *A situação actual e as tarefas táticas do nosso Movimento*. [S.L.]: MRPP, Edições Bandeira Vermelha, 1971. [Sem cota atribuída].

MRPP, *Guerra do povo à guerra colonial-imperialista*. [S.L.]: MRPP, 1971 (Cota: CD25 329(469) MOV 1971).

MRPP, *Textos MRPP*. [S.L.]: MRPP, 1973 (Cota: 329(469)"1973" MOV).

3 – Documentação relativa ao MDP/CDE

Comissão Democrática Eleitoral – Círculo de Braga da CDE, *Os candidatos de Braga da Lista D e a Política Ultramarina*. Braga: Comissão Democrática Eleitoral - Círculo de Braga da CDE, 1969 (Cota: 324(469)"1969" COM).

CDE de Lisboa, *Programa Político da C.D.E. de Lisboa*. Lisboa: 1969 (Cota: 324(469)"1969" COM).

CDE, *Bem-vindos a Portugal Democrático*. Lisboa: Comissão Democrática Eleitoral, 1974 (Cota: 323.2(469)"1974" COM).

CDE, *Quem quer... luta*. Lisboa: Comissão Democrática Eleitoral, 1973 (Sem cota atribuída).

MDP/CDE, *Encontro Nacional de Delegados: Projecto de bases programáticas*. [S.L.]: MDP/CDE, 1974 (Sem cota atribuída)

MDP/CDE, *Qual o papel do MDP no actual momento político: doc. interno*. [S.L.]: MDP, 1974 (Cota: 329(469)"1974").

MDP/CDE, *Portugal e as Colónias: Esclarecimentos sobre as causas e efeitos da guerra colonial*. Lisboa / Base de Campo de Ourique: MDP/CDE, 1974 (Cota: 329(469)"1974" MDP).

MDP/CDE, *Encontro Distrital de Activistas MDP/CDE Lisboa 1977*. Lisboa: MDP/CDE, 1977 (Cota: 329(469)"1977" ENC).

MDP/CDE, *Jornadas Democráticas*. [S.L.]: MDP/CDE, 1974 (Sem cota atribuída).

4 – Outra Documentação

Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista), *Combater o chauvinismo imperialista é a base dum efectiva solidariedade aos povos das colónias*. [S.L.]: Edições do Partido, 1974 (Cota: 329(469)"1974" PAR).

Partido Comunista Português, *V Congresso do Partido Comunista Português: [compilação das informações]*. [S.L.]: Edições Avante, Outubro de 1957 (Cota: 329"1957" CON).

Partido Comunista Português, *Actualidade do programa do Partido Comunista Português: Extractos do programa do P.C.P. aprovado no VI Congresso*. [S.L.]: Partido Comunista Português, 1969 (Cota: 329(469)"1969" PAR).

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra:

1 – Documentação relativa à UDP

UDP, *Manifesto dos candidatos a deputados pelo distrito de Setúbal*. [S.L.]: UDP, 1976 (Cota: 5-54-75-75).

O que é a UDP?: a situação política: programa, estatutos. [S.L.]: Voz do Povo, 1976, (Cota: 5-54-79-127).

2 – Documentação relativa ao PCTP/MRPP

Infantário Popular Ribeiro Santos, *Por uma pedagogia ao serviço do povo e do país: manifesto pedagógico*. Lisboa: Infantário Popular Ribeiro Santos, 1979 (Cota: 5-19-23-78).

Simpatizantes do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, *Todos os quadros são servidores do povo: resolução do Comité Lenine acerca do assassinato do heróico camarada José António Ribeiro Santos*. Figueira da Foz: 1974 (Cota: 5-54-50-127).

MRPP, *18 de Setembro: 4 anos de luta pela fundação do partido*. Figueira da Foz: Simpatizantes do MRPP, 1974 (Cota: 5-54-53-3).

3 – Documentação relativa ao MDP/CDE

Movimento Democrático Português, *MDP/CDE: documentos: Março/Outubro 74* (Cota: 5-54-53-39).

Movimento Democrático Português, *Contra os monopólios pela democracia*. Lisboa: Artes Gráficas, 1975 (Cota: 5-54-64-87).

MDP/CDE, *Jornadas democráticas: unidade do povo pela democracia: conclusões*. Lisboa: MDP/CDE, 1974 (Cota 15-54-55-130 c.2).

MDP/CDE: Programa e Estatutos; Movimento Democrático Português. Santarém: 1975 (Cota: 5-54-53-63).

Fontes Periódicas

Bandeira Vermelha (1970) [consultado no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra].

Força do Povo (1973) [consultado no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra].

Luta Popular (1974-1977) [consultado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra].

Unidade (1975-1976) [consultado na Biblioteca Municipal de Coimbra].

Vida Mundial (1973-1974) [consultado no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra].

Voz do Povo (1974-1977) [consultado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra].

Outras Fontes

Assembleia da República, *Debates Parlamentares. Diário da Assembleia Constituinte* (1975-1976). (<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dac/01/01/01>).

Bibliografia

Bernardo, Manuel Amaro, *Combater em Moçambique: Guerra e descolonização, 1964-1975*. Lisboa: Prefácio, 2003.

Cardina, Miguel, *O essencial sobre a esquerda radical*. Coimbra: Angelus Novus, 2010.

Cardina, Miguel, *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal, 1964-1974*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.

Carvalho, Otelio Saraiva de, *Alvorada em Abril*. Lisboa: Divina Comédia, 6ª Edição, 2014.

Cervelló, Josep Sánchez, *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola: 1961-1976*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1993.

Correia, Pedro Pizarat, *Questionar Abril*. Lisboa: Caminho, 1994.

Esteves, Maria Teresa Pereira, *O papel de Portugal no processo de transição para a independência de Angola (1974-1976)*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2016.

Gaspar, Jorge; Vitorino, Nuno, *As eleições de 25 de Abril: geografia e imagem dos partidos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

Louçã, Francisco; Rosas, Fernando (Org.), *Ensaio Geral: passado e futuro do 25 de Abril*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004.

MacQueen, Norrie, *A descolonização da África portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do império*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998.

Marujo, Miguel, *Morte aos traidores!*. Lisboa: Matéria-Prima Edições, 2018.

Mateus, Dalila Cabrita; Mateus, Álvaro, *Purga em Angola: o 27 de Maio de 1977*. Alfragide: Texto Editores, 2015.

"Michel", Miguel Francisco, *Nuvem negra: o drama do 27 de Maio de 1977*. Lisboa: Clássica Editora, 2007.

Milhazes, José, *Angola: O princípio do fim da União Soviética*. Lisboa: Nova Vega, 2014.

Milhazes, José, *"Golpe Nito Alves" e outros momentos da história de Angola vistos do Kremlin*. Lisboa: Alethêia, 2013.

Pacheco, Carlos, *Agostinho Neto, o perfil de um ditador: A História do MPLA em carne viva*. Lisboa: Nova Vega, 2016.

Paço, António Simões do (Org.), *Fuga do Forte de Peniche: 1960*. Lisboa: Centro Editor PDA, 2008.

Pêgo, Ivo (org.), *Ribeiro Santos: homenagem da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2012.

Pereira, José Pacheco, *"O um dividiu-se em dois": origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-65)*. Lisboa: Alêtheia, 2008.

Pimenta, Fernando Tavares, *Angola no percurso de um nacionalista: conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2006.

Pimenta, Fernando Tavares, *Portugal e o século XX: Estado-Império e descolonização (1890-1975)*. Porto: Afrontamento, 2010.

Pimenta, Fernando Tavares, *Descolonização de Angola e Moçambique: o comportamento das minorias brancas (1974-1975)*. Goiânia: Editora UFG, 2015.

Rezola, Maria Inácia, *25 de Abril: mitos de uma revolução*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

Rezola, Maria Inácia, *O primeiro ano em liberdade*. Aveleda: Verso da História, 2014.

Rezola, Maria Inácia, *Os militares na revolução de Abril: o Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal: (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.

Ribeiro, Afonso da Costa, *Acuso e... recuso a canga após o 25 de Abril dos rubros cravos*. Viseu: Ed. M.B., 1976.

Rosas, Fernando, *História de Portugal*. Sétimo Volume: *O Estado Novo (1926-1974)*. Direção de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1993.

Rosas, Fernando; Machaqueiro, Mário; Oliveira, Pedro Aires (Org.), *O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015.

Rosas, Fernando, "Depois do fim do "Império"" in *Europa: Novas Fronteiras: a Europa no Século XXI*. Lisboa: Centro de Informação Jacques Delors, 2000.

Rosas, Fernando, *Portugal e a Transição para a democracia (1974-1976)*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

Sanchez, J. L. Saldanha, *O M.R.P.P. instrumento da contra-revolução*. Lisboa: Edição de José Fortunato, 1975.

Serra, Jaime, *As explosões que abalaram o fascismo: o que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*. Lisboa: Avante, 1999.